



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS – NEIM

NUCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER

JULIANA MARCIA SANTOS SILVA

**MÃES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM
INTERSECCIONAL**

Salvador
2020

JULIANA MARCIA SANTOS SILVA

**MÃES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM
INTERSECCIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ângela Maria Freire de Lima e Souza

Salvador
2020

S586 Silva, Juliana Marcia Santos.
Mães negras na Pós-Graduação: uma abordagem interseccional / Juliana Marcia Santos Silva. – 2020.
150 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ângela Maria Freire de Lima e Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2020.

1. Mulheres negras - Universidades e faculdades. 2. Mães – Negras. 3. Negras - Estudantes de pós-graduação. I. Souza, Ângela Maria Freire de Lima e. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.48

JULIANA MARCIA SANTOS SILVA

**MÃES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO:
UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 18 de fevereiro de 2020

Banca examinadora

Ângela Maria Freire de Lima e Souza – Orientadora _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

Angela Ernestina Cardoso de Brito _____
Investigadora Visitante em Estágio Pós-Doutoral no Centro de Estudos Sociais da
Universidade de Coimbra, Portugal.
Universidade de Coimbra.

Katemari Diogo Rosa _____
Doutora em Science Education pela Columbia University, Estados Unidos.
Universidade Federal da Bahia.

Marcia Santana Tavares _____
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, Brasil.
Universidade Federal da Bahia.

A
minha mãe que, no laboratório e na mesa de costura, me ensinou a lidar com as
agulhas da vida.

AGRADECIMENTOS

Às minhas ancestrais que me fortaleceram de diversas formas nesta caminhada.

Ao meu irmão, meu maior companheiro e fã número um.

Minha mãe e minha avó, que pra mim são referências maiores do que as que encontro nos livros.

Ao meu pai, pelo grande apoio.

A minha amiga Aisha Costa que compartilha comigo sua experiência de maternidade real.

Aos meus amigos Almerson Passos, Daniel dos Santos, Laura Augusta, Ana Carolina Campos, Vanessa Santana e Rodrigo Márcio que me ensinaram a sobreviver como uma mulher negra na universidade.

Aos amigos do Krav Magá Cidade Baixa, em especial o mestre Carlos Primo e mama Cláudia Freitag.

Ao grupo Buteco Só Para Meninas que há dez anos acolhe meus desabafos e comemora minhas alegrias.

Ao Núcleo Interseccional em Estudos da Maternidade que acolheu a mim e a minha pesquisa.

A Jack Rocha, Analuh e Camila que foram minha família em Niterói.

A minha orientadora que me estimulou, me fez acreditar novamente na universidade nesses tempos tão sombrios para pesquisadoras e feministas.

Às todas as minhas colegas do CIGE, em especial Lara Câneone, Paula Vielmo e prof^a Izaura Cruz.

A minha ex-orientadora, Angela Brito, pela nossa grande parceria.

A minhas tutoradas mais próximas Jamile Brito, Luliane Santos e Maísis Santos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo fomento a esta pesquisa.

A todas aquelas mulheres que entrevistei e confiaram a mim partes de sua história.

RESUMO

A conciliação entre maternidade e carreira científica constitui-se como uma difícil tarefa para as mulheres, tornando-se ainda mais difícil para as mulheres negras. Entre os problemas enfrentados, a constituição da ciência moderna tem excluído as mulheres do trabalho científico em um contexto social que circunscreve as mães ao ambiente doméstico e as mulheres negras à servidão. Desta forma, mulheres mães negras têm acumulado em sua trajetória acadêmica inúmeras desvantagens fruto das intersecções entre múltiplas formas de opressão. Por isso, este trabalho tem por objetivo analisar a trajetória acadêmica de mães estudantes negras de cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia identificando mulheres negras e mães em diferentes cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia e investigando possíveis redes de assistência e estratégias que possibilitam a permanência destas mães estudantes negras em seus cursos; analisa ainda de que maneira a maternidade tem sido interpretada pelas ciências e como esta se configurou historicamente; a compreensão sobre o impacto da maternidade nos afazeres relacionados ao cotidiano universitário/acadêmico destas mães universitárias; além de compreender de que maneira lidam com as relações de poder que configuram sua autonomia e autoridade dentro e fora do ambiente acadêmico universitário. Para isso, realizou-se triangulação dos métodos de coleta por e-survey e entrevistas que passaram por análise do conteúdo e análise crítica do discurso. Percebeu-se que mesmo desfrutando de alto nível de formação, essas mães negras ainda se deparam com problemas enfrentados pela população negra em geral, demonstrando que a estrutura racista ainda incide sobre a trajetória da pessoa negra de qualquer nível socioeconômico. Por outro lado, notou-se que mesmo após muitos avanços na conquista de direitos das mulheres universitárias, a maternidade durante a formação de pós-graduação ainda impõe dificuldades para estas mulheres que elaboram estratégias mobilizando principalmente suas famílias para auxiliarem no cuidado das crianças e assim permanecer na Universidade e constituir sua carreira científica.

Palavras-chave: maternidade e carreira científica; mães negras na pós-graduação; mães negras na universidade.

ABSTRACT

The conciliation between motherhood and scientific career is a difficult task for women, making it even harder for black women. Among the problems faced, the constitution of modern science has excluded women from scientific work in a social context that confines mothers to the domestic environment and black women to servitude. Thus, black mother women have accumulated in their academic career numerous disadvantages resulting from the intersections between multiple forms of oppression. Therefore, this paper aims to analyze the academic trajectory of black students from postgraduate courses at the Federal University of Bahia, identifying black women and mothers at different postgraduate courses at the Federal University of Bahia and investigating possible care networks, and strategies that make it possible for these black students to stay in their courses; It also analyzes how motherhood has been interpreted by the sciences and how it has historically shaped itself, understanding about the impact of motherhood on the tasks related to the university / academic daily life of these university mothers; and understand how they deal with the relationships of autonomy and authority within and outside the university academic environment. For this, triangulation of the methods of collection by e-survey and semi-structured interviews that underwent content analysis and critical discourse analysis were performed. Even though they enjoy a high level of education, these black mothers still face problems faced by the black population in general, demonstrating that the racist structure still affects the trajectory of the black person of any socioeconomic level. On the other hand, it was noted that even after many advances in the achievement of rights of university women, motherhood during postgraduate training still imposes difficulties for these women who develop strategies to remain and constitute their scientific career.

Keywords: motherhood and scientific career; black mothers in graduate school; black mothers at university.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Apresentação das entrevistadas	25
Tabela 2 – Mulheres Negras e Brancas na Pós-Graduação	76
Tabela 3 – Número de filhos por mulheres estudantes da UFBA	96

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição de indivíduos brancos e negros de acordo com o nível mais elevado de educação – Brasil–2004/2013.....	75
Gráfico 2 - Dados gerais sobre gênero e nível de formação.....	76
Gráfico 3 – Quem cuida dos filhos?.....	82
Gráfico 4 – Maternidade x produtividade científica.....	83
Gráfico 5 – Idade das participantes	90
Gráfico 6 - Autodeclaração das participantes.....	91
Gráfico 7 – Autodeclaração mestrado	91
Gráfico 8 - Autodeclaração doutorado	92
Gráfico 9 – Estado civil das entrevistadas por cor/raça.....	92
Gráfico 10 – Mulheres Brancas por áreas do conhecimento	93
Gráfico 11 – Mulheres Negras por área do conhecimento	93
Gráfico 12 – Idade da primeira gestação	94
Gráfico 13 - Concentração de mulheres por período de formação da primeira gestação.....	95
Gráfico 14 – Número de filhos Parent In Science	96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	12
1.2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO.....	15
1.2.1. Aspectos Epistemológicos	15
1.2.2. A Maternidade Negra e a Pós-Graduação	18
1.3. METODOLOGIA E MÉTODOS	20
1.3.1. A escolha das entrevistadas.....	24
1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	27
2. A INVENÇÃO DA MATERNIDADE	28
2.1. SEMPRE FOI ASSIM? Historicizando a maternidade na Europa e no Brasil.....	29
2.1.1. O Amor Construído	34
2.1.2. Como a Ciência “Inventou” a Maternidade – a contribuição de diferentes campos científicos	45
2.2. COMO A CIÊNCIA “INVENTOU” A RAÇA	56
2.3. RETORNANDO À COLÔNIA: A MULHER NEGRA E A MEDICINA BRASILEIRA COLONIAL	62
3. CONQUISTA DE DIREITOS VERSUS ACÚMULO DE JORNADAS: Ser mãe, estudante e trabalhadora	66
3.1. A MULHER NEGRA NA FAMÍLIA.....	66
3.2. MULHER NEGRA E A EDUCAÇÃO.....	70
3.3. MÃE-ESTUDANTE-TRABALHADORA.....	77
3.3.1. Produzir é a palavra de ordem – Mães negras na carreira acadêmica.....	80
4. MÃE NEGRA ACADÊMICA	87
4.1. A INSERÇÃO EM CAMPO.....	87
4.2. A REALIDADE EM NÚMEROS	89
4.3. A MATERNIDADE E O <i>LATTES</i>	97
4.3.1. Percepções sobre Maternidade e Família	97
4.3.2. “Vida Preparada” – Planejamento de Vida e Interrupções	106
4.3.3. “Se ele soubesse quanto leão eu matei pra tá aqui, ele não teria falado assim comigo.” – Mães Negras na Universidade	113
4.3.4. Redes de Assistência e Estratégias de Permanência	124
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	129
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	142

APÊNDICE B – E-SURVEY.....	143
APÊNDICE C– LISTA DE CURSOS <i>STRICTU SENSU</i> EM 06 DE JUNHO DE 2018.....	146
APÊNDICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para compreender a escolha da temática, bem como o lugar de onde falo como pesquisadora, realizo um breve resgate da minha história. Venho de uma família negra, predominantemente de lideranças femininas e da periferia de Salvador. Estudei em colégios confessionais e por muito tempo não me reconhecia no lugar de intelectual, ou de sujeito do conhecimento. Fatos aparentemente desconectados vistos hoje, em perspectiva, se costuram e dão sentido à escolha do meu destino acadêmico.

Começo voltando ao ano de 2005, quando minha mãe estava no meio da graduação em Farmácia e descobriu que estava grávida, à espera de meu irmão mais novo, o que fez com que o curso iniciado em 2004 fosse interrompido e concluído em 2010. Minha mãe já era funcionária da Maternidade Climério de Oliveira-UFBA onde pude conhecer profissionais das diversas áreas da saúde e me interessar pelo Serviço Social. Em 2013 me inseri no curso de graduação em Serviço Social da UFBA, após ter sido reprovada para o curso de farmácia da mesma instituição no ano anterior.

O curso de Serviço Social é um curso de inspiração marxista que tem como objetivo formar profissionais para atuar e pensar a “questão social”, que é a expressão das contradições da relação capital-trabalho, como a desigualdade e a pobreza. Durante o curso houve poucos debates sobre gênero e raça geralmente movimentados por estudantes e sutilmente encerrados com argumentos das professoras como “não me aprofundei sobre esse tema”, com poucas exceções.

Durante a graduação soube da existência do NEIM, que até então me era apenas um prédio pintado com uma tinta salmão que ficava no meu trajeto até o ponto de ônibus. Por curiosidade entrei no prédio nos primeiros anos de curso e perguntei ao segurança “Esse prédio aqui é o quê? Fazem o que aqui?”, me recordo que uma funcionária falou que ali ocorriam as aulas dos cursos de mestrado e doutorado. Estas palavras que me fizeram pensar que não pertencia àquele espaço, pois até aquele momento a única pessoa que eu conhecia que havia feito doutorado eram meus padrinhos, ambos professores titulares da UFBA, os quais me acostumei a ver como pessoas que ocupam uma posição que eu jamais alcançaria.

Em 2016 me inseri no grupo de pesquisa sobre Professoras Negras com a Prof^ª Dr^ª Angela Brito que me falou que eu tinha perfil de pesquisadora e me falava constantemente que eu alcançaria o mestrado. Neste mesmo ano participei da disciplina “Gênero e Raça no Serviço

Social” disciplina optativa lecionada pelas professoras Angela Brito e Márcia Tavares, que me sugeriram o NEIM para a pós-graduação.

Neste mesmo período a minha vida afetiva tomava um rumo que eu não havia imaginado, fui pedida em casamento. Amigas, sendo elas em sua maioria acadêmicas e que sabiam meu interesse pela carreira acadêmica, receavam por mim com o avanço da relação com medo da chegada de um filho, por isso sentiram-se confortáveis para me sugerir de maneira enfática que “a maternidade é sempre o segundo filho, pois o primeiro é a tese”, ou seja que eu não deveria pensar em ter um filho antes de atingir a conclusão do doutorado.

Neste contexto é importante destacar que sou portadora de endometriose, uma doença inflamatória uterina considerada crônica por alguns especialistas e que causa infertilidade total em 30% dos casos, mas que tem a baixa fertilidade como parte dos seus sintomas. Por isso em minha família o tema fertilidade sempre surgia vez ou outra, mas começou a efervescer após os 21 anos, com argumentos como “o relógio biológico começa a apitar”, “fica feio pra mulher ter filho tarde”, “você sabe que você vai ter problema pra engravidar” ou indagações como “você não vai ter filho não? Tá na hora de começar a pensar nisso”, a maioria delas vindas das mulheres das gerações anteriores. Vale destacar que em minha família as mulheres tiveram seus primeiros filhos e filhas em torno dos 21 anos, como por exemplo, minha mãe.

Em 2017 defendi minha monografia sobre mulheres negras que engravidaram na adolescência e se inseriram na UFBA, já trabalhando com interseccionalidade e acompanhando o lançamento do edital de mestrado do NEIM. Solteira, me tornei a primeira de minha família a me formar numa universidade pública e coloquei minha carreira acadêmica como prioridade um em minha vida, deixando a preocupação com filhos e casamento em segundo plano. No ano seguinte, 2018, fui aprovada no PPGNEIM com bolsa CAPES e passei a integrar a linha de ciência, educação e gênero.

As disciplinas do PPGNEIM me trouxeram uma visão ampliada sobre os papéis de gênero na sociedade, bem como o papel da mulher negra. Além disso me fizeram reconhecer o potencial do lugar que ocupo enquanto uma intelectual negra periférica na academia. Vindo de um curso que, embora bastante progressista, segue o *modus operandi* de fazer ciência, a possibilidade de escrita em primeira pessoa apresentada pelo programa se colocou como um conflito com a neutralidade científica que sempre me foi exigida e me fez perceber o hábito acadêmico de usar a bibliografia como um escudo intelectual para me fazer legítima nesse espaço. Neste contexto, em meio às muitas contradições na caminhada, começo a tecer as considerações teórico metodológicas em torno do tema da minha pesquisa.

Considerada um *handicap* ou interpretada como um trabalho social, a maternidade é uma pauta significativa do feminismo. Esta também se encontra no centro das discussões da sociedade em geral, com fortes influências de valores religiosos que consideram a maternidade como a máxima do “ser mulher” que requer dedicação intensa e exclusiva. Contudo, Elizabeth Badinter (1980) questiona a noção de maternidade indefectível e indelével, colocando o amor materno na condição de um mito socialmente construído.

Por isso pensar uma carreira científica sendo uma mulher requer um esforço considerável, que demanda também reflexões aprofundadas sobre as exigências de um campo de atividade humana tão ávido quanto a própria maternidade. Contudo, o exercício destas atividades ao mesmo tempo gera conflitos e muitas vezes coloca as mulheres frente a difíceis escolhas para contrabalancear os desejos e obrigações da mulher e os da mãe.

Não sendo possível explicar e analisar as questões aqui levantadas sem considerar outras formas de opressão destacando-se o racismo, utiliza-se o conceito de interseccionalidade entendido como os entrecruzamentos das múltiplas formas de opressão nas relações sociais, conforme formulado por Creenshaw (2002).

Desta forma tornou-se necessário analisar de que forma o racismo e o machismo se fazem presentes na trajetória acadêmica das mães negras que alcançam a pós-graduação, além de suas estratégias de resistência neste espaço historicamente configurado como masculino e branco, destacando possíveis maneiras utilizadas pelas mães negras que se organizam para conciliar a maternidade e a universidade.

Este trabalho, portanto, se fundamenta em questões e hipóteses que conduziram ao estabelecimento dos seguintes objetivos:

OBJETIVO GERAL

Analisar a trajetória acadêmica das mães estudantes negras de cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Identificar mulheres negras e mães em diferentes cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.
2. Identificar possíveis redes de assistência e estratégias que possibilitam a permanência destas mães estudantes negras em seus cursos;
3. Analisar de que maneira a maternidade tem sido interpretada pelas ciências e como esta se configurou historicamente;
4. Compreender o impacto da maternidade nos afazeres relacionados ao cotidiano universitário/acadêmico destas mães universitárias;

5. Entender de que maneira as mães negras da pós-graduação da UFBA lidam com as relações de poder que configuram sua autonomia e autoridade dentro e fora do ambiente acadêmico universitário.

Para o alcance desses objetivos, busquei a fundamentação teórico metodológica esboçada a seguir.

1.2. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.2.1. Aspectos Epistemológicos

As transformações da ciência que culminaram no nascimento da ciência moderna discutido por Paolo Rossi (1997) apresentam os novos valores introduzidos para validação de determinado conhecimento como conhecimento científico. A forte matematização em áreas como a física, química e biologia tem sido um dos principais fatores para que esses campos de conhecimento pudessem ser considerados como ciência objetiva e, por tanto, mais próxima do divino, portanto uma “boa ciência”. Os novos valores trazidos pela ciência moderna são a Objetividade, Universalidade e a Neutralidade.

Lourdes Bandeira (2008) apresenta de maneira sistemática como autoras feministas como Evelyn Fox Keller, Sandra Harding, Londa Schiebinger e Elizabeth Kerr contribuíram com a crítica à ciência tradicional apontando que os valores científicos estavam atrelados a características consideradas masculinas, objetividade e neutralidade, enquanto atribuíam às mulheres características como a valorização da subjetividade e o sentimentalismo. Estes discursos se fundamentavam numa forte evocação à natureza e seus valores atribuídos ao masculino e ao feminino, estando a mulher mais próxima da natureza.

Citando KERR e FAULKNER (*apud* BANDEIRA, 2008) a autora destaca:

[...] a exclusão da presença feminina não era apenas explicitada em termos da naturalização, pois era fartamente justificada pela incapacidade e pelo obscurantismo das mulheres, ao contrário dos homens, que se notificavam pelas luzes e pela objetividade. Assim, da discussão realizada pelas autoras mencionadas, cuja ilustração está em parte na citação, inferem-se algumas conseqüências: a) a associação das mulheres à natureza/biologia, isto é, a uma naturalização do feminino; b) o predomínio de uma visão do mundo e do conhecimento – partida, dividida entre homens presentes e mulheres obscuras e ausentes; e c) a presença da associação histórica entre masculino, ciência e objetividade enraizada nas percepções predominantes. Portanto, identifica-se uma privatização da produção científica pelos homens. (BANDEIRA, 2008, p. 212)

Desta forma Keller (2006), assim como Bandeira (2008) aponta as pressões sofridas por mulheres cientistas para que abandonem todos os valores femininos em busca de uma masculinização para ganhar legitimidade enquanto cientistas.

Evelyn Fox Keller (2006), uma bióloga feminista, aponta então os impactos do feminismo na ciência destacando principalmente na área da embriologia a questão da passividade do óvulo e da atividade do espermatozoide durante a fecundação. A autora aponta como a presença de mulheres na biologia apresentou novos questionamentos sobre a relação entre aos padrões de masculinidade e a atividade, e a feminilidade e a passividade, o que apresentou a possibilidade de novas perspectivas neste ambiente.

Dentro das ciências sociais, Sandra Harding (1991, 1998) destaca que se faz necessário retificar o androcentrismo dos estudos tradicionais a fim de analisar as contribuições femininas em todas as esferas e não só àquelas que os homens têm considerado passíveis de estudos. Sendo assim é necessário pensar essas mulheres inseridas na sociedade enquanto vítimas da dominação masculina em formas diversas, não só as que estão sendo estudadas, mas também as cientistas sociais que estão produzindo estes estudos.

Sobre a objetividade enquanto valor primordial da “boa ciência”, Donna Haraway (1995) discute que as feministas criticam as doutrinas da objetividade descorporificada, pois criavam uma falsa noção de neutralidade e essa ameaçava a valorização que o feminismo dá a subjetividade enquanto elemento importante para o conhecimento da verdade. Desta forma, aponta que não existe uma verdade universal, pois essa é produzida dentro de uma perspectiva parcial do pesquisador, é um saber localizado. Saberes localizados significa objetividade feminista. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.” (HARAWAY, 1995, p.21). Contudo, Haraway (1995) e Mohanty (1984) advertem para que os saberes localizados marginais como o das mulheres em geral, mas especificamente das mulheres negras ou mulheres ocidentais não devem ser romantizados como observamos a seguir:

Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições "inocentes". Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que tem menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento. Elas têm ampla experiência com os modos de negação através da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento - com maneiras de não estar em nenhum lugar ao mesmo tempo que se alega ver tudo. (HARAWAY, 1995, p.23)

Segundo Bandeira (2008) a crítica feminista revela que a neutralidade e a objetividade são ilusões metodológicas, valorizando a subjetividade do pesquisador dentro de todo o processo de produção do conhecimento.

A universalidade, por sua vez, foi questionada por Harding (1991) quando essa afirma que o sujeito falante das ciências nunca foi a mulher, mesmo presumindo que este representava a humanidade em geral, ou seja, o sujeito universal das ciências é homem. A partir da noção do *standpoint*, Harding apresenta que não existe neutralidade nas ciências, pois o cientista está sempre olhando para o objeto de pesquisa a partir de um ponto de vista que se relaciona com o lugar em que este ocupa socialmente.

Do ponto de vista metodológico, a ruptura desencadeada pela crítica feminista deu-se não apenas pela crítica de modelos científicos hierarquizados em seu funcionamento, mas também pela presença de certos pressupostos hegemônicos na pesquisa científica. Essa ruptura propõe explorar outras trilhas conceituais e metodológicas, cujas reflexões sistematizadas possam contribuir para evidenciar o interesse e a eficácia de aportes pluridisciplinares que favoreçam novas condições equitativas de gênero à produção do conhecimento científico. Concomitantemente, procura integrar-se com as diversas reflexões e experiências femininas com vistas a produzir um conhecimento mais compartilhado em relação às alteridades e à realidade social. (BANDEIRA, 2008, p.225)

Observo que a crítica feminista trouxe uma nova proposta de ciência, principalmente nas ciências sociais por considerar a humanidade do pesquisador, a sua subjetividade. Desta forma trouxe para dentro da análise o seu *standpoint* e a possibilidade dos saberes situados.

Dentro do leque teórico oferecido pelas teorias feministas, encontrei no feminismo negro a base mais adequada para as inquietações aqui colocadas, pois foi essa vertente do feminismo que se propôs a questionar a hegemonia dentro do próprio feminismo, passando assim a considerar o indivíduo em sua totalidade com seu gênero, cor, raça, geração, etc. resultando assim no conceito aqui adotado de Interseccionalidade (CREENSHAW, 2002).

A interseccionalidade enquanto necessidade surgiu durante a segunda onda¹ do feminismo pelas feministas negras como Angela Davis, bell hooks, Patrícia Hill Collins e Audre

¹ Em síntese, a primeira onda do feminismo ocorreu no fim do séc. XIX e o início do séc. XX tendo como principal pauta o Sufrágio Feminino, mas que também teve participação ativa na abolição da escravatura nos EUA; A segunda onda tem início da metade do séc. XX e perdura até a década de 90, quando surge o feminismo radical que buscava o reconhecimento da raiz da opressão feminina. É neste momento em que se inicia a diferenciar sexo de gênero, sendo este primeiro uma característica biológica e o segundo como uma construção social baseada no sexo. É na segunda onda que o feminismo negro cresce e se fortalece enquanto um movimento à parte. Sob o lema “o pessoal é político” a segunda onda do feminismo convidou mulheres a combater as estruturas sociais sexistas.; A terceira onda inicia-se nos anos 90 discutindo temas da pós-modernidade e utilizando amplamente o conceito de interseccionalidade, reconhecendo a diversidade e por consequência as diferentes formas de opressão sofrida pelas mulheres.; A existência da quarta onda é ainda questionada por parte do movimento feminista, pois muitas acreditam que ainda vivemos a terceira onda. Entende-se que essa quarta onda é demarcada pelo forte uso das redes sociais e das mídias para organização e conscientização do que é o movimento feminista. (MATOS, 2010) A quarta onda (se existe) vive também uma forte apropriação das pautas feminista pelo mercado que reconheceu neste público um potencial consumidor. Nesta onda temas como apropriação cultural, o *pink money*(dinheiro da população LGBTQ+) e o *pink tax* (valor diferenciado para produtos femininos) passam a ser discutidos, tendo em vista que muitos lojistas e artistas tem se interessado pelo potencial de consumo do público LGBTQ+, negro e feminino, mas demonstrado pouca atuação política no combate às desigualdades. (ISTOÉ, 2013; ARAÚJO, 2019)

Lorde, pois estas perceberam que o feminismo hegemônico não contemplava as especificidades da vida da mulher negra, então passaram a considerar outras formas de opressão aliadas ao gênero. Desta forma Kimberlé Creeenshaw (2002) batiza esta abordagem teórica como interseccionalidade.

A exemplo disso, bell hooks em *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* (2015) destaca enquanto feministas como Betty Friedan na *Mística Feminina* abordava:

Problemas e dilemas específicos de donas de casa brancas da classe privilegiada eram preocupações reais, merecedores de atenção e transformação, mas não eram preocupações políticas urgentes da maioria das mulheres, mais preocupadas com a sobrevivência econômica, a discriminação étnica e racial etc. Quando Friedan escreveu *A mística feminina*, mais de um terço de todas as mulheres estava na força de trabalho. Embora muitas desejassem ser donas de casa, apenas as que tinham tempo livre e dinheiro realmente podiam moldar suas identidades segundo o modelo da mística feminina. (HOOKS, 2015, p.194)

Recentemente, no Brasil, ressalto o trabalho de Carla Akotirene, *O que é interseccionalidade?* (2018), em que a autora destaca que este conceito oferece instrumentalidade teórico-metodológica para discutir a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado a partir do resgate das produções de feministas negras americanas, africanas e também brasileiras como Sueli Carneiro, Luiza Bairros, Conceição Evaristo, Lélia Gonzalez e Jurema Werneck. Assim, o uso da interseccionalidade nos permite conhecer o sujeito em sua integralidade, conhecendo as diversas opressões em que este é atravessado.

1.2.2. A Maternidade Negra e a Pós-Graduação

Os avanços que garantiram a inserção das mulheres brancas na esfera pública trouxeram também novas demandas para a mulher moderna, como a construção de uma carreira profissional, de preferência com boa remuneração, amplo reconhecimento, sem perder de vista a aparência de saúde e beleza. Com a chegada das mulheres de todas as raças² no ambiente universitário de produção de ciências, mães pós-graduandas convivem com a necessidade construir suas carreiras e seus currículos lattes, mas também de se perceberem como “boas mães”. No caso de mães negras, acrescentam-se as peculiaridades das relações raciais que envolvem as situações dentro e fora deste ambiente.

² Raça nesse trabalho é utilizada em seu sentido sociológico, compreendendo que a raça é uma construção social que tem reverberado sobre a organização social com pouca fundamentação do campo biológico, como indica Guimarães (2003)

O livro de Elizabeth Badinter *O mito do amor materno* (1985) ainda é a obra que resgata de maneira primorosa as transformações na noção de maternidade e seus impactos sobre a vida das mulheres. Aliado a isso, Donzelot (1980) e Ariès (2006) também realizam grandes discussões sobre o ambiente familiar e suas transformações que levaram a mulher a assumir a função de cuidadora e colocaram a criança no centro da família. Contudo, tratando-se de famílias afrodescendentes baianas, é possível encontrar semelhanças com as famílias africanas tratadas por Oyèwùmí (2004) e as famílias do subúrbio ferroviário estudadas por Sardemberg (1998).

Em *O Conflito: a mulher e a mãe*, Badinter (2011) retoma a discussão sobre a maternidade, fazendo uma análise sobre os discursos que estão evocando a maternidade tradicional e reinscrevendo as mulheres como exclusivas do ambiente doméstico. Dentre estes discursos a autora destaca a grande contribuição das ciências. Tais contribuições da ciência para o sexismo também são estudadas na primatologia Saini (2017) e na neurociência por Fine (2010).

Por outro lado, pesquisas realizadas por Queiroz (2006) e Gois (2008) apontam que o espaço universitário foi historicamente constituído como um espaço branco e masculino, desta forma a inserção de mulheres negras na universidade tem resultado em reações racistas e machistas. Nesta mesma corrente de pensamento, Silva (2010) e Brito (2015) apontam que professoras negras que se inserem no espaço acadêmico encontram maiores dificuldades que os homens negros e as mulheres brancas, por conta de sua condição de gênero e raça. Desta forma o conceito de interseccionalidade organizado pelo feminismo negro e formatado por Crenshaw (2002) torna-se importante elemento para esta análise.

Para esta pesquisa, o termo “negros” é utilizado como uma categoria socioeconômica e sociocultural, resultado da agregação dos grupos autodeclarados pretos e pardos, assim como fazem órgãos estatísticos como o IBGE, por considerar que embora pardos e pretos sejam distintos por cor suas condições socioeconômicas se assemelham e é o racismo estrutural que condiciona o pardo a vulnerabilidades sociais pela descendência preta como observamos no trecho a seguir:

Portanto, a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados. A justificativa teórica é obviamente mais importante, pois ao fornecer uma explicação para a origem comum das desigualdades dos pretos e dos pardos em relação aos brancos, coloca os dois grupos como beneficiários legítimos de quaisquer ações que venham a ser

tomadas no sentido de reverter o quadro histórico e vigente dessas desigualdades. (OSÓRIO, 2003, p. 24)

Também trago para a análise os conceitos de autonomia e autoridade, já utilizados para a análise das questões de gênero reveladas no trabalho em ciência por Lima e Souza (2003):

[...] entende-se como autoridade científica a propriedade que tem alguém de poder afirmar uma determinada posição, conceito ou teoria, dentro do paradigma em vigor, sendo aceito por seus pares e se tornando uma referência para os que estão iniciando suas carreiras. Por autonomia, neste estudo, entende-se a capacidade de escolher, definir propostas de trabalho e metodologias específicas para um determinado fim, tanto no que se refere ao trabalho do cotidiano quanto no que tange aos cursos de pós-graduação[...] (LIMA E SOUZA, 2003, p.169)

Sobre as mães universitárias, Uripia (2009) aborda as experiências de mulheres que se tornam mães no contexto acadêmico, enquanto Bittencourt (2013) aponta os problemas enfrentados por mães doutorandas frente a necessidade de produção cobrada pela academia juntamente com o exercício da maternidade, contudo ambos os estudos mencionam, mas não aprofundam a discussão sobre raça. Tais experiências assemelham-se com os relatos resgatados por Monosson (2008) que trata do “elefante no laboratório”, que é a questão da maternidade de cientistas.

Estudos como estes têm se tornado pauta de congressos e o número de pesquisas e produções acerca desta tem efervescido nos últimos anos no Brasil após a criação do grupo *Parent in Science* que se iniciou com um grupo de cientistas do Rio Grande do Sul, mas tem se expandido, principalmente pelas redes sociais, e agora já alcança diversos estados do Brasil.

1.3. METODOLOGIA E MÉTODOS

Diferente do que muito se diz na academia, não existe um método feminista de coleta de dados. Contudo existe uma maneira feminista de fazer ciências e de utilizar estas técnicas tradicionais valorizando as experiências e os pontos de vistas dos sujeitos marginalizados questionando, assim, o conhecimento dominante produzido até então (HARDING, 1997; 2002).

As investigadoras feministas destacam-se, pois:

[...] ouvem atentamente o que mulheres informantes pensam sobre suas próprias vidas e as dos homens, e mantêm posições críticas contra as visões de cientistas sociais tradicionais sobre as vidas de homens e mulheres. Elas também observam alguns comportamentos de mulheres e homens que, da perspectiva dos cientistas sociais tradicionais, não são relevantes. No caso da história, elas buscam padrões de organização de dados históricos não reconhecidos. (HARDING, 2002, p.2, tradução nossa)

Para atingir os objetivos aqui delineados escolheu-se utilizar um misto de métodos qualitativos e quantitativos de coleta e análise dos dados, pois assim como delineado por Richardson(1999) esses métodos oferecem aporte entre si, desta forma utilizar estes métodos de forma complementar possibilita enriquecimento dos dados coletados. Trata-se de uma triangulação dos métodos de entrevistas, *e-survey* e análise crítica do discurso, pois a triangulação consiste na combinação de múltiplas fontes e métodos de coleta e análise de dados (ZAPPELLINI; FEUERSCHÜTTE, 2015).

A pesquisa bibliográfica na etapa exploratória torna-se bastante importante, por possibilitar a aproximação teórica com o fenômeno estudado, desta forma foi possível fazer o levantamento histórico de como a maternidade se configurou no Brasil e no mundo, além de conhecer o que está sendo produzido e pensado sobre a maternidade de cientistas negras. Esta investigação permitiu identificar padrões de comportamentos e interpretações sobre a maternidade que tenham se montado e remontado na história.

Com o crescente uso de tecnologias portáteis característico do estilo de vida das primeiras décadas do séc. XXI o *e-survey* apresenta-se como uma ferramenta adequada para atingir o público alvo. Sua facilidade de autopreenchimento, a garantia do anonimato, o baixo custo e a sistematização dos dados, oferecidos pelo *Google Formulários*, são fatores que colaboram para a adesão do público ao preenchimento do formulário como destacado por Vasconcellos e Guedes (2007)

O *e-survey* será realizado utilizando o *Google formulários*, sendo composto por 14 perguntas de múltipla escolha e de respostas curtas, ressalta-se que não haverá nenhuma pergunta que permita a identificação da participante. O link de acesso a página do *e-survey* foi enviado por e-mail para as secretarias dos 80 programas de pós-graduação da UFBA para que fossem encaminhados para seu respectivo corpo discente, nos períodos do final do semestre de 2018.2, período de matrícula 2019.1 e início das aulas de 2019.1, pois estes são períodos de intensa comunicação por e-mail entre as secretarias e o corpo discente. Os critérios estabelecidos para esta etapa são apenas ser mãe e ter alcançado o nível de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e/ou doutorado) na Universidade Federal da Bahia.

Estes dados passarão por análise descritiva, sendo tabelados e apresentados em formatos de gráficos que possibilitem a fácil interpretação da realidade vivida pelas mães cientistas em geral. Os dados coletados por este instrumento metodológico nos possibilitaram traçar um perfil do público aqui estudado, compreendendo alguns aspectos sociais e econômicos de suas vidas. Contudo existirão alguns aspectos que não poderão ser aprofundados com a utilização deste

instrumento, por isso faz-se necessário a utilização de um método complementar para permitir a aproximação com as questões mais subjetivas das vidas destas mulheres.

Escolheu-se trabalhar com trajetórias de vida construídas a partir de entrevistas como método de resgate da história destas mulheres, pois segundo Jaiven (2002) e Gonçalves e Lisboa (2007) este método qualitativo nos permite focar nas experiências subjetivas dos sujeitos investigados, ou seja, o que as pesquisas feministas desejam investigar. Outro importante fator da trajetórias de vida é permitir que as mulheres possam relatar suas próprias experiências, desta forma rompe-se com a produção de ciência tradicional que as silenciou por muito tempo.

Ao realizar revisão bibliográfica sobre trajetórias de vida, Gonçalves e Lisboa (2007) indicam que esta toma como ponto de partida a mobilidade social do investigado, como por exemplo “[...] a trajetória das mulheres que iniciam uma carreira profissional e a mudança de *status* e de rotina que isso acarreta em suas vidas: interrompem sua carreira profissional porque decidem ter um filho, constituir família, ou optam em sair do emprego.” (GONÇALVES; LISBOA, 2007, p.87)

Ainda de acordo com Jaiven (2002) este método quando utilizado pela pesquisadora feminista nos permite conectar a experiência individual com a realidade coletiva ou a cultura comum. Sendo assim, o resultado da análise das entrevistas nos permitirá uma perspectiva parcial que está conectada com a realidade no todo.

Além do *e-survey* já referido, foi utilizada a entrevista com roteiro, pois permite certo grau de liberdade para que as informantes tenham espontaneidade em seu discurso. O roteiro se faz necessário para que a pesquisadora possa manter o informante dentro da temática e do caminho anteriormente delineado para a pesquisa. Este é um instrumento metodológico bastante utilizado nas ciências sociais por permitir o resgate da memória viva dos participantes, permitindo que estes revivam os momentos relatados, mas permitindo que o entrevistador aprofunde questões que sejam pertinentes aos objetivos delineados. (GIL,1987; RICHARDSON ,1999; MINAYO, 2001)

Assim como em Salem (1978) trata-se aqui de uma pesquisa que envolve questões da intimidade das relações familiares no que tange a composição da rede de apoio que garante a permanência destas mulheres na universidade, bem como sua autonomia e autoridade no exercício da maternidade no contexto familiar.

Jaiven (2002) me permite compreender como a entrevista possibilita o aprofundamento mais em questões mais subjetivas e específicas da trajetória na história oral de cada participante:

Entrevistar significa perguntar, conhecer as outras/outros, conversar e, ao mesmo tempo, é um instrumento de coleta de visões e percepções daqueles/as

que tiveram experiências significativas. É abordar, através de uma interação verbal, a subjetividade do ser humano que entrevistamos. É por isso que quando ouvimos uma história de vida, nossa atenção é focalizada não apenas na maneira como é falada, mas também no conteúdo da história; onde se verifica que ambas as práticas são importantes para a análise. É por isso que estamos explorando um território interdisciplinar junto com os antropólogos, os psicanalistas e os próprios historiadores orais, para quem, e isso é importante, a narrativa é uma fonte primária. (JAVIEN, 2002, p.4, tradução nossa)

Este método me permite pesquisador capturar e interpretar traços subjetivos da fala como pausas, suspiros, mudanças na entonação de voz, expressões características, dentre outros aspectos que possam surgir durante a entrevista. Javien (2002) destaca que existem diferenças na comunicação entre mulheres, pois nós nos comunicamos por linguagem corporal, expressões com as mãos ou os olhos, apresentando assim uma maneira mais rica de interpretação do que é apresentado entrevista.

Como visto em Salem (1978) também busquei manter uma relação mais pessoal, menos formal e hierarquizada com as entrevistadas, para estabelecer um clima de menor tensão para que a participante se sinta mais confortável para compartilhar suas experiências. Contudo, foram adotadas estratégias apresentadas por Alfred Benjamin (1973) em *A Entrevista de ajuda*, embora esta obra esteja voltada para o atendimento de profissionais como psicólogos e assistentes sociais, serão adotadas as indicações do autor referente a cuidados com o local escolhido, a gestão das possíveis interrupções, a condução da entrevista, a postura do entrevistador, entre outros fatores que são tão úteis quanto para a coleta de dados em pesquisa, pois otimizam o tempo e aperfeiçoam a qualidade da coleta de dados.

Segundo Queiroz (1983) a entrevista com roteiro permite que o pesquisador efetue, de tempos em tempos, intervenções que tragam o entrevistado para o assunto ou tema que está sendo abordado, assim o informante tem liberdade de fala, porém é o pesquisador quem orienta o diálogo. Elaborou-se um roteiro com perguntas norteadoras, baseadas em questões abordadas na bibliografia desta pesquisa, divididas em blocos sobre a permanência, a produtividade, a maternidade negra e a vida na universidade que pode ser consultado no Apêndice E.

Mediante autorização das entrevistadas, registrada em TCLE, as entrevistas foram gravadas, mantendo as expressões próprias dos informantes e sua maneira de encadear os fatos preservando assim a riqueza da história oral coletada no momento da entrevista. (QUEIROZ, 1983, p. 49- 50).

Após a realização das entrevistas foram realizadas as respectivas transcrições das gravações, seguidas da análise crítica do discurso. Esta análise buscou entender a relação entre

os relatos e posturas das entrevistadas e as noções de maternidade, papéis de gênero e realização profissional amplamente disseminadas na sociedade, estabelecendo a relação entre linguagem e sociedade como previsto por Rocha e Deusdará (2005). A análise crítica do discurso foi realizada com base nos objetivos propostos para pesquisa, verificando a relação do conteúdo obtido com as referências teóricas acerca das inferências do exercício da maternidade negra na vida acadêmica.

Interessa ir além da quantificação de quantas mães negras estão nos programas de pós-graduação construindo suas carreiras científicas, mas principalmente saber sobre seu cotidiano nesses lugares e a forma como lidam com as múltiplas formas de opressão e como conciliam as diversas obrigações. Além disso busco compreender de que forma se constituem as redes de apoio e solidariedade destas mulheres, tendo em vista que a bibliografia sobre o tema tem ressaltado a importância desta rede, além de informar que esta é majoritariamente composta por mulheres (avós, empregadas, amigas, irmãs).

1.3.1. A escolha das entrevistadas

Para efeitos desta pesquisa os programas de pós-graduação que foram subdivididos dentro das 5 áreas de conhecimento já utilizadas pela UFBA sendo elas: ÁREA I - Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia; ÁREA II - Ciências Biológicas e Profissões da Saúde; ÁREA III - Filosofia e Ciências Humanas; ÁREA IV – Letras; ÁREA V – Artes. Definiu-se que seriam entrevistadas uma mãe estudante negra de cada área, com exceção da área de humanas em que, a partir dos resultados do *e-survey*, identificou-se uma maior concentração destas mulheres, nesta área entrevistou-se duas participantes. Sendo assim, foram entrevistadas 6 mães autodeclaradas negras, entre 20 e 60 anos, regulares dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFBA no momento das entrevistas, com exceção de uma entrevistada da área de exatas que está como aluna especial, mas foi acolhida por esta pesquisa pois a bibliografia que trata das mulheres negras na pós-graduação (LIMA, 2017; GONÇALVES *et al.*, 2019) nos permite interpretar que essa se apresenta como um exemplo das mães negras que resistem dentro desta área.

A escolha por trabalhar com estudantes de pós-graduação deu-se por compreender que por estarem imersas na rotina de casa e da universidade durante o período da entrevista, as participantes terão fatos recentes e relatos que estarão na memória recente, tendo menor dificuldade para resgatá-los.

Para a codificação do nome das entrevistadas, e preservação das suas identidades, foram utilizados nomes de pedras preciosas negras como veremos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Apresentação das entrevistadas

CÓDIGO	BREVE DESCRIÇÃO
Turmalina	<p>Enfermeira, preta com uma filha única branca e mãe-solo. É professora de uma universidade pública em que o corpo docente é majoritariamente composto por mulheres brancas. Relata já ter sido abordada no aeroporto para verificação dupla de documentação para comprovar que era mãe de sua filha. Ressalta constantemente que enfrenta maiores problemas para aumentar seu “capital científico” após se tornar mãe. É a única responsável pelas despesas da casa e da filha. Esta participante tomou conhecimento da existência desta pesquisa logo que eu ingressei no mestrado, me disse inúmeras vezes sobre a importância deste tema e me procurou pedindo para participar. Quando a procurei para marcar sua entrevista me disse que tinha muita coisa para me contar e demonstrou ansiedade para desabafar. Foi entrevistada em seu gabinete no local de trabalho.</p>
Ônix	<p>É Assistente social, se autodeclara preta e identifica sua filha única como preta. Vem de uma família extensa e é casada com um homem preto. Preocupa-se em oferecer educação antirracista para sua filha que já demonstra enfrentamentos na escola. É atuante nos conselhos profissionais e de saúde do estado da Bahia, além de ser professora universitária. É responsável pela maior parte das despesas familiares. Esta participante esteve presente, acompanhada de sua filha, em uma aula em que falei sobre minha pesquisa e me procurou dizendo que estava muito feliz pelo tema e que gostaria de participar. Foi entrevistada em uma sala reservada no conselho profissional onde atua</p>
Diamante	<p>Bailarina, jornalista e atriz. Mulher preta de 50 anos, casada com um bailarino preto bastante conhecido na Bahia. Morou grande parte de sua vida na Europa, onde pôde desenvolver sua carreira como bailarina. É mãe de três filhos, todos pretos, mas mora apenas com o filho mais novo que tem 18 anos. Suas outras filhas moram em países da Europa, sendo uma gastrônoma e uma jornalista. Entra na graduação aos 46 anos, no mestrado aos 50. Por já ter filhos adultos e independentes relata ter mais facilidade em organizar seus horários. Divide igualmente as despesas da casa com o marido. Durante uma das visitas às secretarias uma docente que me ouviu falar sobre a pesquisa sugeriu o nome da participante e forneceu o contato. Diamante ao saber do tema prontamente quis participar da pesquisa, mas apresentou muitas dificuldades em encontrar um horário livre por conta de suas atividades. Agendamos um horário entre o momento que deixa seu filho na escola e o início de uma aula. Foi entrevistada na escola de dança da UFBA, atrasando-se alguns minutos, pois tinha acabado de deixar o filho na escola.</p>
Obsidiana	<p>É psicóloga e massoterapeuta, autodeclarada parda. Divorciada, mora com os dois filhos adolescentes, mas recebe assistência dos ex-sogros que cuidam dos netos. Casou-se jovem, engravidou no fim da graduação e foi morar numa cidade do interior, onde hoje o ex-marido ainda reside. Retornou à universidade após os filhos entrarem na adolescência. É a principal responsável pelas despesas com os filhos, embora receba auxílio do ex-companheiro. Consegue realizar algumas atividades de lazer, mas depende da articulação de sua rede de apoio para tal. Obsidiana também demonstrou interesse na pesquisa desde meu ingresso no mestrado. Quando foi convidada para a entrevista dispôs-se a participar prontamente, mas possuía muitos compromissos, o que dificultou que encontrássemos um horário em que ela estivesse livre. Com a entrevista agendada um novo compromisso surgiu no mesmo horário, o que nos levou a remarcar sua entrevista. Foi entrevistada na casa dos ex-sogros quando estes estavam ausentes, o que eliminou qualquer possibilidade interrupção e demonstra a boa relação que possui com estes.</p>

Pérola	É licenciada em letras e leciona na educação básica. Mulher preta casada com homem branco, com filha branca. É moradora da região metropolitana de Salvador. A descoberta de sua gravidez ocorre no fim do mestrado, quando já estava aprovada na seleção para o doutorado no mesmo programa. Com medo, escondeu a informação de sua gravidez do orientador, com quem mantinha uma relação bastante impessoal durante todo o mestrado. Após o parto, já no doutorado, teve sua licença maternidade negada pelo programa de pós-graduação. Pérola é membro de um grupo de mulheres de abrangência nacional em uma rede social da qual também faço parte. Quando a mesma comentou sobre sua vida de mãe universitária pude constatar que se tratava de uma estudante da UFBA e a procurei para solicitar sua participação. A participante possui uma escala de trabalho e aulas bastante restrita, por isso desloquei-me até sua cidade para realizar a entrevista, que por sua vez, ocorreu numa área pouco movimentada da praça de alimentação de um shopping da cidade. Embora o ambiente fosse propício a interrupções e ruído, a entrevista ocorreu em condições iguais às outras.
Opala	Licenciada em geografia, Opala é uma mulher autodeclarada preta que ressalta ser também suburbana. Vem de uma família pobre e chegou a trabalhar “em casa de família” durante a infância. Torna-se mãe ainda na adolescência, quando abandona temporariamente seus estudos que só foram retomados na fase adulta. A participante manifesta constantemente que possui dificuldades acumuladas em sua formação escolar e que por isso não está em condições de igualdade com seus colegas. Deseja ingressar como aluna regular na pós-graduação, mas ainda não conseguiu, por isso cursa disciplinas como aluna especial e participa de grupo de pesquisa. Afirma que a universidade não é para “gente como a gente”. Conheci sua história brevemente quando participou de uma disciplina no meu curso de pós-graduação e comentou sobre suas dificuldades para ingressar como aluna regular. Após o convite a participante logo se dispôs a participar me informando sobre sua agenda que incluía suas aulas, o cuidado com o lar, o trabalho em sua loja e o trabalho em uma escola. Sua entrevista ocorreu em uma loja onde funciona seu pequeno comércio no subúrbio da cidade ocorrendo uma interrupção por conta de uma cliente que havia chegado.

Observa-se que os ambientes em que ocorreram as entrevistas foram variados, pois diante das diversas demandas que se materializam na vida destas mulheres a disponibilidade de tempo nem sempre foi o suficiente para o deslocamento para um ambiente ideal para a realização da entrevista, uma sala fechada, sem ruídos e que pudesse anular as possibilidades de interrupções. Contudo todas as entrevistas foram realizadas em locais sugeridos pelas entrevistadas, ambientes que estavam familiarizadas e que poderiam se sentir confortáveis para falar.

A experiência de Opala, que embora fuja do público-alvo originalmente delimitado foi acolhida para essa pesquisa por representar também um exemplo do que é ressaltado por Bittencourt (2013), Lima (2017) e Lima e Souza (2003) de que existem poucas mulheres nas áreas STEM (*Science, technology, engineering, and mathematics*, em português Ciência Tecnologia, Engenharia e Matemática) e um número ainda menor de mulheres negras, enquanto Casagrande e Lima e Souza (2016, 2017) apontam que isso é resultado de uma sequência de desestímulos tanto no decorrer da criação das meninas quanto por questões impostas pelo trabalho científico, que por sua vez exclui as mães. Existem também as questões manifestadas

por hooks (1995) que indicam que as mulheres negras são educadas para estarem sempre a serviço do outro, tendo algumas mulheres enraizado tal condição a ponto de internalizarem-na. Além disso a mulher negra tem sido representada na iconografia como um corpo sem mente, inadequado para realização do trabalho intelectual nesta e nas outras áreas.

A dificuldade em localizar uma mãe negra aluna regular na pós-graduação da área de exatas aponta que Opala representa com maior fidelidade a grande parcela de mães negras graduadas da área das ciências exatas, aquelas que não conseguiram chegar na pós-graduação.

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O primeiro capítulo - *Como a ciência inventou a maternidade?* Realizou uma revisão bibliográfica sobre a história da maternidade e da família bem como sua relação com a história das ciências, abordando a criação do mito do amor materno para atender a um interesse econômico, que ganhou legitimidade social a partir de produções científicas, principalmente da medicina doméstica, da primatologia e da neurociência.

O segundo capítulo tratou sobre famílias negras e o lugar da mulher negra na família além da inserção das mulheres negras no ambiente universitário, estudo da arte sobre a produção sobre maternidade e carreira, com ênfase na carreira acadêmica. Tratou-se de uma revisão bibliográfica nos principais referenciais disponíveis a partir da consulta de obras clássicas e obras mais recentes.

O terceiro capítulo tratou da análise dos dados aqui coletados utilizando-se análise crítica do discurso, apresentando assim a realidade com a qual teve-se contato a partir da metodologia aplicada. Este capítulo apresentou de maneira sistematizada os dados coletados pelo *e-survey* e pelas entrevistas, sendo que o primeiro contará não só com a abordagem quantitativa, mas também com abordagem qualitativa, pois a realidade, mesmo que em números, será interpretada a partir dos referenciais.

2. A INVENÇÃO DA MATERNIDADE

A noção de maternidade tem sido construída em diversos campos como a máxima da vida feminina, pois o “ser mulher” há muito é definido a partir da redução ao seu papel reprodutivo. Sendo assim, ser mãe tem significado atingir o auge do papel feminino e ser uma mulher completa. Esta perspectiva incide diretamente no olhar sobre o papel da mulher na sociedade e na família. Contudo o mito do amor materno foi construído ao longo da história da sociedade, imprimindo novos valores sobre as mães.

O entrelace que realizo nesse capítulo entre a história social da família da Europa e do Brasil situam-se na linha do tempo a fim de apresentar as semelhanças e diferenças que aconteciam em séculos sincrônicos, demonstrando que, embora estejamos falando dos mesmos períodos, existem condicionantes que moldam as experiências no Velho e no Novo Mundo. Recupero o pensamento que se produzia no continente em que se situava a metrópole Portuguesa, que trouxe para a colônia a incorporação dos costumes europeus com a vinda da família real para o Rio de Janeiro. Demonstro com este resgate como o Estado, a sociedade e a ciência, vem intervindo sobre os corpos femininos ao longo da história.

O resgate das histórias de mulheres negras torna-se uma difícil tarefa para a pesquisadora, pois a história das mulheres e da maternidade centra-se nas mulheres brancas ou ignoram o fator raça, tornando as histórias das mulheres negras como histórias marginais. Por outro lado, a história da escravidão traz consigo alguns indícios sobre a condição feminina no período escravista brasileiro, mas ainda pouco conteúdo sobre a mãe escravizada. Tal situação é sintoma do denunciado por Kia Lilly Caldwell (2000), “A falta de pesquisa integrada sobre raça e gênero significa que as experiências de vida das mulheres negras raramente são examinadas” (p. 5).

Ao examinar a produção na área da literatura encontramos abundantemente a maternidade negra sendo pautada na crítica a imagem da mãe-preta no período escravagista³, enquanto a enfermagem segunda tem se ocupado de tratar das questões referentes a violência obstétrica e as condições precárias de acesso a saúde materno-infantil e todas as questões transversais que incidem na saúde destes. Por outro lado, são poucas as produções das ciências sociais acerca da maternidade negra quando esta não está diretamente relacionada aos diversos contextos de

³ A escravidão tira a condição de humanidade dos cativos e seus descendentes, tendo o estudo da história colaborado diretamente para a criação da noção de que os negros eram escravizados de forma passiva e até mesmo sob a argumentação de que a escravidão já existia de maneira igual em África. Desta forma, por uma questão política, este trabalho considera que o termo “escravos”, em certa medida, apaga o caráter violador deste sistema, sendo adotado aqui os termos “pessoas escravizadas”, “mulheres escravizadas” e ainda “crianças escravizadas”. O objetivo é destacar que estas pessoas foram vítimas que resistiram ao processo de escravização. Adotou-se exceções apenas nas citações diretas em que a ética acadêmica prescinde a transcrição literal dos termos utilizados pelo autor.

violência como as abundantes produções sobre mães de meninos negros mortos pela polícia ou mães no cárcere. Contudo, tenho encontrado um número significativo de produções sobre triplas jornadas femininas, sem cor, e das vivências do racismo na academia, sem gênero.

Não obstante, olhar para a forma como a ciência tem produzido e legitimado o referido olhar sobre a maternidade é fundamental pois em ciências é a maternidade que faz o gênero. Compreender a formação socio histórica da maternidade é para esta pesquisa importante para questionar o argumento do instinto materno, um argumento vinculado a natureza que sendo entendido desta maneira coloca tudo o que desvia dessa norma enquanto patologia.

Por outro lado, é importante destacar que toda a criação dos ideais e símbolos que representavam a maternidade, estão diretamente ligados à imagem de uma mulher branca, tendo na mulher negra a evocação do instinto materno para estar a serviço dos brancos como amas e mães-pretas. Espera-se da mulher negra “instintos maternais e alma subserviente” (PINTO, 2007, p.36).

2.1. SEMPRE FOI ASSIM? Historicizando a maternidade na Europa e no Brasil

Uma das principais questões levantadas por Badinter (1985) é a indicação de que a maternidade como compreendemos hoje é um mito socialmente construído. A autora aponta que por mais longe que busquemos na história ocidental encontraremos sempre a autoridade marital e paterna como centro do poder nas famílias.

Tal desigualdade era legitimada por Aristóteles no séc. XVII a partir da noção da desigualdade natural entre os seres humanos. Contudo tal argumento encontra também legitimação na teologia cristã, por isso Badinter (1985) resgata trechos bíblicos do livro de gêneses para analisar a imagem de Eva como quem comete o pecado original e leva o homem a pecar, sendo então ela dotada de uma malignidade natural e recebendo do deus dos cristãos um maior número de punições.

Ariès (2006) demonstra as mudanças de perspectivas acerca das crianças neste mesmo século na Europa. Inicia-se a transformação da atenção dada pela família para estas crianças, oferecendo a elas maiores cuidados não registrados antes na história que culminarão na centralidade que a criança ganhará no séc. XVIII. Badinter (1945) afirma que este modelo de família do séc. XVII exposto por Ariès ainda não é a família moderna, pois classifica como família moderna a família centrada no amor materno. A autora demarca que essa centralidade no amor materno é impulsionada pela publicação de *Émile* de Rousseau, em 1762, do qual falaremos adiante.

Durante o séc. XVII a teologia cristã, ainda fundamentada no pensamento de Santo Agostinho, dissemina uma imagem da criança como símbolo do mal. “[...] para Santo Agostinho, a infância é o mais forte testemunho de uma condenação lançada contra a totalidade dos homens, pois ela evidencia como a natureza humana corrompida se precipita para o mal” (BADINTER, 1985, p.55). A autora afirma que tal imagem atingia não apenas a teologia, mas também pedagogos e filósofos do período, contudo este discurso provavelmente não era incorporado pelas grandes massas, influenciando apenas, ainda que muito pouco, as classes dominantes e mais cultas. A noção incorporada pelas grandes massas era da criança enquanto um estorvo, o que gerava rejeição, abandonos em diversas medidas e também o infanticídio.

Um hábito que melhor ilustra a peculiaridade dos cuidados com as crianças europeias até o séc. XVII, quando começa a ser questionado, é o enfaixamento (*swadling*). A referida técnica, datada de 4000 a.C, era uma prática comum a todas as classes sociais, consistia em embrulhar as crianças em seus primeiros meses de vida com faixas de pano, imobilizando os movimentos de suas mãos e pernas e restringindo assim qualquer movimento. A descrição precisa desta técnica é o que vemos a seguir:

O uso do enfaixamento era outro fator de mal-estar e de doença para o bebê. Eles eram vestidos, primeiro, com uma pequena camisa, veste grosseira que fazia várias dobras e pregas, e sobre ela um couro; em seguida, os braços eram colocados contra o peito, e as crianças envolvidas com uma larga faixa sob as axilas, que lhes imobilizava braços e pernas. Dobravam-se fraldas e faixas entre as coxas e completava-se o todo com uma faixa circular apertada ao máximo dos pés ao pescoço. (BADINTER, 1985, p.124)

Esperava-se que tal técnica colaborasse para a boa formação da criança, além de evitar acidentes, contudo observamos a seguir as complicações oriundas do uso dessa técnica que contribuía também para o aumento da mortalidade infantil, pois essa técnica estava relacionado a diversas má formações e doenças. Sobre as possíveis consequências do enfaixamento, Rousseau (1762) tece críticas sobre a prática afirmando que nos lugares onde a prática não é adotada encontram-se homens mais altos e fortes, pois acredita que o enfaixamento impede a circulação, fortalecimento e crescimento da criança.

Os países onde enfaixam as crianças são os que mais exibem corcundas, mocos, cambaios, raquíticos, aleijados de todo tipo. De medo que os corpos se deformem com movimentos livres, apressam-se em deformá-los imprensando-os.[...] Todas as que foram encontradas nessa posição tinham a cara roxa. Com o peito fortemente comprimido, que impedia a circulação, o sangue subia à cabeça. E acreditava-se estivesse a paciente mui tranquila porque em verdade não tinha forças para gritar. Ignoro quantas horas uma criança pode permanecer nesse estado sem perder a vida, mas duvido que possa ir muito longe. (ROSSEAU, 1762, p.17-18)

Contudo esta técnica oferecia vantagens aos seus pais ou sua ama, pois com a imobilização evitava que a criança se machucasse e permitia que os responsáveis se ocupassem de seus afazeres sem ter que destinar a estas os cuidados constantes. Nos casos onde havia também o risco de que as crianças fossem comidas ou mordidas por animais, elas eram também penduradas pelas roupas com pregos nas paredes (RUSSEAU, 1762; BADINTER, 1985).

Del Priore (2004) destaca que nas Américas, no mesmo período, inexistia o hábito de enfaixar os bebês na primeira infância, o que não causou o aleijamento nessas crianças, considerando que fatores como o clima ameno favoreciam o crescimento sadio, pois as crianças eram criadas livres.

Um sinal de rejeição à criança destacado por Badinter (1985) é a recusa a ofertar o seio para a amamentação. O não desejo em amamentar os filhos revela-se a partir da existência de um ofício exercido na Europa, o ofício de ama-de-leite ou nutriz⁴, ilustrado por Donzelot (1980) e Badinter (1985). “O hábito de contratar amas-de-leite é muito antigo na França, já que a abertura da primeira agência de amas, em Paris, data do século XIII.” (BADINTER, 1985). Tal colocação aponta que a amamentação não era percebida como uma obrigatoriedade da mãe, por isso a possibilidade de entregar a criança para ser amamentada e cuidada por outra mulher nos seus primeiros anos de vida era um hábito comum na Europa. Desta forma Donzelot (1980) explica:

As mulheres aderiam a esse hábito porque eram muito ocupadas em seu trabalho (esposas de comerciantes e de artesãos) ou porque eram suficientemente ricas para evitarem o fardo da amamentação. As aldeias das redondezas mais próximas das cidades forneciam nutrizes para os ricos, e os pobres tinham que procurá-las mais longe. (DONZELOT, 1980, p.18)

As mulheres nobres negavam-se a abrir mão de sua vida social e mundana para se ocupar de uma criança, alegavam que amamentar as privariam de sua saúde e sua beleza, pois ficariam debilitadas e seus seios amoleceriam, além disso dispunham de recursos para contratar uma ama que estaria constantemente a sua disposição. Para as demais famílias da época tal hábito se tornou uma marca de distinção social, por isso “as mulheres (e, portanto, as famílias) que se acreditavam acima do vulgo, consideravam pouco digno amamentar elas mesmas os filhos. [...] Amamentar o próprio filho equivalia a confessar que não pertencia à melhor sociedade” (BADINTER, 1985, p.96), demonstrando que havia um valor social atrelado à recusa a amamentação. A imagem da mãe que amamenta era associada à “vaca leiteira” e era

⁴ O termo ama-de-leite é utilizado por Badinter (1985) enquanto o termo nutriz é utilizado por Donzelot (1980), ambos os termos se referem a mesma função de mulher que é requerida para amamentar o filho de outrem.

considerada ridícula e repugnante, por isso era conveniente que coubesse às mulheres negras no Brasil ou àquelas que pertenciam aos estratos mais baixos da pirâmide social europeia.

Na Europa, as mulheres mais pobres e esposas de comerciantes tinham suas próprias obrigações laborais e precisavam se ocupar destas atividades, desta forma se os recursos fossem escassos buscavam amas mais distantes e mais baratas, abrindo mão de qualquer garantia de saúde e higiene dessas amas. Assim que a mulher paria buscava-se uma ama ou algum agenciador de amas nas redondezas. As amas e as famílias então eram frequentemente vítimas de golpes de alguns agenciadores que cobravam valores mesmo depois da morte das crianças ou não repassavam para as amas os valores integrais oferecidos pela família da criança. Para se protegerem economicamente, muitas amas pobres se ocupavam de muitas crianças o que resultava no não suprimento da atenção necessária pra todas elas e culminava na morte de muitas. (DONZELOT, 1980; BADINTER, 1985)

São muitos os fatores que levavam aos altos índices de mortalidade infantil da época. Entre eles, segundo Donzelot (1980) e Badinter (1985), era comum que durante as longas viagens de transporte de crianças para a casa das nutrizes, em veículos precários, muitas caíam ou morriam de frio, fome e doenças. Donzelot (1980) aponta que as nutrizes mais distantes das cidades apresentavam um índice maior de mortalidade infantil quando comparadas às mais próximas.

No que se refere a Europa, o pagamento referente ao serviço de uma ama era de um valor significativamente baixo, por isso havia uma grande demanda e também a necessidade de que as amas se ocupassem de um grande número de crianças para prover para si. No caso das mulheres que auxiliavam seus maridos nos comércios, a amamentar seus próprios filhos não era vantajoso, tendo em vista que em sua ausência o marido precisaria contratar um empregado que sairia mais caro do que contratar uma ama, que assumisse as tarefas desta mãe. Isso revela que “custava menos caro a esses casais enviar o filho para ser criado por uma ama do que empregar um trabalhador de pouca qualificação. Isso prova que muitas amas recebiam um salário miserável, e explica em grande parte a condição das crianças que lhes eram confiadas.” (BADINTER, 1985, p.74)

No Brasil escravista, a realidade seria ainda mais miserável, tendo em vista que os exploradores de mão de obra escrava enviavam as mulheres escravizadas que possuíam, para que exercessem a atividade de ama, ou seja quem lucrava com a exploração das mães-pretas, eram seus senhores. Um fator que deve estar sempre em primeiro plano quando pensamos o Brasil escravista é que as mulheres negras sofriam dupla exploração: tanto como trabalhadoras quanto a exploração do corpo, seja para a exploração sexual para a prostituição forçada ou para

servir de ama, amamentando os filhos dos brancos enquanto era afastada dos seus. (DEL PRIORE, 2004; BARBIERI; COUTO, 2012).

Uma grande diferença entre as amas européias (incluindo as portuguesas) e as negras escravas encontra-se no significado que os escravos tinham para seus donos e para a ideologia predominante na época colonial e imperial: de propriedade; de serem tratados como animais – a ama negra como vaca, cabra leiteira ou como coisa, objeto de troca, aluguel, compra e venda; em que além da propriedade e serem exploradas no serviço doméstico, eram usadas como fonte de renda aos senhores patriarcais; sendo um dos maiores exemplos da violência por meio do trato e comércio humano no Brasil escravista. (BARBIERI; COUTO, 2012, p.66)

Na Europa período médio de permanência das crianças com suas amas é de quatro anos. Durante esta permanência são poucas as vezes que os pais procuram notícias de seus filhos, geralmente só enviavam cartas para saber se tudo ia bem e raramente os visitavam. O retorno pra casa dos pais ocorre por volta dos cinco anos, quando ocorre. Nas famílias mais ricas são entregues diretamente aos cuidados das governantas, e no caso dos meninos são entregues aos preceptores aos sete. Por volta dos oito anos o afastamento ocorre novamente quando meninos e meninas são enviados para os internatos, uma prática adotada desde o século XVI. (BADINTER, 1985)

Concordo com Badinter (1985) quando insisto que esses fatores aqui apresentados não significam que o amor materno era inexistente naquele período, mas sim apontar que a centralidade da criança percebida nos dias de hoje não era característica do relacionamento familiar no referido período, pois podemos considerar que havia uma maior preocupação com o instinto de sobrevivência do que com o instinto materno. Consideramos também que o desinteresse da mãe pelo filho pode estar relacionado ao fato de que esta era uma forma de proteger-se da dor da perda, considerando que com a alta mortalidade infantil a criança poderia morrer antes mesmo de completar um ano.

Até a metade do séc. XVIII, segundo Donzelot (1980) a medicina não tinha interesse nas crianças e nas mulheres, pois consideravam que essas eram temáticas de “comadres”, ou seja, eram coisas resolvidas pela sabedoria trocada compartilhada entre as mulheres e não demandavam intervenção médica. Contudo essa perspectiva irá se alterar quando a maternidade e a criança virarem o ouro do estado que culminará com a apropriação dos conhecimentos já produzidos pelas parteiras e curandeiras pelos médicos, bem como a exploração de corpos de mulheres negras para o estudo e desenvolvimento da chamada ginecologia moderna da qual falaremos mais adiante.

Para equilibrar a pirâmide demográfica tanto o Velho Mundo quanto o Novo Mundo adotaram políticas de estímulo a natalidade. Del Priore (1991) indica que no caso do Brasil, por conta da extensão da terra, estes estímulos tinham como objetivo desenvolver contingentes populacionais que provessessem às necessidades do sistema colonial e difundissem a fé católica.

2.1.1. O Amor Construído

Algranti (*apud* MOURA; ARAÚJO, 2004) relata que no Brasil, entre os séc. XVI e XVIII a organização familiar era bastante múltipla em função das características regionais da colonização e da estratificação social deste processo. Contudo, essas relações sofrerão profundas alterações com a vinda da família real e de toda a corte para o Rio de Janeiro no início do séc. XIX, trazendo com eles as concepções de família e maternidade que já imperavam na Europa naquele momento.

A ampla bibliografia que trata do período da escravização africana no Brasil, que ocorreu entre o séc. XVI e o séc. XIX, destaca a função das mães-pretas, mulheres negras escravizadas que eram designadas para amamentar os filhos dos seus proprietários, portanto amas-de-leite. Para a mãe-preta o “instinto materno”, compreendido como inerente a sua condição de mulher, era evocado para estar a serviço dos filhos dos seus senhores, sendo sistematicamente afastada do seu filho negro e, por consequência, excluindo sua única possibilidade de relação familiar (GONZALEZ, 1983; DEL PRIORE, 2004; BARBIERI; COUTO, 2012; DAVIS, 2016).

Gonzalez (1983) destaca que eram essas mulheres negras escravizadas que exerciam as atividades referentes à maternagem, enquanto as mulheres brancas apenas pariam seus filhos, por isso a autora chega a considerar que, por exercer tais cuidados, essas mães-pretas eram verdadeiramente as mães dessas crianças. O discurso da autora reflete uma ideia muito repetida até hoje no Brasil que diz que “mãe é quem cria”.

Ela, simplesmente, é a mãe. E isso mesmo, é a mãe. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: que é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por ai afora? É a mãe, não é? Pois então. Ela é a mãe nesse barato doido da cultura brasileira. Enquanto mucama, é a mulher; enquanto "bá", é a mãe. A branca, a chamada legítima esposa, é justamente a outra que, por impossível que pareça, só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a "mãe-preta" é a mãe. (GONZALEZ, 1983, p.235)⁵

⁵ Embora o trecho destacado pareça bastante romântico, a autora destaca a importância desta maternagem negra na transferência dos valores que lhe diziam respeito para essas crianças que estavam sob seus cuidados. Lélia Gonzalez (1983) aponta que estas amas foram indispensáveis para a criação do que ela chama de “pretuguês”, o resultado da mudança que os pretos causaram na língua portuguesa, em especial na linguagem infantil.

Na França, ao explorar as mudanças trazidas pela Revolução Francesa (1789–1799), fortemente baseada nas ideias do Iluminismo, Michele Perrot (1991) em *História da Vida Privada: Da revolução Francesa à Primeira Guerra* ilustra como os limites entre o público e o privado foram transformados. Sob o lema de “*Liberté, Égalité, Fraternité*” a revolução pautava-se principalmente nas ideias dos filósofos, Voltaire, Diderot, Montesquieu, d’lAmbert e Rousseau. Sobre tal a autora afirma:

Durante a Revolução, as fronteiras entre a vida pública e a vida privada mostraram uma grande flutuação. A coisa pública, o espírito público invadiram os domínios habitualmente privados da vida. Não resta dúvida que o desenvolvimento do espaço público e a politização da vida cotidiana foram definitivamente responsáveis pela redefinição mais clara do espaço privado no início do séc. XIX. O domínio da vida pública, principalmente entre 1789 e 1794, ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com uma maior precisão. (PERROT, 1991, p.21)

Perrot (1991) destaca que o Estado se colocava a combater tudo o que iria contra a “ordem natural” das coisas, legislando na direção do reconhecimento da autoridade paterna e marital, enquanto também condenava as mulheres que se afastavam dos seus afazeres domésticos e maternos. A autora destaca que a consagração do poder paterno estava presente no Código Civil do período oitocentista de forma que legislava “em nome da natureza”. O Código Civil “estabelece a superioridade absoluta do marido no lar e do pai na família, e a incapacidade da mulher e da mãe.” (PERROT, 1991, p.121). O pai se torna soberano no ambiente doméstico devido a importância que esse espaço possui neste período. O pensamento do período era que o doméstico era importante demais para ficar nas mãos das mulheres, pois sua natureza era fraca.

Entre os diversos privilégios masculinos, o código garantia por exemplo que a mulher que abandonasse o domicílio conjugal fosse reconduzida ao lar pela força pública e obrigada a cumprir com seus deveres de esposa, por outro lado o homem adúltero proibia a investigação de paternidade caso houvesse suspeita que essa tivesse engravidado uma moça, tendo em vista que a moral exigia que, em caso de paternidade reconhecida, que esse casasse com ela. Ou seja, se uma moça ficasse grávida de um rapaz não poderia exigir a investigação da paternidade para que repasse sua honra com o casamento, ficando a mercê do reconhecimento de paternidade voluntária. (PERROT, 1991, p.122).

O estabelecimento de que as mulheres deveriam dedicar-se unicamente às coisas de “ordem natural” afastaram elas de qualquer outra atividade na esfera pública. Desta forma houveram também supressões por representantes políticos e pela ampla sociedade às

associações e organizações femininas que podem ser percebidas na seguinte fala destacada pela autora “Onde já se viu que a mulher abandone os cuidados do lar, o berço dos filhos, para ir a praça pública discursar na tribuna?”(PERROT, 1991, p.26)

Badinter (1985) aponta que houve pelo menos três discursos que colaboraram diretamente para a formatação do mito do amor materno na Europa: um econômico e político, um filosófico e um terceiro conduzido por intermediários entre os interesses do Estado e as mulheres.

A partir do final do séc. XVIII surgem numerosas produções que se colocam preocupadas com a preservação das crianças. Essas publicações são fruto de uma novidade trazida pelo século anterior, a demografia, que apresentou a importância da população para um país. Foram esses estudos que apresentaram uma pequena redução na mortalidade adulta, por conta do encerramento da guerra, da peste e das grandes fomes no século XVIII. Contudo, não se registrou mudanças nos níveis de mortalidade infantil até meados deste século. (DONZELOT, 1980; BADINTER, 1985)

Badinter (1985) aponta que Voltaire, Rousseau e Montesquieu, entre outros filósofos, alarmavam para um despovoamento da França, que foi considerado por Mirabeau resultante “da grande propriedade, do luxo, do sistema fiscal e da decadência da agricultura, que eram todos freios à produção, e portanto à riqueza, e portanto à natalidade” (BADINTER, 1985, p.151). É a partir daí que a preocupação com a preservação das crianças torna-se emergencial para os ministros. Passou-se a investir na medicina para buscar novas medidas que reduzissem os índices de mortalidade infantil nos primeiros meses de vida, e também no parto. Por isso, estimulou-se produções voltadas para as parteiras bem como sua tradução para as diversas línguas faladas na Europa, culminando na criação da primeira escola de parteiras em Limoges.

Donzelot (1980) aponta que se tornam numerosas as publicações médicas que condenam o uso de amas-de-leite e passam a recomendar que as mães amamentem seus próprios filhos, pois argumentavam que estas amas transmitiam doenças a partir do leite além da transmissão dos maus hábitos e da baixa moral até aos filhos dos homens mais honestos. As preocupações não eram apenas humanitárias, mas eram principalmente econômicas, eram preocupações com a produção e por consequência com as crianças que precisavam ser preservadas para trabalhar nesse processo, ela era agora a força produtiva.

Percebendo-se o menor índice de mortalidade das crianças que eram amamentadas por suas mães, o Estado passou a investir em auxílios para as mulheres pobres que desejavam amamentar seus filhos, além disso passou a auxiliar instituições filantrópicas que abrigassem as crianças, que se multiplicaram em toda a Europa. Passa-se a convocar os homens para que

conscientizem suas mulheres do seu papel fundamental na sobrevivência das crianças, pedindo que elas abandonem seu egoísmo. Donzelot (1980) aponta que no que tange as crianças órfãs o interesse do Estado figurava como um investimento a longo prazo.

[...] salvar os bastardos, a fim de destiná-los a tarefas nacionais, como a colonização, a milícia, a marinha, tarefas para as quais eles estariam perfeitamente adaptados, pelo fato de não possuírem vínculos de obrigações familiares. Sem parentes, sem apoio a não ser aquele fornecido por um sábio governo, não se prendem a nada, nada têm a perder[...] (DONZELOT, 1980, p.17)

Tal discurso econômico não teria sido tão eficiente se fosse isolado, por isso, um segundo discurso, o filosófico. O discurso filosófico dividiu-se em duas ideias complementares: a igualdade e a felicidade. No que tange esta primeira destaca-se as novas concepções trazidas pelo Contrato Social de Rousseau e o artigo da *Encyclopédie* que consagrava o poder paterno.

Badinter(1985) registra mudanças significativas no papel paterno e materno do artigo da *Encyclopédie*, pois o poder e autoridade é agora uma maneira de compensar a fragilidade da criança e oferecer proteção. A autoridade dos pais passa a ser para o bem da criança. Por outro lado, o contrato social expõe uma nova teoria sobre a família como a única sociedade natural que existe enquanto os filhos precisam dos pais para sua subsistência. Contudo, destaca que após cessada este vínculo por necessidade estes laços podem ser feitos voluntariamente na família.

Embora Perrot (1991) registre que o Estado durante a Revolução Francesa tenha combatido fortemente os poderes do Antigo Regime e tenha enfrentado fortes disputas com a Igreja pelo controle da Vida Privada, percebe-se que ambos colaboraram diretamente para a formação do mito do amor materno como observaremos a seguir.

Sobre a felicidade, a filosofia Iluminista no século das luzes passa a conceber que o ser humano existe para ser feliz. Há nesse discurso sobre a felicidade a noção cristã de que Deus colocou o homem na terra para que este seja feliz até o dia em que este lhe concederá a vida eterna. Volta-se também o olhar para a felicidade dentro da microssociedade que é a família.

A felicidade não é mais apenas uma questão individual. É a dois que se espera, em primeiro lugar, realizá-la, enquanto se aguarda a possibilidade de vivê-la com a coletividade. Para que as relações entre o casal e os filhos sejam felizes, é preciso, descobre-se no século XVIII, que sejam fundadas no amor. Não o amor-desejo passional e caprichoso, feito de altos e baixos, de dores e prazeres, mas esse amor-amizade que chamamos hoje de ternura. (BADINTER, 1985, p. 175)

É norteado por este mesmo discurso que a imagem da mulher dentro da família e da sociedade se modifica. Aquela que ora estava relacionada no âmbito do cristianismo à serpente

passa a estar relacionada com a imagem de Maria, representando agora toda a ternura de um ser ponderado e modesto que limita suas ambições ao lar.

Um terceiro discurso é dirigido às mulheres a partir de seus interlocutores para despertar nelas o interesse pelas responsabilidades maternas que segundo Badinter (1985) é apresentado em forma de súplica, mas também de acusação. Neste sentido a autora destaca a obra *Émile* de Rousseau, em 1762, como uma importante publicação para causar comoção social dando ênfase ao seu discurso enfaticamente dirigido às mulheres como observamos no trecho: “Do cuidado das mulheres depende a primeira educação dos homens; das mulheres dependem ainda os seus costumes..... Assim, educar os homens quando são jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los.. eis os deveres das mulheres em todos os tempos” (RUSSEAU *apud* BADINTER, 1985, p.181).

Em *Émile*, o referido filósofo relata papéis demarcados estritamente pelo sexo, estabelecendo que o homem deve ser ativo e forte e a mulher passiva e fraca. Além disso, o autor destaca que a mulher foi feita para agradar o homem, mas que o contrário não é uma necessidade e coloca a maternidade como uma atividade central na vida das mulheres que não devendo, por exemplo, delegar a amamentação à outras mulheres pois assim estaria recusando-se a atender o chamado da natureza. Esta obra dedica-se a pensar sobre a educação das crianças, tomando como responsáveis os pais, mas majoritariamente, a mãe. Desviar-se das práticas sugeridas por ele poderia resultar na degeneração das crianças. Contudo, a obra que tanto se difundiu na Europa figurava como um tratado pela educação integral das crianças⁶, que abrangia o caráter físico, intelectual, moral para o “homem natural”, que é bom por natureza. (ROUSSEAU, 1979).

De acordo com Badinter (1985) para sustentar o discurso do amor materno foram usados três argumentos principais do séc. XVIII: o discurso de retorno à boa natureza, as promessas e as ameaças, todos com forte conexão a ciência e a religião.

O retorno a boa natureza consistiu em argumentos que se concentraram principalmente na questão da amamentação e da abnegação das mães em nome de seus filhos. Plutarco é destacado por Badinter (1985) como um dos maiores colaboradores do moralismo na convocação das mulheres para o aleitamento utilizando de argumentos tais como que a natureza é quem diz que a mãe deve amamentar e que é por isso que ela desenvolve seios, sendo assim negar-se a amamentar seus filhos significava ir contra a natureza e também ir contra Deus.

⁶ Um fato curioso sobre Rousseau é que mesmo tendo elaborado sobre a educação das crianças em *Émile*, o filósofo abandonou seus cinco filhos com Thérèse Levasseur em um asilo, supostamente para que desfrutassem de uma educação melhor. (NOGUEIRA, 2019)

Os grandes médicos do período, como Raulin, Gilbert e Gérard, exaltavam a figura da “mãe selvagem” e também das fêmeas entre os mais diversos bichos, pois mesmo que tenham suas entranhas dilaceradas pelos seus filhotes, estas se esqueciam de toda a dor em nome do cuidado de seus rebentos. Os animais são constantemente utilizados para exemplificar a naturalidade e a nobreza do ato de restringir a liberdade e o desejo da mulher em nome de seus filhos. A antiga figura desprezível e ridícula da “vaca leiteira” é ressignificada como um papel de nobreza.

Observa-se que as recomendações médicas não se detiveram apenas ao aleitamento, mas também recomendavam uma mudança de hábito, como por exemplo a publicação de *De la conservation des enfants*, de Raulin em 1769, em que o médico condena as mães irresponsáveis que comem o que bem querem durante a gestação enquanto o recomendado é que façam como as mães animais, que passam a comer mais plantas e frutas durante o mesmo período.

Os argumentos dos referidos médicos não eram assimilados pelas mulheres das diversas camadas sociais, seja porque esse discurso não chegava às mulheres das camadas mais baixas, porque as mulheres nobres escolheram ignorá-lo ou porque havia um consenso de que os humanos eram superiores aos animais e, portanto, assemelhar-se a eles era um ultraje (BADINTER, 1985). É importante ressaltar que estamos tratando de um momento em que a característica de selvagem era atribuída não só a animais, mas também aos escravizados pelos colonizadores, portanto assumir a postura de mãe selvagem era também assemelhar-se às mulheres escravizadas.

Considero o discurso da natureza como um dos mais importantes quando pensamos o poder que a ciência tem em tornar algo como verdade e, por tanto, incontestável. Zanello (2016) e Fine (2010) indicam que quando a ciência destaca que existe um instinto materno e comprova isso a partir do discurso da natureza ela torna tudo o que desvia dessa lógica em patologia, contando com forte influência da neurociência e da psicanálise pra isso.

Um segundo argumento destacado por Badinter (1985) foram as promessas e os elogios destinados às mães para combater suas principais queixas sobre a amamentação e o cuidado com seus filhos. Contra o argumento de que a amamentação era cansativa e deteriorava a aparência da mãe exaltava-se a beleza da lactante e seus seios fartos. Alegava-se também que não havia mais nobre e prazerosa tarefa do que cuidar dos filhos e amamentá-los, entretanto, foram os homens que lideraram tais argumentações. A autora deixa uma reflexão importante sobre isso quando retrata: “Decididamente, os homens foram melhores defensores da causa das mães, a menos que, através desse artifício, não tenham defendido na realidade senão a própria causa.” (BADINTER, 1985, p.194). Outros prestígios para as mulheres que amamentam são

descritos por Rousseau (1792) quando este afirma que as mulheres criam um vínculo afetivo com os bebês quando os amamentam e também reforçam o laço com seus maridos.

O discurso da natureza e o das promessas não teriam sido suficientes para canonizar o amor materno sem o auxílio de um terceiro viés de argumentos, as ameaças. Baseados na pseudociência da mecânica dos fluidos muitos médicos, como Raulin, destacavam que quando retido o leite materno se espalhava por todas as partes, causando diversos males e até mesmo a morte. Não se contentando com a argumentação científica, Raulin lança mão do terrorismo utilizando o exemplo de uma puérpera que tentou secar seu leite como observamos a seguir:

“ela começou a tossir.. instalou-se uma febre lenta, um escarro purulento.. a doente estava em estado tísico confirmado.” O médico do rei atribuía essa tísica à rigidez dos nervos e ao encurtamento das fibras. E que acreditam que aconteceu com essa infeliz? Morreu, simplesmente. Do ponto de vista médico, o exemplo é pouco convincente, pois é muito provável que esta senhora já estivesse tísica antes de dar à luz e que a retenção do leite nada tinha a ver com sua morte. Do ponto de vista epistemológico, um exemplo não pode valer como lei. A morte da mulher não autoriza Raulin a sugerir grosseiramente que "quem não amamenta, morre". Do ponto de vista psicológico, porém, o efeito é incontestável. Basta para lançar a perturbação no espírito das leitoras (BADINTER, 1985, p.196)

Expandem-se as publicações médicas que associam diversas doenças com a recusa ao aleitamento, provando o argumento de que a natureza se vingava das mães que rejeitassem ao seu chamado. Entretanto, a recusa à amamentação não era apenas uma recusa ao papel natural da mulher, mas uma imoralidade e um ato contra Deus, este argumento era sustentado pela teologia como uma injustiça com o filho e uma depravação.

A responsabilização da mãe que perceberemos nos séculos seguintes é traduzida no trecho do médico Verdier-Heurtin quando esse diz: "Mulheres, não espereis que eu estimule vossa conduta criminosa.. Não censuro os vossos prazeres quando sois livres.. mas transformadas em esposas e mães, deixai os adornos vãos, fugi dos prazeres enganosos: sereis culpadas se não o fizerdes" (VERDIER-HEURITIN *apud* BADINTER, 1985, p.198). Contudo a autora destaca o real interesse econômico e político destes discursos quando destaca que chefes de polícia e economistas afirmam que assim o estado terá riqueza e poder.

Como resultado das contribuições aqui apresentadas, no final do séc.XVIII e início do séc. XIX surge a “nova mãe” (BADINTER, 1985) dedicada, amorosa e capaz de suportar todas as dores em nome de seus filhos. O aleitamento passa a ser compreendido como um momento único entre mãe e bebê e aceito pelas mulheres das diversas camadas sociais tornando-se a nova norma.

Contudo, a maternidade figurava de uma maneira diferente para as mulheres escravizadas nas colônias. O modo de vida ao qual homens e mulheres negros escravizados estavam submetidos, nas colônias dos países europeus, impossibilitaram a formação de uma família, da maternidade e até mesmo do amor romântico nos moldes europeus. (DAVIS, 2016; HOOKS, 2000; DEL PRIORE, 2004). Por um lado, por serem mulheres, as mulheres negras escravizadas estavam expostas não só aos mesmos castigos que os homens escravizados, mas também sofriam punições a partir da violência sexual.

A capacidade reprodutiva destas mulheres era também utilizada para ampliar o patrimônio que aquele senhor tinha, portanto os proprietários de pessoas escravizadas asseguravam-se que estas mulheres estivessem grávidas tão logo fosse possível, contudo, não excluía as gestantes e mães com recém-nascidos dos trabalhos nos campos. Com os seios cheios de leite e o cansaço do trabalho no campo uma entrevistada por Davis (2016, p.14) relata: “vi o capataz bater-lhes com couro cru, tanto que o sangue e o leite saíram misturados das suas mamas”. Observa-se então que a fragilidade materna pregada pelas elites não chegava às mulheres negras escravizadas, pois estas possuíam o *status* de “coisas”.

Aliado a isso temos o fato de a rotatividade das pessoas escravizadas em geral ser bastante comum e de não haver preocupação em manter as mães escravizadas perto de seus filhos, por isso estes poderiam ser vendidos para quão longe estivesse o comprador. (HOOKS, 2000; DAVIS, 2016; DEL PRIORE, 2004) Portanto como seria possível constituir uma família, uma relação mãe e filho ou até mesmo uma relação conjugal se a permanência daquela pessoa era imprevisível?

Os elementos aqui apresentados demonstram que as mulheres negras eram consideradas como “reprodutoras” em oposição de “mães”, desta forma todo o ideal de amor materno construído não era destinado a elas. Contudo, Davis (2016) destaca que a matrifocalidade como consequência deste modo de vida, por isso pede que a força da mãe escrava não seja romantizada, pois estas criavam os filhos de seus estupradores sozinhas enquanto por outro lado estas mesmas crianças eram tratadas como mercadoria pelos seus donos.

Tratando-se da *História das Crianças no Brasil*, a historiadora Mary Del Priore (2010) aponta que no caso brasileiro a história das crianças não se distingue da dos adultos, pois ela é feita à sua sombra (ibidem, p. 8). A autora relaciona a condição econômica e social da criança com a forma como essa infância é vivida, mas no capítulo em que se destina a expor a condição de vida das *Crianças Escravas*, *Criança dos Escravos*, Del Priore registra que a quantidade de pessoas escravizadas por idade e sexo era variável, mas que haviam fazendas que possuíam dois terços de crianças dentre os seus cativos, bem como haviam pequenos sítios onde haviam

somente crianças escravizadas. As crianças eram minoria no tráfico transatlântico e geralmente eram vendidas nas etapas finais da infância, contudo os bebês podiam ser doados logo ao nascer.

Desta forma percebemos que o pensamento produzido pelos europeus da necessidade da infância protegida e cercada de cuidados não se estendia às crianças africanas que este mesmo povo capturou, vendeu e escravizou durante os anos de tráfico transatlântico.

Com a centralidade da criança na família europeia, adquirida no fim do séc.XVIII (ARIÈS, 2006) a liberdade passa a ser pautada como fundamental para o desenvolvimento do bebê. O enfaixamento passa a ser veementemente rechaçado, pois agora se preza pela liberdade que o bebê possa acariciar, abraçar e conhecer a mãe. Com forte influência de Rousseau (1792), a higiene da criança também passa a ser uma preocupação da família, por isso o banho do bebê passa a ser um hábito diário. A vigilância constante e a dedicação integral das mulheres à maternidade são valores postos no séc. XIX. A mãe do início deste século nada tem a ver com a mãe do fim da idade média, pois “não amar os filhos tornou-se um crime sem perdão” (BADINTER, 1985, p.211). O mito do amor materno está consolidado.

Na contramão da máxima do amor materno e da conservação da criança pregadas na Europa, o Brasil neste mesmo período experimentava ainda grande abandono das crianças, aborto e infanticídio, além do pouco acesso às escolas jesuíticas, o forte direcionamento a educação para o trabalho para que se tornassem úteis, principalmente para as crianças em condição de escravidão. (DEL PRIORE, 2010)

O projeto de imposição do modelo católico de família chefiada pelo marido e maternidade dentro Sagrado Matrimônio registrava um tremendo fracasso na colônia. A pobreza na colônia atingia parte significativa da população e após anos de concubinato, registra-se em Del Priore (1991, 2004) a grande pobreza das mães solteiras e o abandono das crianças nas “rodas dos expostos”⁷.

O mundo colonial conviveu com índices de 30% a 60% de bastardia entre os livres e de 50% a 100% entre os escravos. A mãe solteira ou concubina acabou sendo um personagem aceito nas cidades e vilas do século XVIII. Na capital baiana, os censos do século XIX indicam que de cada três mães brancas uma havia tido filho fora das fronteiras matrimoniais. O levantamento da população carioca de 1799 arrolou cerca de oitocentas mulheres brancas chefiando domicílios. Não é difícil encontrar nos textos de bilhetes dos séculos XVIII e XIX exemplos de “expostos brancos” que foram abandonados em razão da pobreza dos pais. (DEL PRIORE, 2004, p.167)

⁷ A roda dos expostos era um tipo de caixa giratória com abertura para a parte externa dos prédios de conventos, asilos e orfanatos onde as mulheres deixavam os bebês sem serem vistas. (DEL PRIORE, 2004) Tal prática veio para legitimar as práticas de abandono que já aconteciam na colônia durante todo o período. (DEL PRIORE, 1991, p.48)

A condição de pobreza fazia com que o estímulo à natalidade não fosse recebido pelas mulheres da colônia. Uma gestação era vista com aflição pelas mulheres, pois seria mais uma boca para alimentar, por isso recorrer a doação de crianças a famílias abastadas ou a roda dos expostos era uma estratégia que ajudava as mulheres a reduzirem as despesas com mais um filho, mas também de proporcionar a este a chance de ter uma vida melhor, como no caso das mulheres escravizadas que entregavam seus bebês na esperança de que desfrutassem de destino melhor do que o seu. (DEL PRIORE, 1991, 2004, 2010)

Algranti (*apud* MOURA; ARAÚJO, 2004) destaca que, assim como na Europa, o Brasil a organização familiar bem como os sentimentos presentes na família moderna, são fruto das modificações provocadas pela ascensão burguesa do final do séc. XVIII, contudo o Brasil estava revestido das características de ser um país-colônia subitamente elevado à condição de sede do governo português. Cabe destacar que a proposta de organização familiar era possível apenas para uma parcela muito pequena de pessoas livres que dispunham de privilégio socioeconômico.

Nesse movimento, promoveu-se uma “reeuropeização” dos costumes coloniais pela transposição, para o Brasil, de hábitos relativos a uma cultura gestada na Europa. Aliados à mulher e à criança, valorizando a “família amorosa”, durante o século XIX, os higienistas auxiliaram a família brasileira a assimilar novos valores, nuclearizando-se e urbanizando-se. (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 48)

Embora a dita “reeuropeização” dos costumes tenha sido promovida, a valorização e proteção da criança pregada pela nova cultura materna da Europa enfraqueceu-se no seu trajeto até o Brasil. Del Priore (1994) relata que os registros de viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no final do séc. XIX remetiam a surpresas diante do exercício da maternidade e a criação das crianças.

No olhar que lançam à infância, os viajantes escapam aos estereótipos e se aproximam da realidade das fontes históricas que hoje manuseamos: o número de crianças abandonadas era enorme. A negligência com que eram tratadas, chocava-os. Chocava-os também o hábito dos abortos e infanticídio. Causava-lhes péssima impressão as escravas não poderem criar seus próprios filhos. A educação das crianças de elite lhes parecia insuficiente, bem como deploravam o fato das mães não amamentarem seus filhos seguindo uma moda já bem combatida na Europa. (DEL PRIORE, 1994, p. 47)

No séc. XIX, com a Lei do Ventre Livre de 1871, a mulher escravizada começa a ganhar o *status* de mãe, mas a possibilidade de constituição do modelo de família permanece excluída. Como demonstra Brito (2013), essa lei concentra-se na unidade “mãe-filho”, contudo na legislação escravagista em geral despreza-se a relação entre os cônjuges e a relação “pai-filho”.

A responsabilidade das mães europeias e das mães livres brasileiras com a saúde do filho abre espaço para a formação de uma aliança privilegiada entre os médicos e as mães. Desde o fim do século XVIII até o fim do séc. XIX os médicos da família⁸ vinham elaborando numerosos livros sobre a criação, educação e medicação das crianças, que se iniciam em forma de conselhos, mas tomam uma linguagem imperativa no séc. XIX, demarcando o lugar de sabedoria do médico. A linguagem imperativa e a demarcação do saber buscavam combater o charlatanismo e a improvisação crescente, por efeito da vulgarização do saber médico da referida época.

A instauração do médico de família, essa implantação direta do médico na molécula familiar, constituiu o melhor meio de sustar as tentações dos charlatães e dos médicos não qualificados. E, no interior mesmo da família, a aliança privilegiada entre o médico e a mãe terá por função reproduzir a distância, de origem hospitalar, entre o homem de saber e o nível de execução dos preceitos, atribuído à mulher. (DONZELOT, 1980, p.23)

Na aliança estabelecida a mãe ocupa o papel de executora das prescrições dos médicos. Os papéis de mãe e médico são complementares, mas nitidamente distintos. Entretanto o médico concede um *status* social à mãe como educadora auxiliar do médico. (DONZELOT, 1980).

Entre o fim do séc. XVIII e o início do séc XIX percebe-se que as parteiras, que haviam por anos transmitido o conhecimento entre mães e filhas, amigas e vizinhas, passaram a ser excluídas do parto e tendo suas práticas consideradas perigosas pelos médicos. O que anteriormente era considerado assunto de “comadres” torna-se uma preocupação da medicina a partir da segunda metade do séc. XVIII. (SCHIEBINGER, 2001).

O desaparecimento das parteiras tradicionais no começo da Europa moderna teve outras conseqüências para a saúde e bem-estar das mulheres. É digno de nota que as mulheres perderam o controle sobre sua fertilidade. Já em 1600 as mulheres, em algumas partes da Europa, comumente tinham acesso a cerca de 200 contraceptivos e produtos abortivos, tanto de natureza vegetal quanto mecânica. Dentro da Europa, o declínio do trabalho das parteiras solapou o conhecimento tradicional da contracepção - um conhecimento que passava através da rede de relações entre as mulheres, de mãe para filha e de parteira para vizinha. Como resultado, as mulheres européias do século dezanove tiveram mais filhos que suas avós e entendiam menos acerca de seus corpos. (SCHIEBINGER, 2001, p.210)

Segundo Scavone (1985) a medicina então se apropriou do conhecimento produzido pelas parteiras, colocando-as como assistentes e posteriormente as excluindo deste lugar. Ora, se a

⁸ Fala-se em médico da família pois ainda não existia a figura do pediatra. A centralidade da criança na família no século XVIII impacta tardiamente a medicina, pois o interesse pelas crianças surge apenas no séc. XIX, tendo a palavra “pediatria” surgido em 1872.

produção do conhecimento passou pela igreja seguida pelos liceus e as universidades de exclusividade masculina, quando o estudo sobre as mulheres torna-se relevante ele é realizado em lugares onde estas não podiam estar.

Ao retomar as publicações de Rousseau no séc. XIX, Badinter (1985) revela também a ampliação das responsabilidades maternas neste século, como a responsabilidade de educadora dos filhos e de formadora de futuras esposas e mães. Além disso, o autor é um dos muitos que retratam a obrigação do sacrifício das mulheres em nome da maternidade para que não seja acusada de egoísmo.

Tais perspectivas da medicina reverberam na sociedade brasileira no séc.XX, de forma que Freire (2006) registra que as revistas femininas de 1920 apresentam um grande número de artigos elaborados por médicos que tutelavam todo o conhecimento sobre o cuidado com as crianças e tentavam estabelecer uma relação de parceria com estas mães, tal qual os médicos da família no séc.XVIII anteriormente mencionados. A autora destaca a recepção deste conteúdo por parte das mães, de forma que o livro “Guia das mães” de Wittrock fez um sucesso estrondoso, esgotando-se rapidamente das prateleiras das livrarias.

A crítica apresentada por Freire (2006) demonstra principalmente o estabelecimento desta relação entre quem sabe e quem executa, sendo o médico quem ocupa esta primeira posição mencionada. Desta forma, percebe-se que mesmo séculos depois a maternidade tutelada pelos médicos ainda permanece pouco alterado e se constitui como um projeto que está profundamente cravado na sociedade brasileira.

2.1.2. Como a Ciência “Inventou” a Maternidade – a contribuição de diferentes campos científicos

Percebemos ao longo do tópico anterior a forte presença da medicina na representação dos discursos que moldaram a o mito do amor materno no decorrer da história. Não só a medicina, mas outras vertentes das ciências contribuíram diretamente para a criação dos papéis de gênero, dentre eles a maternidade romântica e do papel materno como destino natural da mulher.

Ressalto aqui que a maternidade enquanto destino da mulher serviu também para a exclusão sistemática das mulheres do trabalho científico, pois de acordo com Schiebinger (2001, p.213) a ciência moderna, em sua revolução da ciência sexual, ocupou-se também de estudar a diferença entre os corpos masculinos e femininos e definiu que tais diferenças não se limitavam às genitálias, mas que estavam em cada fibra do corpo, desta forma concluiu-se que o corpo do homem estava para a intelectualidade, enquanto o corpo da mulher estava para

maternidade. A autora destaca que tais estudos acadêmicos não estavam preocupados em repensar a assistência a saúde, mas que estavam projetados para manter as mulheres no lugar que foi definido para elas.

Para efeitos desta pesquisa faz-se necessário compreender qual o impacto das ciências na produção da maternidade romântica. Segundo Schiebinger (2001, p.207) “A “ciência sexual”- o exame minucioso da diferença sexual – desempenhou um importante papel nas tentativas de resolver debates acerca do papel adequado das mulheres na sociedade e nas profissões.”. Entre estas destaco, além da medicina, a psicanálise, a neurociência e a primatologia.

A forma como a psicanálise é entendida no senso comum enquanto uma ciência que entende comportamentos e o inconsciente atribui a ela um grande poder e por consequência coloca sobre ela grandes responsabilidades. É por isso que a psicanálise desempenhou um importante papel na formulação dos papéis de gênero e também ao compreender determinados comportamentos como desviantes os tornou patológicos.

Durante o resgate aqui realizado das novas responsabilidades adquiridas pelas mães nos anos finais do séc. XVIII, e consolidadas no séc. XIX, vimos a obrigação materna com os cuidados com a saúde dos filhos, toda via, este cuidado não se limitou a saúde física. Badinter (1985) aponta que após a descoberta do inconsciente os psicanalistas ganharam o hábito de questionar as mães ao menor sinal de perturbação à saúde mental da criança. A responsabilidade não é atribuída explicitamente à esta figura, enquanto por outro lado entende-se que para ser “uma “boa mãe” é preferível que esta tenha tido uma “boa mãe”, e por consequência “mães más” geram futuras “mães más”.

Uma exímia discípula de Freud, Héléne Deutsch dá continuidade ao trabalho do pai da psicanálise estabelecendo três características essenciais para a “mulher normal”, chamada por Badinter (1985) de tríade feminina: passividade, masoquismo e narcisismo.

O argumento da passividade repousa sobre o campo da biologia na área da reprodução⁹. Compara-se o feminino ao óvulo imóvel e passivo e o masculino ao espermatozoide móvel e ativo, por isso acreditavam que os comportamentos sexuais de homens e mulheres estavam pautados no dos “organismos sexuais elementares” (FREUD *apud* BADINTER, 1985, p.305).

O macho agarra a fêmea e a penetra. Embora se mencionem casos de fêmeas ativas e agressivas no reino animal (aranha, grilo, certas borboletas), H. Deutsch conclui que “não passam de exceções à regra geral”, e que a passividade continua sendo a especificidade tanto da fêmea como da mulher. (BADINTER, 1985, p.305)

⁹ A passividade dos óvulos na reprodução é uma das principais mudanças de perspectivas trazidas pelas biólogas feministas. Para melhor compreensão, ver *Qual foi o impacto do feminismo na ciência* de Evelyn Fox Keller, 2006.

A segunda característica, o masoquismo, parte também da passividade. Ao considerar que meninos e meninas partiam da mesma agressividade, compreendem que com o tempo o menino pode exteriorizar sua agressividade, enquanto a menina deve voltar a sua para o interior. É essa agressividade reprimida que constitui o masoquismo e se desdobrará na necessidade feminina de ser amada. (BADINTER, 1985, p.306-307)

A terceira e última característica da “mulher normal” é o narcisismo:

O narcisismo vem, felizmente, contrabalançar a tendência masoquista. Ele se liga à fase infantil da formação do ego, durante a qual a libido toma o ego por objeto, isto é, quando a criança se ama a si mesma. Progressivamente, esse amor por si mesma se transforma, na menina, em desejo de ser amada. Para compreender a intensidade particular do narcisismo feminino, é preciso lembrar que ele tem uma função duplamente compensatória. De um lado, compensa a humilhação de sua inferioridade genital. De outro, limita sua tendência masoquista, que a leva a fins perigosos para o seu ego. Graças ao narcisismo, o ego se defende e reforça sua segurança, intensificando o seu amor por si mesmo. Pois uma mulher normal não pode prescindir da tendência masoquista. Esta é necessária para a superação das principais etapas de sua vida: o ato sexual, o parto, a maternidade, etapas da reprodução estreitamente ligadas ao sofrimento. (BADINTER, 1985, p.307)

A associação destas três características não só dará formato à “mulher normal” como também justificará as imposições à “nova mãe”. O masoquismo associado ao narcisismo justificará posteriormente a aceitação de todas as dores e sacrifícios maternos e o enobrecimento narcísico em senti-las e fazê-los, todos estes aceitos de bom grado por consequência da passividade.

Por consequência, essas definições de “mulher normal” e “boa mãe” geram também a “mulher anormal” e a “mãe má” dotadas de uma lista de patologias. Por isso Zanello (2016) ressalta que a psicologia desempenhou papel importantíssimo na construção do modelo de maternidade através da higienização e do controle de afetos, prescrevendo o que seria uma boa mãe e os efeitos de uma mãe má. A autora destaca estudos que apontam que as pesquisas na área da psicologia sobre gravidez e maternidade raramente tratam do desencontro da mulher com a maternidade, apontando que tal perspectiva parte de um pressuposto de que o desejo pela maternidade é natural e o não desejo é patológico.

Sendo assim Zanello (2016) destaca que as ciências “*psis*” em geral são as grandes responsáveis pela criação da culpa materna que se materializa quando as mulheres não conseguem atender a todas as expectativas que recaem sobre ela enquanto mãe, dentre elas, que abra mão de seus desejos individuais. Badinter (2010), Beltrame e Donelli (2012), Menezes e colaboradores (2012) e Silva (2017) apontam que isso reverbera diretamente sobre as vidas das

mulheres que estão empenhadas na construção de suas carreiras e precisam atender a outras demandas que não as da maternidade, solicitando de outras que supram as necessidades dos filhos em sua ausência.

Em *Delusions of gender: How Our Minds, Society, and Neurosexism Create Difference* Cordelia Fine (2010) destina-se a descrever as principais contribuições da neurociência na criação das diferenças entre os sexos entendidos até então como diretamente ligados ao gênero. Interessa-me aqui ressaltar a obra bastante problemática destacada pela autora, intitulada *The female brain* de Louann Brizendine (2006).

Brizendine (2006) destina este livro para relatar sobre as diferenças cerebrais entre homens e mulheres, concluindo que o cérebro está relacionado com a escolha de das tarefas preteridas e preferidas por cada um destes. Quanto a isso, concordo com Fine (2010) quando esta expõe que a neurocientista está atribuindo ao cérebro papéis que são socialmente construídos e que é a cultura que molda as preferências de homens e mulheres. Acerca da maternidade, a neurocientista reserva um capítulo de seu livro para tratar apenas do “cérebro da mamãe” (tradução nossa), e relaciona sua formação com sua experiência para analisar o que chama de circuitos cerebrais. Ao abordar os “circuitos cerebrais”, Brizendine (2006) relata que o cérebro da mulher é automaticamente transformado pelos hormônios liberados pela gestação “estruturalmente, funcionalmente e, de muitas maneiras, irreversivelmente” (BRIZENDINE, 2006, p.95), sob a justificativa de que é para a sobrevivência das espécies. A autora usa termos como “natural”, “cravado profundamente”, “irreversível” e “para sempre” quando se refere a tais mudanças. Ela elucida que o cérebro da mulher altera todos os seus circuitos quando o feto começa a se desenvolver e utiliza a experiência de outras mulheres para relatar que por mais que estas tenham treinado seus cérebros no campo da sua carreira, não há jeito, o cérebro mudado para a maternidade jamais voltará a trabalhar em nome de outras esferas da vida, desta forma, gerará um “cabo-de-guerra” no cérebro, um curto nos circuitos resultando uma angústia adoecedora na mulher.

É evidente que uma mulher neurocientista falando do seu próprio cérebro e de outras mulheres disfruta de uma legitimidade imensurável no ramo científico, pois além da produção teórica do conhecimento, utiliza também do seu lugar de fala (conhecimento empírico), característica da ciência pós-moderna.

Por outro lado, Fine (2010; 2007) relata que justificativas tais de diferenças essenciais entre homens e mulheres, como oferecidas por Brizendine, que não consideram a cultura como um elemento substancial para tal conflito, e por consequência a angústia feminina, evita que o *status quo* seja questionado sobre o argumento “oh! É o cérebro!”. É essa produção da

neurociência para a naturalização do papéis de gênero que é chamada de “neurosexismo” e por consequência torna patológico todo o comportamento dissidente.

Dentre os ramos das ciências que muito contribuíram com a legitimação científica dos papéis de gênero destaca também a primatologia. Esta vertente das ciências torna-se importante por causa dos discursos de evocação à natureza, anteriormente mencionados. A primatologia utilizou da aproximação entre humanos e primatas na cadeia evolutiva para transferir para os seres humanos todos os resultados de estudos sobre os comportamentos destes animais, ignorando o elemento principal, a cultura. Estas análises sustentaram dentre diversas teorias, a da existência do instinto materno.

Como apresentado por Saini(2017) e Shienbinger (2001) a primatologia permaneceu durante muito tempo como uma ciência predominantemente masculina, cenário que se alterou após a segunda guerra mundial. Londa Shienbinger (2001) destaca o crescimento exponencial do número de doutoramentos na primatologia quando demonstra que em 1960 nenhum doutorado na área havia sido concedido a mulheres enquanto em 1999 80% das doutoras em primatologia eram mulheres. A autora destaca que antes da segunda guerra havia um entendimento estereotipado sobre os machos e fêmeas primatas, por exemplo, entendia-se que os grupos de primatas eram compostos por machos dominantes, fêmeas, jovens e machos periféricos. Entendia-se que o macho apresentava um comportamento dominante e competitivo que mantinha a ordem e controlavam os territórios e por outro lado fêmeas dóceis, mães dedicadas e sexualmente disponíveis. Desta forma relacionava-se o feminino com a submissão enquanto o masculino estava para a dominação.

Assim como destaca Fox Keller (2006) e Shienbinger(2001) a inserção de mulheres em determinados campos da ciência modificou a forma como o conhecimento era produzido a partir da escolha dos objetos a serem estudados e os métodos de análises o que incidiu diretamente sobre os resultados. Sarah Hrdy, uma primatóloga e antropóloga, considerada uma darwinista feminista, ganhou destaque nas produções de Saini (2017) e Shienbinger (2001) quando destacam seu pioneirismo em aplicar a teoria sociobiológica aos primatas símeas. Para isso a primatóloga em questão passou a observar mais as fêmeas e demonstrou que a primatologia tradicional estava concentrando sua observação constantemente nos machos e obtendo conclusões sobre a passividade das fêmeas a partir daí, influenciando diretamente os resultados obtidos.

Hrdy contrapôs toda a noção da passividade feminina provando que machos e fêmeas apresentavam comportamentos igualmente agressivos e competitivos, além de refutar as ideias

disseminadas até então sobre sua passividade na seleção sexual e de que estas apenas copulavam para se reproduzir.

Contradizendo estereótipos de passividade entre sua espécie, essas fêmeas perseguiram promiscuamente machos, procurando copulação além do que era necessário para fertilização. Há muitas razões pelas quais fêmeas buscam ativamente "casos extra-maritais" (na linguagem da seleção sexual "copulações extra-par"). (SCHIEBINGER, 2001, p.252)

Segundo Saini (2017) Hrdy comprovou que algumas espécies de primatas contavam com fêmeas igualmente promíscuas. A primatóloga especulou que tal comportamento deve-se ao fato de que macacos langur machos atacam apenas filhotes carregados por fêmeas que ele considera estranha, mas nunca com fêmeas com quem ele acasalou, desta forma ao elevar o número de parceiros, a fêmea reduz a chance de ter seus filhotes atacados.

No que tange a família e a maternidade, Hrdy percebeu que em algumas famílias de primatas o filhote passa muitos anos sendo cuidado pela mãe, estando constantemente próximo a ela enquanto em outras parte do cuidado com o filhote é compartilhado com o resto do bando. A partir dos estudos de Hrdy, Saini (2017) destaca que, diferente dos primatas, a maternidade humana não é instintiva e toda a relação familiar perpassa por uma plasticidade que é específica das relações entre os seres humanos. Por outro lado, a primatóloga chega a conclusão de que nós humanos somos naturalmente "alloparentais", por tanto é inconcebível esperar que as fêmeas humanas criem seus filhos sem nenhum tipo de ajuda e por consequência que o Estado legisle proibindo o aborto, forçando as mulheres a terem bebês que não podem criar ou que elas não querem. Hrdy afirma que tal noção indica também que o Estado deveria investir na promoção do bem-estar social e cuidado com crianças para as mães, em especial aquelas que não encontram nenhum tipo de suporte em sua família

Embora Hrdy apresente uma linha de argumentação em consonância com as feministas que defendem o aborto a primatóloga Badinter (2011) indica como esta pavimentou muito do discurso essencialista que seduziu de religiosos fundamentalistas ao feminismo essencialista dos anos 80 a partir da defesa do instinto materno.

Embora não se encontre, na mulher, o modelo de comportamento universal comparável aos outros mamíferos, embora existam mães desnaturadas, infanticidas ou indiferentes e, finalmente, embora Sarah B. Hrdy reconheça a influência do contexto histórico, social e econômico sobre o sentimento materno e forte variação nas respostas da mãe, nada disso, ao seu ver, invalida a noção de instinto. (BADINTER, 2011, 67-68)

Na contramão do discurso dominante das feministas primatólogas, Linda Fedigan é destacada por Schiebinger (2001) ao referir a primatologia como uma ciência feminista, pois

identifica seis características semelhantes entre o feminismo e a primatologia contemporânea sendo elas:

A primeira é "reflexividade": uma sensibilidade ao contexto e viés cultural no trabalho científico. Ela argumenta que advertências feitas na universidade contra antropomorfismo (assimilar macacos a comportamentos, motivações e valores humanos) e etnocentrismo (assumir que sua cultura é superior a outras) cultivam reflexividade nos primatólogos. Uma segunda característica comum é uma atenção crítica ao "ponto de vista feminino". Um terceiro é um respeito pela natureza e uma ética de cooperação com a natureza. Devido ao fato de muitos primatas não-humanos estarem em risco de extinção, diz Fedigan, muitos primatologistas são ambientalistas, preocupados com a preservação dos primatas e de seus habitats. Uma quarta característica que Fedigan identifica é o abandono do reducionismo. A primatologia, afirma ela, deixou de ver os primatas como respondendo basicamente a diretivas genéticas ou hormonais e passou a observá-los como seres sensíveis e inteligentes vivendo num conjunto complexo de relações e tradições sociais. Fedigan argumenta também, que tanto a primatologia como a ciência feminista buscam promover valores humanistas, ao invés de interesses nacionais, embora ela avise que isto é uma impressão e não o resultado de estudo empírico. A última característica comum à ciência feminista e à primatologia é uma comunidade científica que é diversa, acessível e igualitária[...] (SCHIEBINGER, 2001, p.254-255)

A autora segue destacando que muitos primatólogos rejeitaram as considerações de Donna Haraway em *Primate Visions* (Visões de Primata, 1989), em que a autora tratava da primatologia no pós-guerra, por diversos motivos. Contudo também ressalta que muitos primatólogos assumiram análises semelhantes às da autora.

No referido livro, Haraway destaca que as mulheres estavam fazendo a diferença na ciência, documentando como algumas cientistas influentes (algumas auto-identificadas como feministas) estavam questionando paradigmas fundamentais, além de dar ênfase ao fato de que a ciência era construída por diversos fatores dentre eles gênero, raça, classe, questões domésticas e econômicas.

Por outro lado, Schiebinger (2001) aponta que Linda Fedigan e Shirley Strum realizam uma análise de gênero dentro da primatologia a partir de quatro estágios da primatologia moderna sendo eles: histórico natural (1950-1965); estrutural-funcional (1965-1975); sociobiológico (1975-1985); e socioecológico (1985-até o presente). Embora utilizassem abordagens diferentes os estudos de Haraway e de Strum e Fedigan estavam em bastante sintonia em suas conclusões. Ambas não viam as mulheres ou o feminismo como um fator isolado ou básico que conduziu as mudanças favoráveis às mulheres na primatologia; rejeitam tentativas simplórias de correlacionar unicamente o ingresso das mulheres no campo e o feminismo; além disso:

Elas também rejeitam a idéia de que o estudo sistemático de efeitos do feminismo sobre a ciência é uma questão política, periférica à própria ciência. Muitos cientistas atuantes assumem (erroneamente) que o feminismo é algo imposto, de fora, à ciência; Strum e Fedigan mostram que primatólogas atuantes não apenas estudaram como o feminismo transformou a primatologia, mas também que muitas delas são feministas que ajudaram a criar essa transformação. Parte do argumento de Strum e Fedigan é que o feminismo tem sido central para o desenvolvimento da primatologia e que as contribuições feministas deveriam ser estudadas como parte da história da disciplina. (SCHIEBINGER, 2001, p.257)

Assim como na primatologia o feminismo transformou significativamente as ciências em diversas áreas durante a segunda onda em meados do séc.XX. No que tange a saúde das mulheres Scavone (2001a;2001b;1985), Reis(2008) e Badinter (2011) destacam o avanço das alternativas de contracepção e concepção que se difundiram no fim do séc. XX, devolvendo para as mulheres o controle sobre a reprodução, uma necessidade que surgiu após as transformações nas vidas das mulheres que as colocaram no espaço público, mas não rompeu suas correntes com o espaço doméstico.

A publicação do livro *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir em 1949 é um marco na história das mulheres por questionar os papéis de gênero e apontá-los como socialmente construídos, tendo essa noção representada pela frase mais citada do livro “não se nasce mulher, torna-se”. Para Scavone (2001a), Beauvoir lança as matrizes teóricas do feminismo contemporâneo, quando questiona a função da maternidade no pós-guerra, defende a liberdade sexual e a liberação das práticas de contracepção e aborto, passando do feminismo igualitarista para a fase de olhar centrado na mulher-sujeito, o que resultou na politização das questões privadas. Tal movimento é representado na frase que estampou vários cartazes em mobilizações feministas dos anos seguintes, “o pessoal é político”.

Beauvoir (*apud* SCAVONE, 2001; *apud* REIS, 2008) indicou que a maternidade era uma construção social que estabelecia o lugar da mulher na família e na sociedade, ou seja, a principal causa de dominação do masculino sobre o feminino. A maternidade foi entendida pela crítica feminista como um instrumento de dominação das mulheres como observamos a seguir:

Com base nesta evidência, a crítica feminista considerava a experiência da maternidade como um elemento-chave para explicar a dominação de um sexo sobre outro: o lugar das mulheres na reprodução biológica – gestação, parto, amamentação e conseqüentes cuidados com as crianças –determinava a ausência das mulheres no espaço público, confinando-as ao espaço privado e à dominação masculina. Ferrand e Langevin(1990) analisam como a maternidade foi, neste período do feminismo, o eixo central de explicação das desigualdades entre os sexos. (SCAVONE, 2001a, p.138-139)

Desta forma a segunda onda colocou a maternidade como uma questão bastante central para o feminismo, afinal o gênero vinha há muito sendo definido a partir da maternidade. Reis(2008) destaca *A psicanálise da maternidade* (1978) de Nancy Chodorow como uma importantíssima análise crítica da bibliografia médico-biológica para negar que fatores genéticos, hormonais, fisiológicos e evolucionistas possam justificar a maternação¹⁰ pelas mulheres, sendo a maternação “o aspecto central definidor da organização social do gênero e tem como consequência a construção e a reprodução da dominação masculina”(REIS, 2008, p.118) . Tal escolha realizada pelas referidas feministas da segunda onda transforma as lentes sobre as quais se observava o a maternidade e o gênero que vinham sendo fundamentadas pelas ciências pois “ao colocar a *maternação* e não a *maternidade*, no centro da organização social do gênero, a formulação do conceito de gênero passa a se basear não nas diferenças biológicas entre os sexos, mas na função diferente do cuidado dispensado pelas mulheres” (REIS, 2008, p.118).

Sendo assim Chodorow contrapõe o discurso científico predominante daquele período concluindo que:

Não há prova para mostrar que hormônios ou cromossomos femininos fazem alguma diferença na maternalidade humana, e há considerável evidência de que mães não biológicas, crianças e homens podem proporcionar cuidados maternos e paternos tão adequadamente quanto as mães biológicas e sentir-se tão maternos quanto elas. (CHODOROW *apud* REIS, 2008, p.119).

A autora dá continuidade explicando que tal atribuição de exclusividade feminina para tal atividade está relacionada a um aspecto constituinte fundamental da divisão sexual do trabalho. “Como parte da divisão do trabalho por sexos, ela se encontra de maneira causal e estrutural relacionada a outros arranjos institucionais e a formulações ideológicas que justificam a divisão do trabalho por sexos.” (CHODOROW *apud* REIS, 2008, p.119).

O feminismo da segunda onda ao destacar que esta atividade era um produto da história considerou que a história poderia ser mudada apontando a “educação para a função” que as meninas recebem, ou seja, indicando que toda a forma de educar meninos e meninas estava em conformidade com a divisão sexual do trabalho.

Scavone (2001a; 2001b) ressalta que a questão do controle da contracepção e concepção, que viabilizaria o direito das mulheres à livre escolha pela maternidade(ou não), também foi uma importante pauta que agitou os debates na sociedade brasileira, principalmente após a

¹⁰ Maternação é o conjunto de cuidados físicos e emocionais oferecidos por outro a um bebê, contudo tem desde suas origens etimológicas atribuído como atividade exclusiva da mãe. (CHODOROW, 1978)

década de sessenta do séc.XX com a oferta das novas tecnologias reprodutivas¹¹. Tais tecnologias representavam para as mulheres a possibilidade de romper com o destino inevitável que a maternidade colocava, significava retomar o poder sobre seu corpo e suas vidas.

A autora supracitada destaca que no caso do Brasil a ampliação do acesso ao direito aos métodos contraceptivos está diretamente relacionada a políticas demográficas de controle de natalidade, característicos de países subdesenvolvidos, contudo a legalização do aborto ainda é um grande tabu no Brasil pela sua forte associação aos dogmas de religiões católicas e protestantes.

Em 1920 registra-se um movimento de retomada da centralidade do conhecimento médico na maternidade, na França por Badinter (2011) e no Brasil com Scavone (2001), Reis (2008) e Freire (2008). Inúmeros artigos com recomendações para mães no cuidado com seus filhos tomam as revistas femininas. Freire (2008) ao estudar as revistas femininas de 1920 relata que no Brasil tais publicações ocupavam na *Revista Feminina* a coluna intitulada “vida doméstica” e atingiu o seu ápice com a publicação do livro *O guia das mães* escrita pelo Dr. Wittrock em 1927, esgotando-se rapidamente das prateleiras. A autora relata que tais publicações estavam associadas ao projeto reformador republicano de base eugenista e sanitaria que vislumbrava o nacionalismo.

Ainda sobre o feminismo no séc.XX é necessário destacar que houve diversos movimentos de contrarrevolução que tentaram frear as conquistas feministas (REIS, 2008), contudo destaco o *backlash*¹² dos anos 80, que foi um movimento antifeminista de base conservadora que tentou combater as conquistas alcançadas pelo movimento feminista, principalmente no que tange a maternidade, a partir dos meios de produção de costumes como a moda, revistas e o cinema, com a retomada de diversos discursos conservadores religiosos e da natureza, trazendo de volta a afirmação da existência do “instinto materno”. O movimento *backlash* não foi um movimento organizado em que a maioria das pessoas integrantes se colocavam objetivamente como antifeministas, mas que estavam ali contribuindo diretamente para tal.

Como no primeiro momento da segunda onda a maternidade foi considerada um *handicap*(BEAUVOIR, 1949), num momento posterior, contemporâneo ao *backlash*, o feminismo bebeu do essencialismo e trouxe à tona uma espécie de “volta a natureza”

¹¹ Entende-se por tecnologias reprodutivas os métodos e intervenções modernas de concepção e contracepção. (SCAVONE, 2001a)

¹² Para melhor compreensão do significado de Backlash nos Estados Unidos recomendo o livro com o mesmo título de Susan Faludi (1991), pois no que tange o Brasil não há uma publicação que aborde de maneira tão profunda tal questão.

(BADINTER, 2011; SCAVONE, 2001a) valorizando a maternidade como o poder de dar a vida, um “poder insubstituível, o qual só as mulheres possuem e os homens invejam” (SCAVONE, 2001a, p.140), apontando a maternidade como parte da identidade e poder femininos. A forma como a “volta a natureza” alcança movimentos tão opostos nos revela o poder que o discurso da natureza possui.

Dentre os velhos discursos retomados na década de 70, Badinter (2011) destaca o surgimento da teoria do *bonding*, em 1972, publicada pelos pediatras John Kennell e Marshall Klaus. O *bonding* fundamentava-se na garantia de que os hormônios (prolactina e ocitocina) presentes em todas as mamíferas criava um laço inquebrável entre mães e filhos, desta forma lembrava-se também às mulheres da sua condição de animal. Sendo assim, as mulheres, assim como todos os animais, precisavam de contato pele a pele com seus rebentos nas primeiras horas após o nascimento. Tal prática foi tão amplamente incorporada que foi considerada um critério para que a OMS atribuísse aos hospitais o título de “Hospital Amigo dos Bebês”.

Adeptos da teoria do *bond* passaram a recomendar que as mães permanecessem em contato direto com seus filhos, sendo protagonista dos seus cuidados pelo menos no primeiro ano de vida do bebê. Atribuíram a falta do *bonding* como responsável pelos maus-tratos sofridos pelas crianças nas gerações anteriores, entendendo que este era também o principal motivo do infanticídio, tendo em vista que animais como a vaca, a cabra e a ovelha abandonavam e rejeitavam os seus filhotes quando retirados do contato nos primeiros minutos após o nascimento.

Cabe ressaltar um fato bastante contraditório. Após tantas afirmações rígidas sobre o *bonding* e o destino fatídico ao qual os bebês que não desfrutasse deste contato estavam condenados, os médicos que o criaram, pressionados pela preocupação e desespero dos pais de crianças maiores que não utilizaram o método, publicaram um novo livro em 1982 (10 anos após a criação da teoria) afirmando que “apesar da falta deste primeiro contato..., quase todos os pais se apegavam a seus bebês”(KLAUS; KENNEL *apud* BADINTER, 2011, p.62).

Em verdade, desde os início dos anos 80 os teóricos do *bond* encontraram outros teóricos que contrapunham sua teoria. Pesquisadores da psicologia do desenvolvimento reexaminaram os experimentos de Klaus e Kennell, dentre eles Badinter (2011) destaca Michael Lamb que além de afirmar que haviam poucas provas de que o *bond* poderia estar associado a efeitos a curto prazo e a não se relacionava a nenhum efeito a longo prazo, além de encontrar inúmeros erros metodológicos, concluindo que o contato “pele a pele” não tinha nenhuma influencia evidente sobre o comportamento das mães. Contudo o estudo de Lamb não foi suficiente para derrubar tal teoria, tendo em vista que outros médicos, como Edwige Antier, permaneceram

insistindo no *bond*, muitas vezes sem sequer se preocupar com referências ou investigações mais densas e recorrendo ao mero autoritarismo médico. (BADINTER, 2011, p.62-66)

Reis(2008) aponta que com o aumento dos postos de trabalho após a segunda guerra as mulheres inserem-se no trabalho formal, enquanto Scavone (2001a) destaca o maior acesso à educação formal e formação profissional no decorrer do séc. XX como fatores que levaram as mulheres a ocupar gradativamente o espaço público, contudo, esta inserção não representou a redistribuição de tarefas domésticas e familiares que as mulheres haviam assumido historicamente, mas sim num acúmulo de atividades que aqui chamo de múltiplas jornadas femininas.

2.2. COMO A CIÊNCIA “INVENTOU” A RAÇA

Guimarães (2003) aponta que o uso da palavra “raça” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um advindo da biologia e outro da sociologia. Contudo “raça” foi um conceito utilizado inicialmente pela biologia como uma subcategoria de espécies de animais e plantas a partir de suas características e posteriormente incorporado pela sociologia, contudo alguns conflitos surgiram.

Angela Saini em *Superior: O retorno da ciência das raças* (Tradução nossa, 2019) aponta sobre o desenvolvimento da ciência racista que tinha como objetivo legitimar a inferioridade do negro e sua condição de escravo a partir de uma justificativa científica, como veremos adiante.

A fim de classificar a diversidade apresentada pelos animais, a zoologia e a botânica utilizaram categorias cada vez mais subcategorias até chegar a categoria raça, a subdivisão das espécies. Na intenção de compreender a diversidade dos seres humanos, percebeu-se a necessidade de classificá-los em raças. Seu primeiro uso para categorizar seres humanos é de 1684, quando François Bernier utiliza tal termo para “classificar a diversidade humana em grupos fisicamente contrastados” (MUNANGA, 2004).

A classificação de seres humanos também chamou a atenção e Carl Linnaeus, que já trabalhava com a categorização de plantas e animais, pois na décima edição de seu catálogo *Systema Naturae*, publicado em 1758, o botânico sueco utilizou quatro categorias para classificar os humanos vermelho, branco, amarelo e preto, compreendendo respectivamente a pessoas da América, Europa, Ásia e África. Angela Saini (2019) aponta que neste período as “raças” começaram a ganhar tom político e hierárquico, de maneira que a aparência se tornou um indicativo do caráter, e uma questão política começou a tornar-se fato biológico. Por exemplo, Linnaeus descreveu os índios nativo-americanos, os vermelhos, como possuidores de

cabelos lisos e pretos, narizes largos e submissos, como se a submissão também constituísse a sua natureza. (SAINI, 2019, p. 39)

Após anos de grandes navegações e posteriormente a exploração das novas terras colonizadas, as histórias sobre o Novo Mundo movimentaram a Europa. Saini (2019) aponta que no séc. XVIII a curiosidade dos franceses sobre as colônias motivou exposições de plantas e flores no Jardim de Agronomia Tropical, contudo a exposição decidiu expor vilas que possuíam, além de plantas, pessoas, tornando-se um de Zoológico Humano. A autora aponta que as pessoas que ficavam expostas nesse estabelecimento, assim como outros que se espalharam pela Europa, ficavam seminuas dentro de gaiolas sendo tocadas pelos visitantes. A autora aponta que estas pessoas em sua maioria morreram de pneumonia ou tuberculose poucos anos depois. Embora as condições fossem humilhantes, as pessoas expostas nesses zoológicos humanos eram remuneradas, mas as condições deste trabalho nos levam a refletir sobre quais classes se submetiam a esse tipo de trabalho.

Por mais bonitas que sejam, essas não eram casas de verdade. Elas são gaiolas douradas. É difícil imaginar como seria a vida por dentro do zoológico humano. As pessoas mantidas aqui não eram escravas. Eles foram pagos, semelhante a atores contratados, mas era esperado que dançassem, agissem e realizassem suas rotinas cotidianas à vista do público. Suas vidas eram entretenimento ao vivo. (SAINI, 2019, p. 46)

A autora aponta que os zoológicos humanos serviam não apenas para o entretenimento do povo francês, mas que serviam de amostra para muitos cientistas locais que evitavam as longas viagens até a colônia ao buscar aprender sobre o mundo nestes locais. Antropólogos e anatomistas observavam os comportamentos, mediam, pesavam e observavam o fenótipo dos espécimes ali expostos. Buscavam entender porque as pessoas em regiões mais frias tinham a pele mais clara e as pessoas de pele mais escura moravam nas regiões mais quentes da terra. Os zoológicos humanos em 1907 já registravam mais de um século de existência na Europa, havendo a trupe dos Zulus feito uma turnê em todo o continente em 1853. (SAINI, 2019, p. 39)

Em 1810, observamos um importante fato atrelado a ridicularização de uma mulher negra vinda de África. Saartjie Baartman foi exibida em um “show de aberrações” em Londres como um “perfeito espécime do povo de sua raça” chamada de “Vênus Hotentote”, um termo pejorativo que utilizava a expressão vênus como forma de ridicularização já que esta não lembrava as formas das chamadas vênus das pinturas europeias por suas grandes nádegas e lábios grossos. Seu corpo era exibido seminua podendo ser tocado e apertado como desejassem os visitantes da exibição. Baartman foi humilhada e teve sua imagem ridicularizada por toda a

Europa, morrendo cinco anos após a exposição quando o famoso naturalista Francês, Georges Curvier, especialista em anatomia comparativa, a dissecou e presenteou a Academia Francesa de Ciências com jarros contendo seu cérebro e suas genitais. As partes do seu corpo continuaram sendo expostas por cento e cinquenta anos após a sua morte, chegando a ficar no exposta no Museu do Homem, próximo a torre Eiffel em Paris, até que em 2002, por pedido de Nelson Mandela, seus restos mortais retornaram à África para serem enterrados. (SAINI, 2019, p. 39)

A autora aponta que a ciência que justificou a hierarquia de raças e a exploração de corpos negros de maneiras tão cruéis foi utilizada para justificar a escravidão nas Américas, tendo a própria ciência usufruído deste sistema escravista roubando ou comprando corpos de escravos mortos para dissecação. Angela Saini (2019, p. 41. Tradução nossa.) aponta que “é irônico que grande parte do conhecimento da nossa ciência moderna sobre a anatomia humana tenha sido construída a partir daqueles corpos que foram considerados naquele momento como menos que humanos.”.

Assim como Saini (2019), o brasileiro Antônio Sérgio Guimarães (2003) também aponta que a ciência pavimentos um discurso hierárquico sobre as raças que foi utilizada para justificar a escravidão e o genocídio de povos considerados “de raças inferiores” como vemos a seguir:

A biologia e a antropologia física criaram a idéia de raças humanas, ou seja, a idéia de que a espécie humana poderia ser dividida em subespécies, tal como o mundo animal, e de que tal divisão estaria associada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, de dotes psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. Para ser sincero, isso foi ciência por certo tempo e só depois virou pseudociência. (GUIMARÃES, 2003, p.95)

Um conceito importante para a subdivisão em “raças” dos seres humanos foi a categoria “cor”, que segundo Guimarães é uma categoria nativa¹³. Endossando o que foi dito anteriormente, Kabengele Munanga (2004) aponta que no séc.XVIII, a cor da pele foi utilizada como um critério para a classificação de raças em branca, negra e amarela, posteriormente a esta classificação foram adicionados outros critérios físicos para a separação em raças. Contudo estas características foram associadas pelos naturalistas a características psicológicas, intelectuais e morais, decretando que a raça branca era superior a outras raças sendo os brancos mais bonitos, honestos, inteligentes, e mais aptos a dominar outras raças “principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada mais estúpida, mais emocional,

¹³ “Quando falamos de conceito nativo, [...] é porque estamos trabalhando com uma categoria que tem sentido no mundo prático, efetivo. Ou seja, possui um sentido histórico, um sentido específico para um determinado grupo humano.” (GUIMARÃES, 2003, p.95)

menos honesta, menos inteligente e portanto mais sujeita à escravidão e a todas as formas de opressão” (MUNANGA, 2004, p.5).

Para Guimarães (2003) e Munanga (2004) “raça” como utilizamos hoje nada tem de biológico, sendo inadequado transpor a noção da biologia para os seres humanos, pois raças são construções sociais e portanto devem ser estudadas pela sociologia e as ciências sociais. Para Guimarães “raça” também apresenta-se como uma categoria nativa.

Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa idéia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário. Essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos. (GUIMARÃES, 2003, p.95)

Angela Saini (2009) destaca que a colaboração direta de cientistas na ideologia da pureza racial difundida por Adolph Hitler e aponta a relação de cooperação entre inúmeros institutos científicos para os campos de concentração, afirmando que a ciência colaborou diretamente para o holocausto. A autora informa também que algumas dessas instituições somente assumiram sua culpa muitos anos depois, após forte pressão externa e quando os cientistas envolvidos já estavam mortos.

O conceito de “racismo” passa a ser utilizado em 1920, recebendo várias definições diferentes, o que dificulta o consenso em sua conceituação e também no seu combate. Segundo Munanga (2004, p.8) “o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.

Após a tragédia da Segunda Guerra houve grandes esforços para combater a ideia da existência de raças na tentativa de extinguir o racismo. Guimarães aponta que no Brasil a “raça” esteve diretamente relacionada às classes sociais na sociedade escravocrata, mas ainda reverbera na condição de vida dos descendentes até hoje. O autor considera que em algum momento da história do Brasil, possivelmente por causa dos avanços sociais de libertos e seus descendentes, “cor” passou a ser utilizada ao invés de raça. A tentativa de extinguir a noção de raça chega ao país em 1950 com a alegação de que cor era apenas um acidente, pois “somos todos brasileiros e por um acidente temos diferentes cores; cor não é uma coisa importante; ‘raça’, então, nem se fala, esta não existe, quem fala de raça, é racista”. (GUIMARÃES, 2003, p.101), dissemina-se então a ideia de que se vive uma democracia racial no Brasil, posteriormente classificada como um mito pelo movimento negro que se unifica em 1978 tornando-se o Movimento Negro Unificado (MNU). Munanga (2004, p.15) aponta que esta

noção de democracia racial contribui diretamente par a manutenção do *status quo* em que os brancos permanecem no alto da pirâmide social e os negros nas faixas inferiores desta pirâmide sem que essa organização social seja questionada.

No que se refere ao desenvolvimento de pesquisas científicas, ressalto que pessoas negras foram as cobaias preferidas em pesquisas nos Estados Unidos quando não havia nenhuma preocupação com o que entendemos hoje por ética em pesquisa. Trago aqui para ilustrar duas pesquisas que considero relevantes: o estudo de sífilis de Tuskegee e a pesquisa com células *HeLa*.

Schiebinger (2001) destaca um estudo menos conhecido realizado no ramo da ginecologia que aponta que mulheres negras em condição de escravização foram utilizadas como cobaias para experimentos ginecológicos, que eram naquele período uma das poucas áreas da saúde a qual a medicina se ocupava das mulheres.

Em um incidente menos conhecido, Dr. J. Marion Sims, geralmente celebrado como o pai da ginecologia americana, fazia experiências com mulheres escravas na década de 1840. Nos dias que antecederam a anestesia, estas mulheres suportavam até trinta operações cada uma, à medida que o Dr. Sims explorava modos de reparar fístulas vesico-vaginais, rupturas nos tecidos entre a bexiga e a vagina geralmente resultantes de partos. (SCHIEBINGER, 2001, p.221)

As mulheres escravizadas utilizadas como cobaias pelo referido médico chegavam a passar por trinta cirurgias sem anestesia, fossem elas abertas ou não. O Dr. Sims, assim como outros médicos, utilizou-se de corpos negros para a prática de Viviseção¹⁴ em nome da ciência. Do latim “*vivus*”, que significa “vivo” e “*sectio*”, que significa “cortar”, a viviseção em seres humanos foi utilizada para experimentos que envolviam cirurgias, retirada de órgãos vivos e como uma forma de tortura. (HARPER, 2011). Esta prática é vinda da veterinária, desta forma compreende-se o caráter a animalização dos corpos negros no período escravista.¹⁵

Também nos Estados Unidos surgiram discursos pseudocientíficos que retratam a posição da ciência da época entendendo negros como não humanos e como naturalmente escravos. A exemplo disso Saini (2019, p.42) retrata o diagnóstico da doença chamada drapetomania por Samuel Cartwright, um médico que atuava na Louisiana e no Mississippi em 1851. A referida doença caracterizava-se pela tendência de negros de tentar fugir. Para o médico fazia total sentido entender as tentativas de fuga como doença, pois para ele o estado natural do negro era

¹⁴ Etimologicamente viviseção compreende todas as formas de cirurgia aberta.

¹⁵ Durante a realização desta pesquisa não foram localizados estudos que tratem do uso desta prática em seres humanos no Brasil, apenas em animais, que tem enfrentado forte combate no ramo da veterinária.

ser escravo, logo fugir vai de encontro ao seu estado natural, sendo considerado então uma doença.

Um importantíssimo elemento discutido por Angela Saini (2019, p. 52-54) é a eugenia. Um biólogo e primo de Charles Darwin, chamado Francis Galton, cunhou em 1883 o termo eugenia, que consistia na prática de controle social para aprimorar ou não a inteligência e a saúde das gerações futuras, era uma derivação das práticas utilizadas em laboratórios para modificar geneticamente plantas e fruta, por exemplo para produzir maçãs mais vermelhas. Galton levantou a árvore genealógica de algumas famílias inglesas para provar que a inteligência e outros talentos acima da média, por exemplo, era uma característica hereditária. O então chamado Pai da Eugenia, afirmava que era possível propor uma “eugenia positiva” para acelerar a evolução humana a partir da seleção artificial, que consistia em casamentos seletivos. Segundo Saini (2019) a eugenia se tornou não apenas uma prática científica popular, mas entrou na moda para o campo da ciência, popularizando-se em todo o mundo.

Nos anos seguintes a eugenia concentrou-se e excluir aqueles que possuíam qualquer tipo de deficiência física ou mental para não transmitir tais características. Até que Karl Pearson, um sucessor de Galton, utilizando-se da teoria da eugenia concluiu que se haviam outras raças inferiores, a miscigenação era então uma prática perigosa.

No Brasil, com o fim do sistema escravista no séc. XIX e a ideia de inferioridade racial que já estava sendo difundida na metrópole Portuguesa, a entrada de imigrantes europeus no país tinha a proposta não só de desenvolver e ocupar a terra, mas também e embranquecer a população. (SKIDMORE; SCHWARCZ; GUIMARÃES *apud* SANTOS; SILVA, 2018, p.254).

Na América do Norte, o desrespeito com os corpos negros pelas ciências médicas permaneceu como prática, pois em 1951 outro médico retirava as células do câncer de uma mulher negra chamada Henrietta Lacks sem o consentimento da mesma ou de sua família. As células coletadas foram multiplicadas em laboratório e transportadas pelo mundo inteiro, de forma que muitas medicações e curas para doenças foram descobertas graças às imortais Células *HeLa*. Por outro lado, a família da mulher por trás das células jamais recebeu dinheiro por essas células, enquanto aqueles que roubaram o material de sua mãe e reproduziram em linhas de produção enriqueceram e permanecem ricos. A autora indica que os cientistas que enriqueceram com *HeLa pouco* se importavam com a origem das células, chegando a chamar a “doadora” de Helen Lane e Helen Larson, o que fez com que sua família só soubesse das células quase quarenta anos após a morte de Henrietta. (SKLOOT, 2010)

O não conhecimento sobre os procedimentos e objetivos das pesquisas em saúde nas quais estariam participando foi um dos fatores que levaram o estudo de Tuskegee a ganhar fama. Sobre o referido estudo Rebecca Skloot (2010) numa conversa com a filha de Henrietta relata:

[...]começou nos anos 1930, quando pesquisadores do Serviço de Saúde Pública norte americano do Instituto Tuskegee decidiram estudar como a sífilis matava, da infecção até a morte. Recrutaram centenas de homens americanos negros com sífilis, depois observaram suas mortes lentas, dolorosas e evitáveis, mesmo sabendo que a penicilina poderia curá-los. As cobaias da pesquisa nada questionaram. Eram pobres, com pouca instrução, e os pesquisadores ofereceram incentivos: exames físicos gratuitos, refeições quentes e transporte até a cidade nos dias de visita à clínica, além de um auxílio funeral de cinquenta dólares a suas famílias quando os homens morressem. Os pesquisadores escolheram cobaias negras porque acreditavam, como muitos brancos na época, que os negros fossem “uma raça notoriamente impregnada de sífilis”(SKLOOT, 2010, p.58)

Aliado à discussões sobre experimentos com seres humanos que já ocorriam desde o tribunal de Nuremberg, o ocorrido com Henrietta e as vítimas de Tuskegee colocam no país o debate sobre a ética em pesquisa com seres humanos, que após longos anos de lutas dos movimentos sociais resultou numa grande vitória para aqueles que participavam das pesquisas enquanto cobaias, tendo em vista que somente assim adquiriram o direito de saber o que estava sendo introduzido ou retirado de seus corpos e para quê.

Devo ressaltar que “embora raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que o sustentam” (MUNANGA,2004, p.10), desta forma tais entendimentos sobre negros como uma raça inferior e passível de dominação pavimentaram a noção de hierarquias raciais que são fundantes das hierarquias sociais, e que hoje, de maneira mais simbólica, têm apresentando diferentes roupagens quando relacionadas a outras categorias, como gênero, classe, geração e/ou sexualidade.

2.3. RETORNANDO À COLÔNIA: A MULHER NEGRA E A MEDICINA BRASILEIRA COLONIAL

Durante os séculos que compreendem o período escravista brasileiro a medicina interessou-se pelos escravizados no sentido de preservar o patrimônio dos grandes senhores escravistas. Desta forma a maternidade das mulheres escravizadas tornou-se uma preocupação para a manutenção do sistema escravista. Em *A maternidade da Mulher negra no Período Colonial Brasileiro*, Del Priore (1989) indica que a maior preocupação da medicina brasileira, principalmente a ginecologia que começava a tomar forma por aqui no séc. XVII como uma prática urbana e elitista, era afastar as crenças na cura pelas curandeiras e o tradição no uso de parteiras das diversas camadas sociais, assim como a medicina europeia já estava fazendo desde

o século anterior. O parto representava uma questão um tanto mais delicada que o campo das doenças, pois já havia se consolidado como um ritual tradicional feminino, um saber transmitido de mãe para filha de forma que a solidariedade de gênero ultrapassava as diferenças sociais, tendo muitas senhoras partejado suas escravas.

Para entrar na história da maternidade, vale lembrar que é a partir do séc. XVII que o olhar do médico começa a devassar um ritual vivenciado até então por uma comunidade exclusivamente feminina: o momento do parto. Este constituía-se num saber transmitido de mães para filhas, que somava parturiente, parteira, comadres e vizinhas, numa calorosa reunião entre o público e o privado. [...] Pioneiros, alguns tratados da obstetrícia surgem na metrópole a partir do séc. XVIII na esteira dos progressos da Medicina Iluminista, pretendendo-se irradiadores de um saber sobre o corpo feminino que ora pertencia às parteiras. [...] (DEL PRIORE, 1989, p.10)

A autora aponta que os sinais do corpo que antecediam o parto bem como gestos e práticas auxiliares acabam por ser incorporada pelo discurso médico de tal forma que toda a prática tradicional em torno do parto estava mascarada de tecnologia introduzida pelos médicos. Percebe-se que no Brasil a medicina ginecológica e obstétrica tomou o mesmo direcionamento que a Europa, como mencionado em tópico anterior.

Para as mulheres negras, escravizadas e forras, o ritual do parto configurava-se como um traço de sua cultura, mas agora era forçada a abandonar suas práticas em por procedimentos científicos europeus. O famoso médico francês Jean-Baptiste Alban Imbert, que predominava no discurso médico brasileiro voltado para escravos, após sua chegada em 1831, demonizava as práticas tradicionais das escravizadas, nas senzalas recomendava que no parto houvesse apenas uma parteira que estivesse mais identificada com a ciência do que com as práticas tradicionais e no parto difícil que essa fosse acompanhada de um médico. (DEL PRIORE, 1989, p.20)

O aborto segundo Del Priore (1989, 1994, 2004, 2010) podia configurar-se como uma forma de resistência à escravidão, assim as mulheres escravizadas não condenariam sua descendência à exploração e violência que sofriam. Contudo Imbert em seu *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos negros*, de 1939, insere um debate estético sobre as consequências do aborto, afirmando que “este acto imprudente a expõem com muito maior certeza a perder o viço da mocidade” (IMBER *apud* DEL PRIORE, 1989, p.21). Por outro lado, havia um estímulo à natalidade por parte dos jesuítas ao longo do séc. XVII e XVIII, levando a um interdito legal e comunitário por quem abandonasse quaisquer mulheres grávidas ou indicasse que o faria, como abordado anteriormente.

Barbieri e Couto (2012) registram que o declínio do uso de amas no Brasil data do fim do séc. XIX, por conta das práticas higienistas adotadas aqui. O higienismo, segundo as autoras, “condenavam a prática das amas de leite, denominando-a ‘aleitamento mercenário’; desaprovavam a Roda dos Expostos e passaram a estimular o aleitamento materno” (p.68) é neste momento que o Brasil experimenta o mito do amor materno nos mesmos moldes da Europa, anteriormente mencionado.

O ataque a este costume tem várias vertentes. Uma que mostra a escrava como portadora de doenças, principalmente venéreas; condição que faz do leite um agente transmissor. Esta frente é propriamente física, apesar de apontar para uma crítica a moralidade da escrava: "sórdidas escravas, devassas, de organizações contaminadas pelos vícios sífilíticos, bobático, etc., são as encarregadas da saúde e futuro das infelizes crianças, que com o leite bebem a peçonha que há de envenenar a vida, augurando-lhes um futuro de moléstias e dores. Ninguém se importa que a ama de seu filho tenha tido enfermidades contagiosas, contanto que a aparência seja de saúde, seja aparentemente boa, embora os filhos desta assassina ama, inocentes vítimas, definham miseravelmente sofrendo o resultado dos vícios de seus asquerosos pais. (MACHADO et al., 1978, p.355)

A citação acima extraída do capítulo “O Negro do Pensamento Médico” do livro *Danação da Norma* (MACHADO et al., 1978) retrata sobre as publicações da medicina brasileira do referido período contra o costume de usar mulheres escravizadas como amas, publicações como essas colaboraram diretamente para o higienismo, além da difamação e a repulsa pela amamentação cruzada das amas-de-leite, majoritariamente mulheres negras.

As práticas médicas em relação ao parto de mulheres negras, bem como procedimentos ginecológicos diversos, tem sido palco de debates e grandes produções acadêmicas na área da violência obstétrica¹⁶ e da ginecologia. Dados apresentados por Alvarenga e Souza (2017) demonstram que as práticas médicas deste ramo ainda têm sistematicamente violentado os corpos das mulheres negras, sendo elas o maior quantitativo de vítimas de práticas de violência obstétrica e ginecológica. Tal fenômeno indica que a visão da medicina sobre os corpos negros permanece pouco alterada.

Desta forma a valorização do parto natural, da contratação de doulas, do parto em casa e outras práticas valorizadas principalmente pelo ecofeminismo¹⁷, ganharam força nas

¹⁶ No Brasil, em 2019, na tentativa de apagamento e negação da prática de “violência obstétrica”, o governo atual demarcado pelo fascismo, machismo, racismo, homofobia e diversos preconceitos, afirmou que o termo é inadequado, desta forma remove a expressão de todos os documentos oficiais e recomenda a abolição do uso do termo. (DOMINGUES, 2019)

¹⁷ O ecofeminismo é uma corrente que liga o feminismo à ecologia que se preocupa com a relação entre ciência, mulher e natureza (FLORES; TREVIZAN, 2015). Embora tenha trazido grandes reflexões sobre o uso do parto cirúrgico em todos os tipos de gestação, mesmo para aqueles em que a cirurgia não se faz necessária, o movimento também tem flertado com o discurso naturalista que vinculou a mulher com a natureza com as consequências inúmeras que já pontuei neste trabalho.

primeiras décadas do séc. XX como uma forma de valorizar o momento do parto, mas também de fugir do risco de violência obstétrica e do parto cirúrgico, que tem sido usado em larga escala no Sistema de Saúde.

3. CONQUISTA DE DIREITOS VERSUS ACÚMULO DE JORNADAS: Ser mãe, estudante e trabalhadora

Assim como apresentado no capítulo anterior, o lugar da mulher na sociedade foi construído como dentro do espaço doméstico e familiar. No caso do Brasil, famílias negras não costumam atender aos padrões de famílias eurocêntricos apresentados na bibliografia tradicional.

Com a conquista dos direitos a educação e de acesso ao mercado de trabalho, fruto de anos de lutas feministas, as mulheres negras encontraram problemas gerados pelo racismo estrutural, pois encontraram maiores dificuldades para acessar a educação de qualidade, além de se inserir nos empregos com piores condições de trabalho e menores remunerações. Se, como indica Henriques (2017), no Brasil o acesso a melhores vínculos empregatícios é possibilitado a partir do maior nível de formação, observamos então que a mobilidade social da mulher negra encontra aí um dos seus primeiros obstáculos.

3.1. A MULHER NEGRA NA FAMÍLIA

Embora as famílias estudadas nesta pesquisa estejam inseridas no contexto brasileiro de sociedade vale destacar que é a família nuclear “euro-americana”(OYEWUMI, 2004; FONSECA, 2005), fortemente difundida pelo cristianismo, que impera como modelo a ser alcançado mesmo aqui no Brasil. Brito (2013) aponta que, por este motivo, muitos estudos chegaram a considerar as famílias negras enquanto desviantes da norma ou até mesmo incompletas. Estas ponderações estão aliadas ao fato de que as famílias negras e pobres contam com redes extensas de ajuda mútua que são pessoas que acabam por serem consideradas como membros da família, pois valoriza-se nessas camadas sociais não só os vínculos de sangue, mas também os afetivos (FONSECA, 2005), além de comumente se estruturarem enquanto famílias matrifocais, por conta da numerosa ausência paterna (FERNANDES *apud* BRITO, 2013; HITA, 2014).

A ampla literatura sobre a matrifocalidade aponta que tal estrutura é muito comum nas famílias negras, geralmente como uma única alternativa, por conta do abandono paterno. Hita (2014) e Brito (2013) apontam que durante as primeiras décadas do séc. XX as famílias negras foram consideradas como famílias incompletas, tomando-as até como patológicas. A isso atribuíram-se duas justificativas principais: o passado de escravidão que forçou o rompimento dos laços familiares ou a herança cultural do modelo de família africana. Ponderar sobre tais fatores nos possibilitará a assumir postura crítica frente a considerações que apontam as famílias negras enquanto dissidentes.

Tratando-se da escravidão no Brasil, Brito (2013) aponta que, no sistema escravista, as famílias formadas nas senzalas figuraram-se como um forte elemento de apoio afetivo e de fortalecimento frente a exploração. Por outro lado, como mencionado no capítulo anterior, a autora aponta que a legislação escravista que iniciou a garantia de direitos familiares dava ênfase a unidade “mãe-filho” desprezando as relações conjugais e a relação “filho-pai”, desta forma a mãe assume sozinha as responsabilidades sobre os filhos já que os parceiros estavam sempre de passagem. Percebe-se que tal legislação contribuiu para o modelo de família matrifocal, pois esse era o único modelo possível nessas condições.

Pacheco (2013), Oyewumi (2004) Brito (2013) e Hita (2014) apontam que um dos principais fatores para os que consideraram a família negra enquanto incompleta ou patológica estão diretamente ligadas ao fato de que elas foram, e continuam sendo, avaliadas tomando como referência a família branca e europeia, suas estruturas e modos de funcionamento.

A adoção de tal modelo apresenta, além dos problemas com a raça, questões atreladas a sexualidade, tendo em vista que tal modelo de família é compulsoriamente heterossexual. Ressalto que nos últimos anos no Brasil tem-se efervescido debates entorno do que é ou não é família que atribuem as famílias negras e não-heterossexuais a condição de “arranjos familiares”.

Oyewumi (2004) afirma que a família nuclear é uma forma especificamente euro-americana, e é por excelência uma família generificada. Desta forma elabora que a distinção de gênero funda o estabelecimento e o funcionamento deste tipo de família. A autora identifica que o feminismo branco e euro-americano tem concentrado seus esforços em analisar as relações de gênero dentro deste modelo de família e dos problemas oriundos deste. A categoria mãe apresenta então diferentes questões dentro da concepção de família que é adotada.

Mesmo uma categoria como mãe não é inteligível para o pensamento feminista branco, exceto se a mãe é inicialmente definida como esposa do patriarca. Parece não haver compreensão do papel de mãe independente de seus laços sexuais com um pai. Mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira. A partir de uma perspectiva africana e como uma questão de fato, mães por definição não podem ser solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com um homem. Dentro da literatura feminista, a maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. [...] (OYEWUMI, 2004, p.5)

Por outro lado, tomo a família Iorubá do sudoeste da Nigéria, ilustrada pela autora, como um exemplo de família africana e sua característica não-generificada. Ao tratar deste modelo de família, Oyewumi (2004) aponta que as relações de poder não são definidas por gênero, uma

categoria rígida e estática, mas sim por antiguidade, dinâmica e fluida. Para ilustrar a autora retoma expressões que definem as posições que as pessoas ocupam dentro da família como *omo* que significa criança ou prole, *oko* como a pessoa que é membro daquela família desde o nascimento e *iyawo* que representa a pessoa que se insere na família a partir do casamento.

A distinção expressa uma hierarquia em que a posição *oko* é superior a *iyawo*. Esta hierarquia não é uma hierarquia de gênero, porque mesmo *oko* fêmea são superiores a *iyawo* fêmea.[...] No caso Iorubá, todos os membros da linhagem são chamados *omo-ile* e são classificados individualmente por ordem de nascimento. Todas as fêmeas que adentram pelo casamento são conhecidas como *iyawo ile* e são classificadas por ordem de casamento. Individualmente, um *omo-ile* ocupa a posição de *oko* em relação à *iyawo* que chega. (OYEWUMI, 2004, p.6-7)

Em 2019, o Brasil contava com 5,5 milhões¹⁸ de registros de nascimento sem o nome do pai. Além disso destaca o abandono paterno mesmo após o registro, com as incontáveis histórias de pais que foram “comprar cigarro” e jamais voltaram, banalizadas a partir de piadas e anedotas, principalmente da cultura negra nordestina. Aliado a isto, destaco que as relações sociais de afeto que produzem a solidão da mulher negra, discutida por Pacheco (2013), tem feito com que estas mulheres sejam preteridas para a afetividade. Desta forma entendo que quando falamos de famílias negras, existem grandes probabilidades de estarmos falando também de uma mulher que é solteira e chefe de família por falta de alternativa.

Por outro lado, Fonseca (2005) e Brito (2013) apontam que quando falamos de famílias negras também podemos estar falando de famílias pobres, tendo em vista que os negros ocupam ainda as camadas mais baixas da pirâmide socioeconômica do país. Desta forma a precariedade econômica requer estratégias de sobrevivência, como descritas no trecho a seguir:

Por outro lado, as famílias negras pobres, que vivem em condições de grande precariedade econômica, só conseguem sobreviver porque criam extensas redes de ajuda mútua. Tornam-se membros pertinentes dessa rede familiar não somente pais, mas irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos. Assim, é comum encontrar na casa de uma mulher, além dela e dos filhos, uma diversidade de indivíduos: um primo, recém-chegado do interior para procurar trabalho, dormindo no sofá, um sobrinho, cujos pais acabam de se separar, comendo na mesa da cozinha, etc. A dona de casa vai ajudar essas pessoas, por carinho, mas sobretudo porque eles a ajudaram ou a ajudarão. A família aqui se estende horizontalmente, numa partilha constante, nem sempre pacífica, de recursos. (FONSECA, 2005, p.52)

A grande precariedade econômica enfrentada pelas famílias negras é também um dos fatores que impulsionam a circulação de crianças nos sistemas de “adoção à brasileira”

¹⁸ Informação divulgada pelo Jornal Correio da Bahia em 08.08.2019
<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/a-ausencia-do-meu-pai-foi-muito-forte-na-minha-vida-diz-erico-bras/>

abordada por Fernandes (2017). A autora indica que por falta de condições de prover financeiramente para os filhos muitas crianças acabam sendo “doadas” para outras famílias que disfrutem de melhores condições, seja para tomar aquela criança como parte da sua família ou mesmo aquelas que são “pegas para criar” e acabam tornando-se empregadas domésticas, situação muito comum no norte e no nordeste do Brasil. A doação de crianças é então mais uma estratégia de sobrevivência para as famílias pobres no Brasil.

A constituição de uma rede de partilha de recursos financeiros, afetivos, etc. constituem um elemento importante para a permanência de mães universitárias como visto em Silva (2017) e Urpia (2009). Aliado a isso, Brito (2013) e Sardenberg (1998) ressaltam a avó como participante do cuidado com as crianças, ou até mesmo como substituta eventual da mãe. Sardenberg (1998) destaca a relação entre mães e filhas nos cuidados com as crianças, sendo que inicialmente as filhas auxiliam as mães no cuidado de seus irmãos e quando se tornam mães, contam com o apoio de suas respectivas mães para os cuidados de seus filhos. Observa-se aqui que o cuidado permanece centrado no feminino mesmo quando aliado ao fator geração.

Dentre os problemas enfrentados pelas mães negras a educação para o enfrentamento do racismo aparece também como uma preocupação em Brito (2013) e Schucman (2018). A questão é abordada no depoimento de Maíra Azevedo, conhecida como “Tia Má”, em sua participação no evento “Mulher com a Palavra”. Maíra aponta que esta mãe sabe que seus filhos estão mais expostos a situações das diversas violências, como a violência policial, principalmente quando se trata de meninos pretos. Sobre isso Brito (2013) aponta os desafios na educação e socialização de famílias negras e inter-raciais em informar os filhos sobre o racismo e o preconceito racial além de protegê-los do sofrimento que eles encontrarão ao entrar em contato com a sociedade mais ampla.

Sabendo que os papéis de educadora e orientadora estão culturalmente atrelados ao papel de mãe, entendo que este papel de orientar sobre o racismo tem sido uma tarefa acumulada por mães negras. Os homens, por outro lado são acionados quando se faz necessário a presença de um protetor, contudo, na numerosa ausência deste, são também as mulheres que precisam se fazer presentes, por exemplo, no momento de ir à escola quando seus filhos são vítimas de bullying discriminatório. Entendemos então que a maternidade da mulher negra se assemelha às condições tradicionais, contudo ganha diferentes nuances por conta da estrutura familiar incidida pelo passado de escravidão.

Refletir sobre o lugar da mulher negra, nos permitirá compreender quais as características moldarão as vivências destas mulheres quando se inserem na pós-graduação, ganhando outras nuances quando tratamos das mulheres negras que são mães, pois, como visto

aqui, a relação de cuidado nas famílias negras demanda da mulher disponibilidade para auxiliar não só os seus descendentes, mas também socorrer outros familiares em situações vulneráveis na rede de partilha de recursos financeiros, afetivos, etc.

3.2. MULHER NEGRA E A EDUCAÇÃO

Como um marco das ideias iluministas e a primeira obra dedicada inteiramente à educação, a obra de Emílio de Rousseau (1979), já abordada no capítulo anterior, defendia a necessidade de uma educação diferente para homens e mulheres, simplesmente baseada em suas diferenças de gênero. Rousseau (1979) defendia que a educação das mulheres deveria ser voltada para as atividades que estavam naturalmente indicadas para elas, o cuidado com o lar, a família e a servidão ao homem como ilustro no trecho destacado a seguir:

Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não devem ser constituídos da mesma maneira, nem de caráter nem de temperamento, segue-se que não devem receber a mesma educação. Seguindo as diretrizes da natureza, devem agir de acordo, mas não devem fazer as mesmas coisas: o fim dos trabalhos é o mesmo, mas os trabalhos são diferentes, e por conseguinte os gostos que os dirigem. [...] toda a educação das mulheres deve ser relativa ao homem. Serem úteis, serem agradáveis a eles e honradas, educa-los jovens, cuidar deles grandes, aconselhá-los, consolá-los, torna-lhes a vida mais agradável e doce; eis os deveres das mulheres em todos os tempos e o que lhes devemos ensinar já na sua infância. (ROUSSEAU, 1979, p. 310-312)

Como já constatamos, o Brasil incorporou muito das ideias que ecoavam pela Europa no século XIX, principalmente após a chegada da Família Real portuguesa. O século XIX foi então demarcado pela mobilização das elites para um projeto político de sociedade fundamentado nas práticas europeias no tangia a mudança dos costumes em busca de transformar a sociedade brasileira numa nação civilizada, culta e moderna, que deveria acontecer com a mudança para a condição de República. Inspirados na Revolução Francesa a mudança destes costumes delimitou o que era adequado para o comportamento de homens e mulheres e buscou imprimir tais costumes a partir de uma educação delimitada pelo gênero, utilizando-se de conceitos iluministas, positivistas e higienistas (SANTOS, 2009). Desta forma as ideias de filósofos iluministas, como Rousseau, impactaram sobre a condição das mulheres brasileiras no império e na primeira república.

Como grande parte da população permanecia analfabeta determinou-se a partir da primeira lei de instrução pública no Brasil de 1827, que fossem criadas “escolas de primeiras letras” nos locais mais populosos do Império. A lei definia escolas separadas para meninos e meninas assim como uma educação diferenciada para ambos. Meninos seriam ensinados por homens, e meninas só deveriam ser ensinadas por mulheres, o que implicou também na

formação de mestras e abriu o espaço para mulheres no magistério (LOURO, 2004; SANTOS, 2009).

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral christã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil. [...] Art 12º As mestras, além do declarado no art 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrucção da arithmetica só as suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselho, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos[...]. (BRASIL, 1827)

A concepção hegemônica indicava que a educação das mulheres deveria ser de maior educação do que de instrução, ou seja, sua formação deveria ser moral baseada principalmente em valores cristãos, nos bons princípios para que cumprisse com seu destino primordial e natural de ser mãe e esposa (LOURO, 2004). Embora este discurso naturalista, que associou a capacidade reprodutiva das mulheres à maternidade, a docilidade e a afetividade, tenha sido utilizado como argumentação para manter as mulheres presas as funções tradicionais, este mesmo discurso fundamentou o destino das mulheres para inserir-se no magistério como vemos no trecho a seguir:

Até meados do século XIX, a docência era uma atividade predominantemente masculina. Mas, progressivamente foi crescendo a participação da mulher, até configurar-se como uma ocupação majoritariamente feminina. Alguns fatores contribuíram para isso, entre eles o paradigma naturalista, segundo o qual a mulher poderia desempenhar melhor essa função devido as suas “características naturais” (afetivas, “destinadas” à maternidade, etc.). (MENEZES; MACHADO; NUNES, 2009, p.45)

Devemos observar que sobretudo o direito das mulheres à educação estava demarcado por critérios de raça, não tendo a condição de mulher tendo autorizado as mulheres negras a acessar a educação formal, pois ainda se encontravam sob o regime de escravidão. A instrução para o trabalho era portando a única forma de formação acessada por essas mulheres, tendo alcançado quaisquer direitos após suas alforrias individuais, e em maior medida após a abolição.

Louro (2004) registra que em caráter excepcional e de iniciativa filantrópica eram aceitas crianças negras em escolas ou em classes isoladas no final do século, contudo há indícios em Fonseca (2001) de que tal fenômeno deve-se a Lei do Ventre Livre, de 1871, pois atribuía a condição de livre a todas as crianças nascidas de mulheres escravizadas, após a promulgação da lei. O autor apresenta o projeto desta lei que coloca sob autoridade e responsabilidade dos senhores de suas mães na condição de patronos, sendo estes obrigados a “criá-los e tratá-los,

proporcionando-lhes sempre que for possível a instrução elementar” (CAMARA DOS DEPUTADOS *apud* FONSECA, 2001, p.13). Entretanto, a reforma da educação de 1854 permanecia excluindo os negros das instituições de ensino, pois garantia apenas o acesso de pessoas livres, vacinadas e não portadoras de doenças contagiosas às escolas do Império, não autorizando a presença de escravos, mulheres negras ou mestiças livres (SCHUELER *apud* HENRIQUES, 2017, p.155)

No fim do século XIX as mulheres foram autorizadas pelo imperador D. Pedro II a acessar o ensino superior, tendo a primeira mulher brasileira se graduado na Faculdade de Medicina da Bahia em 1887 (QUEIROZ, 2001), contudo nesse período as mulheres negras ainda se encontravam em regime de escravidão. Tal fato nos demonstra que mesmo na igual condição de mulheres, as mesmas não disfrutavam dos mesmos direitos pelas diferenças raciais.

A assinatura da Lei Áurea acontece em 1888 e no ano seguinte se finda o império, demonstrando que esse modelo de sociedade se sustentava no modelo escravista, que já vinha se enfraquecendo após a proibição do tráfico pela lei Eusébio de Queirós (1850), lei do Ventre Livre (1871), anteriormente descrita, e Lei dos Sexagenários (1885) que alforriava escravos com mais de 60 anos. Com a proclamação da República as elites buscavam apagar tudo o que estava aliado ao atraso e buscavam reformar os costumes, assim, a função da mulher permanece inalterada no lar, mas acaba por ganhar um novo significado e valor social, ela se torna mãe dos filhos da nação, extremamente importante para o modelo de sociedade que se almejava. A maternidade envolta em técnicas pedagógicas para a conservação das crianças torna-se uma preocupação tão grande que se torna uma matéria, a puericultura.

A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na função de formadora dos futuros cidadãos (LOURO *apud* MENEZES; MACHADO; NUNES, 2009, p.46).

Contudo, o acesso a esse conhecimento dentro das instituições formais estava restrito por classes. Tendo em vista que as mulheres negras no pós-abolição estavam em condições de extrema pobreza, elas estavam fora dessas instituições, mas exerciam as atividades domésticas, recebendo um mísero salário para realizar atividades análogas ao período da escravidão (DEL PRIORE, 2004; HENRIQUES, 2017). Henriques (2017) revela, portanto, que a abolição da escravidão não altera substancialmente a condição da mulher negra na sociedade.

Entretanto, a abolição da escravidão, bem como a liberdade formal não propiciaram aos homens e mulheres negros o acesso à uma vida digna. Inclusive, para as mulheres negras libertas foi concedida a submissão e a exploração, inerentes à escravidão, pois somente lhes foram ofertadas as

atividades domésticas, onerosas, mal remuneradas que exigiam apenas uma formação prática – não intelectual. (HENRIQUES, 2017, p. 154)

A exclusão das mulheres negras do trabalho intelectual foi pavimentada pelo racismo científico que a partir das ciências biomédicas constatou a menor capacidade intelectual da mulher e do negro, sendo a mulher negra o total oposto da intelectualidade (SAINI, 2019; HOOKS, 1995).

Após o fim da Primeira República, o modelo de educação para o trabalho que se estabeleceu na Era Vargas (1930-1945), contava com grande participação dos negros no ensino médio-técnico, já que desde 1901 os brancos constituíam a totalidade do ensino superior, garantindo assim o acesso a postos privilegiados de trabalho e mantendo a sua condição de elite (HENRIQUES, 2017). Jaccoud (2008) e Henriques (2017) destacam a importância da reorganização do movimento negro para a conquista de direitos nos anos que se seguiram, pois passaram a pautar o acesso a educação humanística e científica, às quais somente os brancos tinham acesso, além de demandar pela educação popular, baseados nos pressupostos de Paulo Freire. Contudo o Golpe Militar de 1964, e a ditadura que o seguiu, forçou o abortamento das experiências de educação crítica e popular causados pelo cerceamento de direitos e em nome do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Inclusive, as experiências de alfabetização de jovens e adultos que visavam à formação crítica foram forçosamente desmontadas em prol da instituição da experiência governamental do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha como objetivo principal a alfabetização da classe trabalhadora para sua inserção no mercado de trabalho, bem como a sua cooptação política (DI PIERRO; FERNANDES *apud* HENRIQUES, 2017, p. 157).

Durante o período ditatorial as atividades voltadas para as camadas mais baixas da pirâmide social (mulheres, negras e pobres) não visavam a sua inserção no ensino superior ou atividades voltadas para o rompimento com funções tradicionais do cuidado e do lar, pois seu foco de atuação voltou-se para a dimensão assistencial e compensatória, a partir da distribuição de leite e cestas básicas e a oferta de cursos de culinária, corte e costura e artesanato (HENRIQUES, 2017).

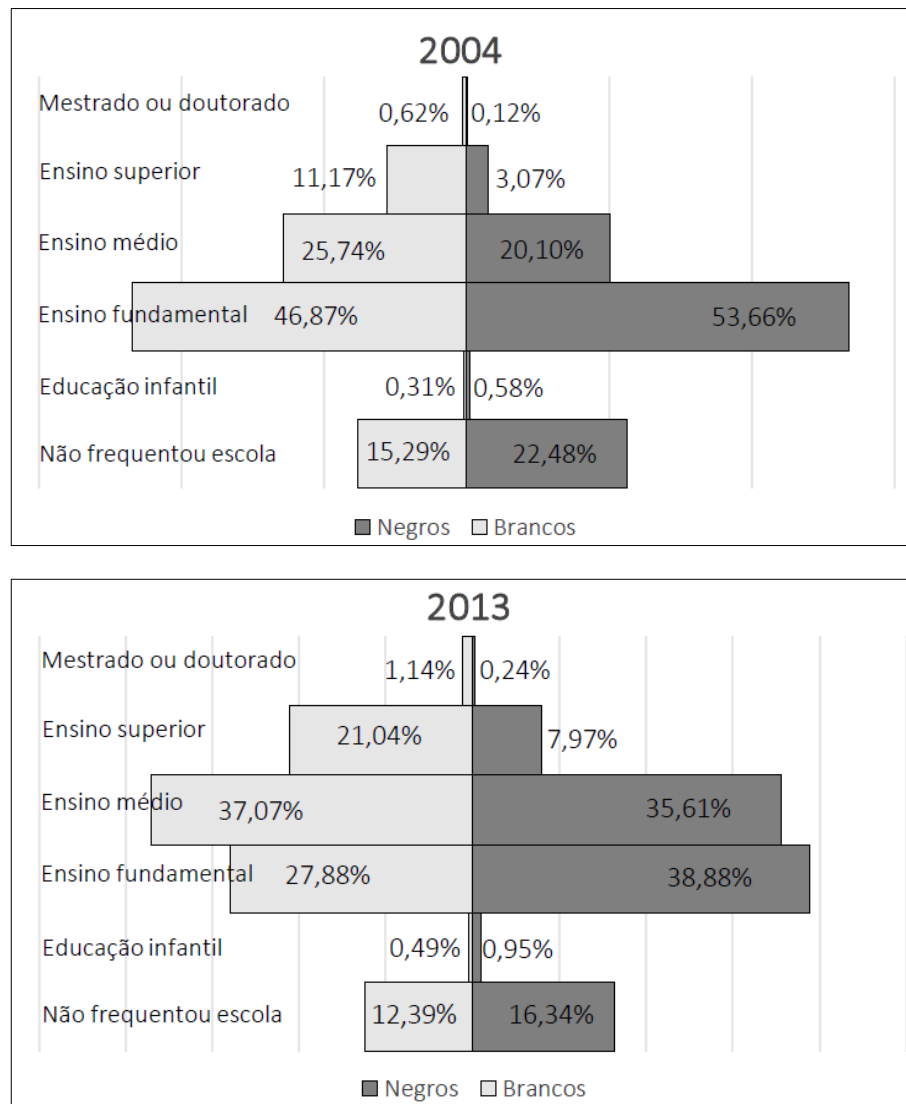
Com o fim da ditadura e o processo de redemocratização o Movimento Negro retoma com força a pautar políticas públicas voltadas para o combate ao racismo para a promoção da democracia e igualdade que viriam a ser incluídas na Constituição de 1988¹⁹. A chamada

¹⁹ Não foram localizadas legislações que tratassem diretamente da autorização à entrada dos negros nas instituições de ensino antes da constituição. Suponho que, após a abolição, promulgar uma lei que tratasse diretamente desse tema contradiria a suposta democracia racial que diziam existir no Brasil.

“constituição cidadã” dedica-se em sua introdução a excluir quaisquer tipos de discriminação seja ela por gênero, idade, classe ou raça, tendo classificado o racismo como crime inafiançável e imprescritível (JACCOUD, 2008; BRASIL, 1988).

Desde a década de 1980 a instituição das ações afirmativas também tornou-se pauta do movimento negro no Brasil, ganhando novo fôlego na década de 90 para a retomada dos pré-vestibulares comunitários, principalmente no Rio de Janeiro e na Bahia, que além de oferecer formação escolar também formava homens e mulheres politicamente para a militância para a democratização do ensino superior público. Destacam-se a criação Associação Educação e Cidadania para Afrodescendentes (EDUCAFRO) em 1989 no Rio de Janeiro e o Pré-Vestibular para Negros e carentes do Instituto Steve Biko, em 1992 em Salvador. Mas é apenas em 2001 que as universidades públicas começaram a adotar as ações afirmativas a partir das políticas de cotas e bonificações para promover a inserção de estudantes negros em suas instituições. No caso da UFBA, a política de cotas começou a se instituir apenas em 2005 registrando aumento gradual da formação dos negros no Brasil, mas ainda com índices díspares e concentrados em áreas de menor prestígio quando comparados às pessoas brancas. (QUEIROZ, 2004, 2006; JACCOUD, 2008; HENRIQUES, 2017).

Gráfico 1 - Distribuição de indivíduos brancos e negros de acordo com o nível mais elevado de educação – Brasil–2004/2013



Fonte: Gonçalves e colaboradores (2019) com base nos dados da PNAD 2004/2013

De acordo com Queiroz (2001), há uma maior inserção de mulheres negras no ensino superior quando comparadas aos homens negros, contudo, essas tendem a se inserir em áreas referentes ao cuidado. Este fenômeno, segundo Casagrande e Freire (2016), está diretamente relacionado a forma como meninas são educadas, sendo sistematicamente afastadas das áreas de Ciências, Tecnologia, Engenharias e Matemática, ganhando nuances diferenciadas quando nos referimos a meninas negras.

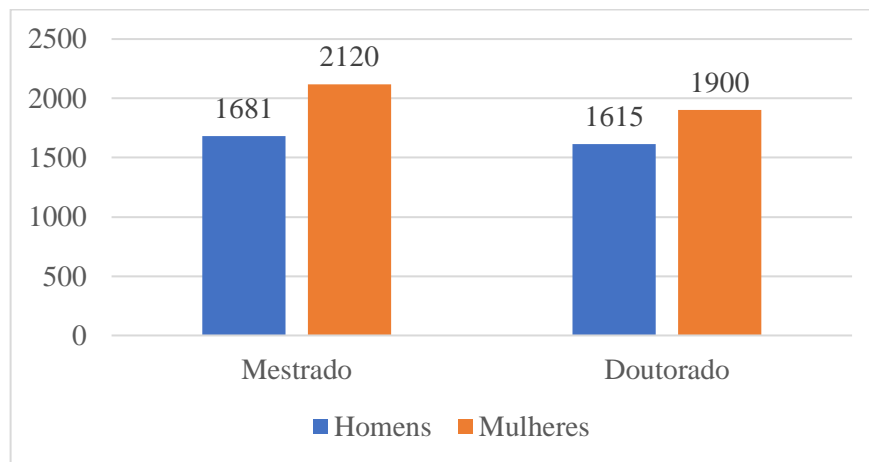
Aliado a isso, pesquisas realizadas por Queiroz (2001a, 2004, 2006) e Gois (2008) apontam que o espaço universitário foi historicamente constituído como um espaço branco e masculino, desta forma a inserção de mulheres negras na universidade tem resultado em reações

racistas e machistas que impactam de maneira a acirrar a permanência desses mulheres no ensino superior.

Joselina da Silva (2010) ressalta que à medida que ocorre o aumento do nível de formação nota-se a diminuição do número de mulheres negras a integrar aquele grupo, desta forma registra menores índices de mestras negras e um número ainda menor de doutoras quando comparadas as mulheres brancas, o caso da UFBA é o que veremos adiante.

De acordo com os dados de discentes fornecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) referentes aos anos de 2018-2019 havia 7.316 estudantes na pós-graduação *strictu sensu* da Universidade Federal da Bahia sendo 4.020 (55%) do sexo feminino e 3.296(45%) do sexo masculino. O cruzamento de critérios como nível de formação, gênero e raça nos fornecem os dados a seguir:

Gráfico 2 - Dados gerais sobre gênero e nível de formação



Fonte: Elaboração própria com dados da Plataforma Sucupira

Observa-se no gráfico que o maior percentual de mulheres existe em ambos os níveis, contudo há uma redução de 11% nas mulheres com o aumento de nível de formação enquanto os homens registram uma redução de apenas 4%, o que nos demonstra que embora haja uma redução para ambos os sexos, as mulheres registram menor continuação dos estudos pós-graduados. Considerando apenas dados referentes a pessoas declaradas como negras e brancas obtemos as informações a seguir:

Tabela 2 – Mulheres Negras e Mulheres Brancas na Pós-Graduação

	Negras	Brancas	Total
Mestrado	447	220	667
Doutorado	343	233	586
Total	797	453	1250

Fonte: Elaboração Própria com dados da Plataforma Sucupira

Considerando que se registra na Bahia uma forte atuação do movimento negro dentro das universidades, que impactou na questão identitária e fez com que um maior número de pessoas se declarasse pretas ou pardas nos últimos anos, encontramos então uma maior quantia de mulheres negras na tabela acima.

Para Katia Regis, coordenadora da primeira licenciatura do Brasil de estudos africanos e afro-brasileiros, o crescimento da população que se autodeclara negra é o reflexo dos anos de luta do movimento negro e também do acesso à educação. "A população negra que tem mais acesso ao conhecimento efetivo da história africana e afro-brasileira passa a se ver mais positivamente como negra", diz. Conhecendo sua história, os negros assumem o orgulho da sua cor. (ROSSI, 2015, p.1)

Tendo o estado da Bahia totalizado 79% de negros e 20% de brancos em dados da PNAD 2015, observa-se na Tabela 2 que mesmo havendo uma maior presença de mulheres negras em ambos os níveis, estes ainda estão distantes da paridade com os índices raciais na demografia do estado. Por outro lado, observa-se também que há um decréscimo do quantitativo de mulheres negras com o aumento de nível e um aumento na quantia de mulheres brancas.

O enfrentamento do racismo e do sexismo interseccionados são fatores apontados por Pinto (2007), Silva (2010) e Brito e Gomes (2015) para o enfrentamento de maiores dificuldades para permanência nos ambientes de ensino superior, sendo o ambiente de pós-graduação um espaço formativo igualmente atravessado por estes preconceitos. Ressalto que bell hooks (1995) aponta que a intelectualidade ainda é um campo onde as mulheres negras pouco conseguem se reconhecer, seja por conta da subjugação do seu intelecto pela história das ciências ou pelas dificuldades materiais encontradas nos lares e famílias negras.

Segundo Brito (2015) e Silva (2010), na busca por melhores cargos no mercado de trabalho, possibilitada pela formação acadêmica, as mulheres negras são demandadas de maior esforço se comparada às mulheres branca e aos homens, pois além de comprovar sua competência precisa abrir mão de seu lazer, da maternidade, relacionamentos afetivos para concentrar seus esforços na conquista de seus objetivos. "Isso demonstra que, em se tratando da questão de gênero, este é por si só um fator complicador, mas, quando aliado à raça, aumenta ainda mais os obstáculos para inclusão e ascensão social." (BRITO, 2015, p.142). A maternidade surge então como um fator dificultador da vida universitária, pois tanto a maternidade quanto a universidade são "instituições ávidas" (URPIA, 2009).

3.3. MÃE-ESTUDANTE-TRABALHADORA

Encontramos na conquista do direito ao trabalho um tema bastante controverso no feminismo, pois enquanto muitas mulheres brancas de classe média reclamavam do enfadonho trabalho doméstico e das responsabilidades maternas, exigindo sua inserção no mercado de trabalho, as mulheres pobres já se encontravam no trabalho informal e as mulheres negras se encontravam na escravidão (HOOKS, 2015). A exemplo disso o artigo *Mulheres negras: moldando a teoria feminista* de bell hooks realiza a crítica ao movimento feminista hegemônico mencionando o livro *A mística feminina* da feminista branca Betty Friedan, como vemos no trecho a seguir:

“Não podemos continuar a ignorar essa voz íntima da mulher, que diz: Quero algo mais que meu marido, meus filhos e minha casa”. A autora definiu esse “mais” como profissões, sem discutir quem seria chamado para cuidar dos filhos e manter a casa se mais mulheres como ela própria fossem libertadas do trabalho doméstico e tivessem o mesmo acesso a profissões que têm os homens brancos. Quando Friedan escreveu *A mística feminina*, mais de um terço de todas as mulheres estava na força de trabalho. Embora muitas desejassem ser donas de casa, apenas as que tinham tempo livre e dinheiro realmente podiam moldar suas identidades segundo o modelo da mística feminina. [...] Em seus primeiros textos, parece que Friedan nunca se perguntou se a situação das donas de casa brancas com formação universitária era um ponto de referência adequado para se examinar o impacto do sexismo ou da opressão sexista sobre a vida das mulheres na sociedade norte-americana. (HOOKS, 2015, p.194-196)

Com o fim da escravidão e a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho, registra-se um novo fenômeno social: as múltiplas jornadas femininas, pois segundo Scavone (2001) e Badinter (2011), a conquista do direito a exercer trabalhos fora de casa não procedeu na divisão das atividades domésticas e do cuidado com as crianças, resultando num acúmulo de atividades para as mulheres. Dados da Fundação Carlos Chagas (*apud* MENEZES *et al.*, 2012, p.36) apontam que mesmo com o aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, estas ainda dedicam muito mais tempo que os homens para os afazeres domésticos. Nesse sentido Correia (*apud* MENEZES *et al.*, 2012, p.26) afirma que após o século XIX, com a imagem da “nova mulher” que tudo faz, passou-se a esperar quase uma onipotência das mulheres.

A relação entre maternidade e carreira tem se constituído então como um problema para as mulheres modernas portanto, “a realização da maternidade ainda é um dilema para as mulheres que querem seguir uma carreira profissional, já que são elas que assumem a maioria das responsabilidades parentais” (SCAVONE, 2001, p.56). A exemplo disso Bittencourt (2013) aponta que mulheres sem filhos na pós-graduação *strictu sensu*, relatam medo de engravidarem neste período por tomarem como exemplo as experiências das colegas que são mães,

ressaltando principalmente o impacto na carreira em decorrência da centralidade do cuidado na figura da mulher-mãe.

Sendo assim, as mulheres tem adotado estratégias de resistência para garantir a presença neste espaço, por exemplo, a redução do número de filhos que é apontada por Scavone (2001) como uma estratégia adotada pelas mulheres para reduzir a ambiguidade entre maternidade e vida profissional, contudo a autora afirma que a maternidade ainda é um elemento cultural muito forte da identidade feminina.

Observa-se em Beltrame e Donelli (2012) que a idade para se dedicar a maternidade e a carreira coincidem e ambas exigem extrema entrega, sendo assim as autoras identificam que há um adiamento da realização da maternidade a partir da análise da redução das taxas de fecundidade entre as idades de 15-24 anos, o aumento nos grupos de mulheres de mais de 30 anos, além de maior quantitativo de mulheres que fazem a opção pela não maternidade. Com estas informações podemos concluir que mais mulheres estão optando por priorizar a carreira. Tais escolhas parecem estratégias frente a outras informações fornecidas pelos autores, pois indicam que o número de filhos é inversamente proporcional a probabilidade das mulheres de estar no mercado de trabalho.

Sobre o adiamento da maternidade preciso destacar o elemento “planejamento familiar”, que é mais acessado por mulheres das classes mais altas da pirâmide socioeconômica por desfrutarem, por exemplo, de plano de saúde ou recursos para acessar este recurso. Desta forma, as mulheres pobres, que no caso do Brasil são de maioria negras, possuem menos acesso a recursos para adiar ou planejar essa maternidade, assim este adiamento é entendido aqui também como uma questão de privilégios. Por outro lado, trata-se aqui de um público de mulheres negras que possuem maior formação e maior acesso à informação do que a maioria das mulheres negras, o que não significa dizer que possuem maior poder aquisitivo para tal.

Zanello (2016) e Beltrame e Donelli (2012) relatam que o afastamento da mãe e a criança e o retorno ao mercado de trabalho após a licença maternidade tem resultado em maiores índices de depressão nas mulheres por conta da “culpa materna”. A chamada “culpa materna” pode ser entendida como a frustração das mulheres em não atenderem a expectativa da mãe ideal formatada pelo mito do amor materno, que já discutimos anteriormente. Contudo indicam que por conta de elementos culturais as mães acreditam que só as elas possuem capacidade de cuidar de seus filhos.

[...]as mulheres não conseguem reinvestir da mesma maneira esses dois espaços; seja pelo temor de faltarem excessivamente ao seu bebê, seja por não saberem dosar a presença-ausência com seu filho, assim como a mãe ideal deve saber fazer, ou por não poderem realizar viagens de trabalho inesperadas,

horas extras ou levar tarefas para o lar. (JERUSALINSKY *apud* BELTRAME E DONELLI, 2012, p.210)

Contudo há um fator importante a ser considerado sobre a relação maternidade, formação e trabalho, a maternidade incentiva as mulheres a trabalhar e investir na carreira para garantir melhores condições de vida para si e para os filhos, desta forma elaboram diversas estratégias de conciliação para que não precisem abrir mão de nenhuma destas atividades (URPIA, 2009; BELTRAME E DONELLI, 2012; MENEZES *et al.* 2012; SILVA, 2017).

3.3.1. Produzir é a palavra de ordem – Mães negras na carreira acadêmica

O tema da maternidade negra durante o mestrado e/ou doutorado tem sido pouco abordado por trabalhos acadêmicos, pouco se sabe sequer sobre a vida das mães negras em quaisquer níveis da vida universitária. Por outro lado, a bibliografia que aborda sobre a maternidade na pós-graduação (BITTENCOURT, 2013), as professoras doutoras negras (SILVA, 2010; BRITO; GOMES 2015), e a vida das mulheres negras na pós-graduação (PINTO, 2007) nos dão indícios para refletir sobre estas experiências.

A descoberta da gravidez no contexto acadêmico aparece geralmente como um susto na vida das mulheres, pois poucas planejam a maternidade para o seu período de formação, principalmente aquelas que estão nos primeiros níveis (URPIA, 2009; BITTENCOURT, 2013).

No caso da pós-graduação esse medo do fracasso frente a conciliação de maternidade e formação aparece com maior frequência para aquelas que estão no período em que cursam disciplinas, pois há no imaginário das pós-graduandas um projeto de vida ideal, em que a chegada do filho deveria acontecer apenas no fim do doutorado, contudo ainda há uma construção social romântica sobre a maternidade que resulta nas manifestações de grande medo, mas outras acerca de estar vivendo um “momento mágico”. (BITTENCOURT, 2013)

Autoras como Schiebinger (2001), Silva(2010), Harding (1991;2002), Keller (2006) e Bittencourt (2013) nos levam a concluir que o ambiente acadêmico foi construído por homens para homens, criando um *habitus* acadêmico no qual as mulheres precisam se “entrar no jogo” para construir suas carreiras, desta forma a maternidade como parte da vida da mulher cientista aparece como um tema recente nesse campo.

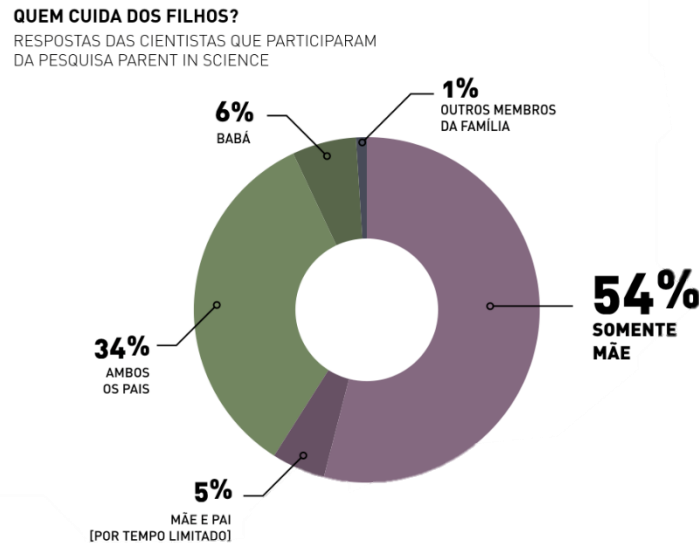
A chegada das mulheres no ambiente acadêmico tem pautado profundas mudanças para a permanência destas, tendo alcançado algumas conquistas, mas objetivando ainda outras. Bittencourt (2013) destaca conquistas oriundas da parceria do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Secretaria de Políticas para Mulheres (SEPM) que durante os Encontros Nacionais de Núcleos e Grupos de Pesquisa incluíram nos

relatórios do evento recomendações que visavam melhorias para mães cientistas tendo alcançado dentre outras reivindicações o direito à licença-maternidade com a portaria nº 248 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 19 de dezembro de 2011, garantindo 4 meses de afastamento para mestrandas e doutorandas sem ônus para seu período de titulação e assegurando o recebimento de suas respectivas bolsas neste período de afastamento. Em 15 de dezembro de 2017 a decisão ganha maior peso com a promulgação da lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Por outro lado, estas decisões versam apenas sobre as mães que possuem bolsas de mestrado e doutorado concedidas por agências de fomento, ficando quaisquer outras situações sob o julgo das coordenações dos programas de pós-graduação.

Mesmo a universidade sendo um ambiente historicamente vinculado à crítica e contando com forte atuação feminista, a maternidade ainda se configura como um *handicap* para a carreira acadêmicas das mulheres. Desta forma a relação com a culpa, como preconceito com si mesmas, também se manifesta nesse contexto, tendo em vista que as mães universitárias se culpam por “inverter uma ordem social, que estipula que as mulheres devem primeiramente cumprir etapas, estudando para depois iniciarem a formação de sua família com marido e filhos” (MENEZES *et al.* 2012, p.35). Sendo essa “ordem social” uma expectativa que se tem sobre a vida das mulheres, outras pessoas, de dentro e fora do ambiente acadêmico, colaboram para que essa culpa seja fomentada.

No caso específico da pós-graduação a produção acadêmica é um dos principais motivos da culpa, tendo em vista que estas atividades de produção demandam tempo, concentração e o isolamento, que segundo Bittencourt (2013) e hooks (1995) é um dos elementos mais difíceis de conseguir numa casa com crianças. Haja vista que as mulheres estão no centro do cuidado, sendo mais demandadas pelas questões familiares e que são estas as principais responsáveis pelas crianças. Dados fornecidos pelo *Parent in Science* comprovam que mães cientistas permanecem no centro do cuidado dos filhos, como observemos os gráficos a seguir:

Gráfico 3 – Quem cuida dos filhos?



Fonte: Parent in Science (2017)

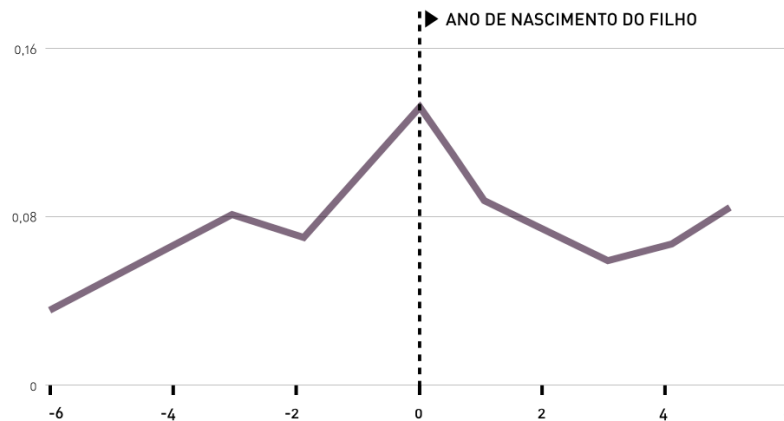
Guedes e colaboradores (*apud* BITTENCOURT, 2013, p.20) constata que existem diferenças na produtividade entre homens e mulheres, sendo a relação entre maternidade e carreira um elemento central para tal diferença. A sobrecarga deve -se também ao fato de que existe uma cultura materna que indica responsabilidades maiores das mães e não divisão de tarefas, pois considera que se trata de um “sacrifício individual” materno (MONOSSON, 2008; MENEZES *et al.*, 2012; BITTENCOURT, 2013). Aliado a isso destaca-se em Beltrame e Donelli (2012) a dificuldade em se desligar da função materna.

A representação que vigora socialmente sobre a maternidade, de que a mãe é a principal responsável pelo cuidado do filho, contribui para as acadêmicas mães sentirem-se em desvantagens em relação aos homens e as outras mulheres sem filhos, pois a responsabilidade materna as impossibilita de terem uma produtividade “satisfatória” em suas próprias visões. (BITTENCOURT, 2013, p.159).

Nesse sentido, dados do *Parent in Science* contatam a após o nascimento dos filhos as mulheres encontram maior dificuldade para manter a produção, resultando em “um buraco no seu currículo” (BITTENCOURT, 2013, p.26) como vemos a seguir:

Gráfico 4 – Maternidade x produtividade científica

MATERNIDADE X PRODUTIVIDADE CIENTÍFICA
TAXA DE PUBLICAÇÃO ANTES E DEPOIS DA MATERNIDADE
PARA CIENTISTAS NA PESQUISA PARENT IN SCIENCE



Fonte: Parent in Science (2017)

Como observados no Gráfico 4, após o nascimento do filho as mulheres registram grande queda em sua produção, recuperando suas taxas após o terceiro ano de nascimento do filho. Podemos considerar que as atividades do cuidado impactam negativamente sobre a produção ao observar o fato de que 93% das mulheres afirmam estar envolvidas em alguma medida no cuidado com os filhos (Gráfico 3) e que crianças na referida fase demandam maior atenção materna, principalmente por conta da lactação. Ressalta-se que a produtividade é, de acordo com Bittencourt (2013, p.82), um fator importante para manter-se e estabelecer-se no campo científico, pois há nas agências de fomento a pesquisa uma rígida política de produtividade.

O fator raça é necessário para a análise dos condicionantes para a produção. A feminista negra norte-americana bell hooks (1995) argumenta sobre a dificuldade de mulheres negras considerarem para si a possibilidade de realizarem trabalho intelectual por fatores que incluem a própria representação social do que é um intelectual²⁰ ou da impossibilidade de conseguir o silêncio e o isolamento necessários para a produção intelectual. Dando ênfase à figura materna negra a autora comenta.

A gente escreve sozinha em geral passando muito tempo isolada. Muitas vezes é difícil manter um senso de compromisso com a comunidade. As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros as vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solitária. Isso se aplica especialmente as negras que são mães. As mães solteiras muitas vezes têm de lutar com obstáculos materiais que não lhes permitem concentrar-se intensamente para pensar e escrever mesmo que o desejem (HOOKS, 1995, p.471)

²⁰ Embora a autora diferencie a pessoa intelectual da pessoa acadêmica, no contexto desta pesquisa os dois serão utilizados como sinônimos, pois nesse contexto considero que as duas imagens representem a mesma figura.

A rotina de uma pesquisadora demanda então concentração, isolamento e dedicação por longas horas o que conflita diretamente com as demandas diárias de uma mãe. Segundo Velho (*apud* BITTENCOURT, 2013, p.26) “pesquisa é quase um sacerdócio, com jornadas de 12 a 14 horas de trabalho, sem sábado, nem domingo, depois da maternidade poucas manterão esse ritmo. E se mantiverem, pagarão um preço alto, a culpa.”. Essa culpa está diretamente relacionada à frustração por não conseguir alcançar a referência de mulher onipotente mencionada no tópico anterior.

Fabbro (2006) em estudo sobre mulheres acadêmicas e maternidade constatou que muito desse problema que as mulheres contemporâneas sofrem com esta tentativa de conciliação entre maternidade e carreira acadêmica está relacionado a referência da "mulher-sucesso". Segundo a autora, este modelo de feminilidade nutre a ideia que a mulher pode ter sucesso tanto na vida profissional como pessoal, não abdicando de nenhuma delas, mas procurando táticas para conciliar. No entanto, sendo a "mulher-sucesso" um modelo difícil de seguir, as acadêmicas ficam emocionalmente afetadas, pois não conseguem corresponder a este "tipo ideal" de mulher que não negociou o trabalho domésticos e o cuidado dos filhos (FABBRO; ELIAS *apud* BITTENCOURT, 2013, p.90).

Outro importante elemento para refletir sobre a construção da carreira acadêmica atravessada pela maternidade é a participação em congressos, simpósios, seminários e outros eventos acadêmicos em geral. Tendo em vista que muitos destes congressos prescindem grandes deslocamentos por até uma semana, a necessidade de cuidar dos filhos coloca maiores dificuldades para que mães participem destes eventos ou de quais quer outros que demandem afastamentos. Esta dificuldade de afastamento também tem interposto outras privações na vida das mulheres acadêmicas, como por exemplo realizar cursos e formações no exterior, que por sua vez agregam muito à construção de suas carreiras (BITTENCOURT, 2013).

A despeito destes percalços, a escolha pela maternidade tem sido considerada como negativa para aquelas que querem construir uma carreira acadêmica/científica. As mulheres inseridas nesse contexto deparam-se inicialmente com um problema relacionado à representação social do cientista, que é de um homem, frio, casado, branco, com tempo integral pra dedicar-se a pesquisa e com filhos, mas não tem grande dispêndio de cuidar deles (BITTENCOURT, 2013; MENEZES *et. al*, 2012; MONOSSON, 2008). Tal figura está diretamente associada às alegações a serem ainda superadas no campo das ciências de que os homens são mais adequados para a carreira científica do que as mulheres, principalmente no que tange às ciências exatas.

Diante disso, adiar ou até mesmo rejeitar a maternidade tem sido uma alternativa para que as mulheres possam competir em menor desigualdade com o homem quando comparadas às

mulheres com filhos (BELTRAME; DONELLI, 2012; BITTENCOURT, 2013). Observamos em Bittencourt (2013) as mulheres sem filhos relatam temer a gravidez, pois enxergam a maternidade como um fator puramente negativo para a construção ou consolidação de suas carreiras.

A possibilidade de planejamento familiar e o receio frente as questões oriundas da relação maternidade e carreira tem impactado também sobre a redução na quantidade de filhos entre as mulheres mais instruídas quando comparadas com as mulheres menos instruídas como vemos a seguir:

A tendência das mulheres escolherem pela não maternidade ocorre mais entre mulheres com maior grau de instrução, ou seja, "quanto mais estudada, menos filhos". No contexto brasileiro, o demógrafo José Eustáquio Alves, da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, confirma a tendência entre as mulheres mais instruídas em reduzir o número de filhos e, portanto, de enlances matrimoniais, pois estas têm mais dificuldades de casar ou, então, preferem ficar sozinhas. Segundo o pesquisador, a taxa de fecundidade entre as instruídas é de um filho por mulher. Entre as mais pobres e menos instruídas, porém, é de seis filhos por mulher. (BITTENCOURT, 2013, p.92)

Heilman e Okimoto (*apud* BELTRAME; DONELLI, 2012, p.209) apontam que embora ter filhos signifique um impacto negativo para homens e para mulheres, são as mães que sofrem um impacto negativo maior, podendo impedir o progresso na carreira. Sendo assim, homens acadêmicos, mesmo que escolham pela paternidade e se comprometam com uma divisão igualitária de papéis, não arcarão com os mesmos ônus pois além de existirem etapas propriamente biológicas da maternidade ainda há uma cultura que estabelece uma interdependência entre mãe e filha (o), mas não entre pai e filha (o), o que concede maior perdão à ausência paterna (MONOSSON, 2008; BELTRAME; DONELLI, 2012; BITTENCOURT, 2013; MENEZES *et al.*, 2012).

Neste sentido observamos em Monosson (2008) que as mulheres acadêmicas casadas com homens, também acadêmicos, comprometidos com o cuidado dos filhos ascendiam em sua carreira com maior dificuldade que seus companheiros, sendo convocadas para resolver todas as crises que se apresentavam na vida dos filhos. Nessa obra constata-se que a grande maioria das mulheres que relatam suas histórias no livro são casadas com homens inseridos na mesma carreira, o que nos indica que há uma cultura neste sentido, como constatado também por Bittencourt (2013).

As estratégias de permanência de mulheres negras, no ambiente acadêmico tem mobilizado não só recursos financeiros, mas também tem demandado a construção de uma rede de assistência constituída principalmente pela família (PINTO, 2007; BARROS, 2014;

GONÇALVES *et al.*, 2019), o que também acontece com estudantes que são mães (MENEZES *et al.* 2012; BITTENCOURT, 2013; SILVA, 2017).

MENEZES e colaboradores (2012, p.38) elucidam que a família é considerada como um elemento importante enquanto a mãe realiza a reorganização constante do tempo para dar conta das demandas da carreira acadêmica e da maternidade. Por outro lado, reafirma que as mães universitárias não se colocam dispostas a dividir o papel de cuidadora, aceitando a família no máximo como auxiliar no cuidado com os filhos.

A responsabilidade materna na pós-graduação ganha nuances diferenciadas tendo em vista que o tempo que se consegue requerendo estes auxílios é revertido em tempo para produzir ou estudar. Essa centralização do cuidado e a responsabilidade exclusiva pode ser percebida quando estas buscam escolinhas como indica Bittencourt (2013, p.154): “O pagamento da escolinha geralmente é dividido ou pago praticamente pelas mães, que acham que é sua obrigação pagar, pois estão comprando um tempo para poderem estudar.”.

Contudo a busca pela construção da carreira nesse espaço se dá principalmente por possibilitar o que Bittencourt (2013) chamará de “tranquilidade econômica profissional” definida pela autora como: “um estado de satisfação que as acadêmicas enunciam sentir em relação a conquista de um emprego que proporcione uma vida materialmente satisfatória e também de realização profissional” (BITTENCOURT, 2013, p.56).

4. MÃE NEGRA ACADÊMICA

Neste capítulo são apresentadas reflexões sobre intercorrências do trabalho de campo, os dados quantitativos que foram levantados e as análises realizadas a partir dos dados empíricos do estudo, conforme categorias de análise que deles emergiram. A estrutura do capítulo segue esta linha, em que os itens correspondem às categorias; é importante destacar que a análise interseccional realizada acaba por não permitir a segregação completa dessas categorias, escapando, portanto, a um modelo de análise cartesiano e delimitado artificialmente.

4.1. A INSERÇÃO EM CAMPO

Com o intuito de caracterizar a pós-graduação *stricto sensu* na UFBA com as informações disponíveis sobre cada um destes cursos foi realizada na primeira etapa desta pesquisa uma análise inicial nos dados fornecidos pelo Relatório UFBA em Números de 2018, o site da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação da UFBA e informações da Plataforma Sucupira, que me permitiram mapear 82 cursos (Anexo III) de pós-graduação *stricto sensu*. Havia também o interesse em identificar quantas mulheres e quantas negras haviam na universidade, para delimitar o tamanho da amostra ideal para a pesquisa quantitativa, contudo, embora o relatório da referida universidade traga números importantes sobre a instituição, há apenas um dado quantificador geral sobre o corpo discente da pós-graduação *stricto sensu*, sem análise utilizando critérios de gênero ou raça.

Fiz tentativas de contato com a Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação (PROPG) e o Núcleo de Estatística da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN), este último responsável pela divulgação dos dados do relatório supracitado, para a solicitação das informações necessárias, contudo nenhuma dessas fontes possuíam tais dados.

Durante o segundo semestre, em reunião com a orientadora relatei sobre esta falta de dados quantitativos sobre a realidade das mães negras na UFBA. Deliberamos então testar visitas exploratórias às secretarias de alguns cursos de pós-graduação, para obtenção da lista de discentes, bem como solicitar que os secretários e secretárias identificassem quais estudantes eram mães e quais eram negras, utilizando o método de heteroclassificação²¹. Para testar a eficácia de tal metodologia visitei 9 secretarias, que compreendiam pouco mais de 10% do total sendo 3 da área de exatas, 1 de artes, 5 de humanas.

²¹ Segundo Osório (2003) a heteroclassificação, também chamada de heteroatribuição, é um dos três métodos de identificação racial, realizado quando outra pessoa define um grupo ou um sujeito.

Nas secretarias das ciências exatas, todas de uma mesma unidade da UFBA, a Escola Politécnica, apenas uma lista foi disponibilizada, pois as demais secretárias afirmavam que a lista só poderia ser fornecida com autorização da coordenação. As informações sobre a quantidade de estudantes mães também não foram disponibilizadas, pois informavam que não dispunham dessa informação, que até saberiam dizer sobre algumas estudantes com quem tinham maior proximidade, mas que a maternidade era um assunto pessoal que não constava em nenhum formulário das estudantes. Por outro lado, ao tratar de raça houve total resistência, pois afirmavam que não podiam dizer se as estudantes eram negras, com exceção de uma secretária que informou não haver nenhuma negra naquele curso.

Em duas das secretarias das ciências humanas visitadas, o acesso à lista foi facilitado, porém nas outras três houve a alegação de que era necessário autorização da coordenação e apresentação de parecer do comitê de ética responsável pela minha pesquisa. Nestas secretarias quaisquer informações sobre raça ou maternidade foram negadas. A heteroclassificação de raça pelos secretários, um homem e uma mulher, que forneceram a lista de discentes foi feita com bastante tranquilidade, souberam identificar quais estudantes eram mães, afirmando que alguns chegavam a levar seus filhos para as aulas, mencionaram em alguns casos a idade, pois acreditavam que as mulheres mais velhas certamente já eram mães.

Na secretaria da área de artes a funcionária não forneceu a lista impressa, pois só poderia fazê-lo mediante apresentação do parecer do comitê de ética, mas identificou várias estudantes mães e negras, chegando a me fornecer nomes de algumas que poderiam se interessar pela pesquisa e participar da fase de entrevistas.

Diante das muitas negativas e o uso de critérios imprecisos, como a maternidade compulsória a partir de uma idade determinada, esta metodologia foi abortada e definiu-se com a orientadora a utilização dos dados que estavam disponíveis para compará-los com a realidade que se apresentaria a partir das respostas do *e-survey*. Posteriormente às visitas, identificamos uma tabela de dados sobre o corpo discente de toda a pós-graduação brasileira, disponibilizada pela CAPES que utiliza critérios como sexo²² e raça.

Paralelo a isso, durante o primeiro ano do mestrado a notícia sobre esta pesquisa circulou entre algumas mulheres da pós-graduação da UFBA e algumas me procuraram pedindo que eu ouvisse suas histórias, estavam interessadas em participar da pesquisa, sendo acolhidas e entrevistadas no período já previsto dentro do cronograma estabelecido. Desta forma, a etapa

²² A utilização de sexo em detrimento de gênero me preocupa enquanto pesquisadora feminista, pois não há como saber se a identidade de gênero foi considerada nestas situações ou se foi considerado apenas o sexo biológico.

em que eu buscava possíveis informantes foi utilizada apenas para encontrar as mulheres das ciências exatas e da área de artes, pois assim como Silvana Bittencourt (2013) tive maiores dificuldades em contactar mulheres de áreas mais distantes que a minha, tendo inclusive enfrentado um episódio desagradável em que uma mãe negra da área de exatas, negou-se a participar da pesquisa alegando que não via relevância no meu tema, e que pesquisas como esta ainda pretendem apenas ressaltar as dificuldades, sem de fato se propor a resolvê-las.

Para a realização das entrevistas desloquei-me até o lugar mais confortável para as entrevistadas, fosse em suas residências, na universidade ou em seu local de trabalho, pois mulheres com tantas demandas pessoais, educativas e laborais tem menor disponibilidade para se deslocar e dispor de tempo para participar destas pesquisas, exigindo que a pesquisadora vá ao encontro de suas informantes e esteja apta a lidar com os imprevistos e possíveis interrupções, tentando sempre evita-las.

Dificuldades de agendamento para as entrevistas foram constantes devido à falta de tempo disponível das entrevistadas ou a própria coincidência de horários nos quais os sujeitos se disponibilizavam à entrevista com o horário de aula, estágio ou trabalho dos pesquisadores. Assim, foi comum a coleta de dados realizada com as entrevistadas ocorrer em lugares ou situações que consideramos inadequados, o que pode ter facilitado uma deficiência nas informações obtidas. (MENEZES *et al.*, 2012, p.32)

Trago o trecho acima como um exemplo da dificuldade enfrentada por outro pesquisador que também trabalhou com entrevistas com mães em múltiplas jornadas, também encontradas por Bittencourt (2013) que trabalhou com mães doutorandas. A recorrência de tal fenômeno aponta para o fato de que o pesquisador que se interessa por trabalhar com mulheres com múltiplas jornadas precisa encontrar uma brecha entre as inúmeras demandas para realizar as entrevistas.

4.2. A REALIDADE EM NÚMEROS

Na tentativa de obter números sobre a realidade das mães estudantes de pós-graduação da UFBA, foi elaborado um questionário online (*e-survey*) na plataforma *Google Formulários*. O questionário, que se encontra disponível no Anexo II desta dissertação, contava com 14 perguntas abertas e fechadas sobre sua formação acadêmica e a maternidade.

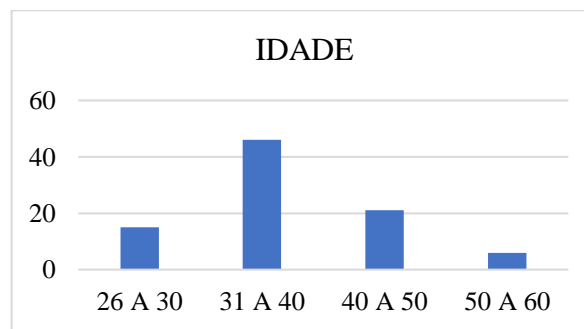
Foram obtidas 99 respostas, contudo algumas não condiziam com os critérios estabelecidos para a pesquisa, pois algumas das respostas vieram de mulheres que sequer eram mães ou não eram estudantes de pós-graduação. Após o tratamento dos dados apenas 88 respostas foram consideradas. Vasconcellos e Guedes (2007) apontam inúmeras vantagens e algumas limitações na utilização de *e-surveys* que incidem sobre a existência de respostas

destoantes, por isso ressaltam a importância da análise desses dados. A análise do conteúdo foi utilizada aqui para dar interpretação qualitativa aos dados quantitativos, utilizando os números como ferramentas para compreensão da realidade como indicam Rocha e Deusdará (2005).

Diante da inexistência de dados sistematizados e confiáveis sobre a quantidade de mães que estudam na pós-graduação da UFBA, não há como saber quanto dessa realidade o número de mães alcançadas por este formulário representa. Há apenas como compreender o quanto que essas mães representam no total de mulheres da pós-graduação da UFBA e a disparidade entre as realidades de mulheres negras e brancas entre as 88 mães por estes dados representadas.

A representação em gráficos foi escolhida para este trabalho, por acreditar que tais representações visuais simplificam a identificação do significado desses números.

Gráfico 5 – Idade das participantes



Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Como se pode averiguar, há a prevalência de mulheres na faixa etária de 30/40 anos, o que pode apontar para um hiato entre a formação acadêmica na graduação e o ingresso em um curso de pós-graduação, talvez por conta de demandas familiares. Tal tendência à interrupção dos planos de carreira em nome das obrigações de esposa e mãe é o que observamos anteriormente em Menezes e colaboradores (2012) e Beltrame e Donelli (2012).

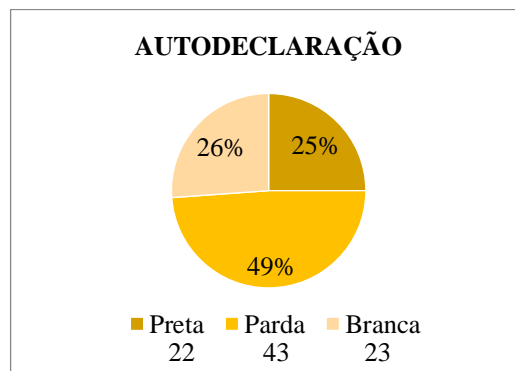
O baixíssimo quantitativo das mulheres acima de 50 a 60 anos nos faz levantar duas hipóteses diferentes: A primeira, com base em Lima (2017) e Monosson (2008), é que nesta fase as mães participantes desta pesquisa já alcançaram a formação máxima de pós-graduação e estão em outros espaços como cientistas ou docentes consolidadas; a segunda, baseada nas dificuldades apontadas por Bittencourt (2013) e Menezes e colaboradores (2012), é que diante da necessidade de conciliar as demandas familiares, as dificuldades apresentadas pela carreira acadêmica e o perfil “jovem” desses espaços formativos, as mulheres dessa faixa encontram-se em menor número.

Além disso há também a inexistência de mulheres com mais de 50 anos. O que pode nos indicar questões colocadas pelo fator geração, pois tendo em vista que a nova realidade das famílias é de avós “jovens”, as “cinquentonas” tornam-se demandadas pelos “serviços de avó”,

cuidando da casa e dos netos para que as gerações seguintes possam ocupar o espaço universitário. (BRITTO DA MOTTA, 2012; LINS DE BARROS, 1987)

No que tange à autodeclaração, embora tenham sido apresentadas as 5 categorias de cor/raça do IBGE (preto, pardo, amarelo, branco e indígena) as respostas concentraram-se apenas nas categorias branco, preto e pardo. Segundo Osório (2003) a soma das categorias de cor “pretos” e “pardos” como “negros” tem sido realizada pelo IBGE apenas a nível estatístico considerando para além de cor, as condições socioeconômicas semelhantes aos cidadãos autodeclarados nestas categorias. Seguindo tal lógica, optou-se aqui por também realizar tal agregação, já que estamos falando de um fenômeno social e não avaliando diretamente a descendência. A partir da sistematização das respostas em gráficos obtivemos os números a seguir:

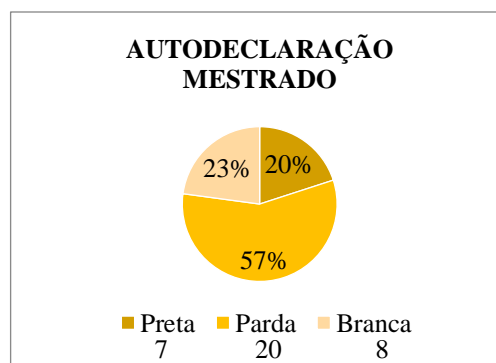
Gráfico 6 - Autodeclaração das participantes



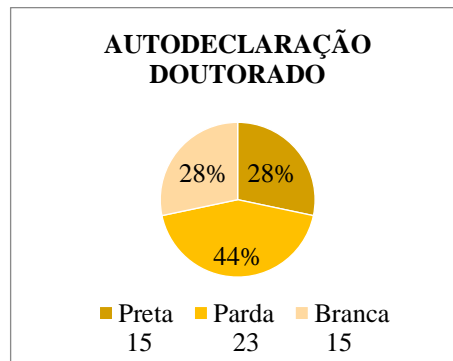
Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

O gráfico acima aponta índices que estão totalmente na contramão dos dados referentes ao biênio 2018-2019 apresentados pela plataforma Sucupira, pois dentre as 87540 mulheres que se autodeclararam dentro das três categorias de cor que utilizamos neste trabalho (Brancas, Pardas e Pretas) temos 74% autodeclaradas brancas, 21% pardas e apenas 5% negras.

Gráfico 7 – Autodeclaração mestrado

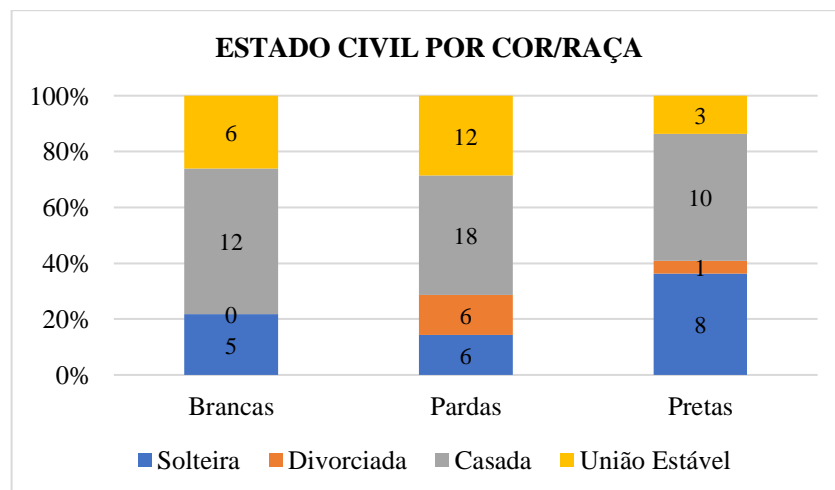


Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Gráfico 8 - Autodeclaração doutorado

Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Segundo Bordi e Bautista (apud SILVA, 2010) com o aumento do nível de formação encontraremos um quantitativo menor de mulheres negras dentro do público avaliado, dado esse que se comprova ao compararmos o gráfico 7, que se refere ao mestrado, e o gráfico 8, que representa o doutorado. Percebe-se o aumento de 5% no quantitativo de mulheres brancas, enquanto há redução de 13% no número de pardas e aumento de 8% no quantitativo de mulheres pretas.

Gráfico 9 – Estado civil das entrevistadas por cor/raça

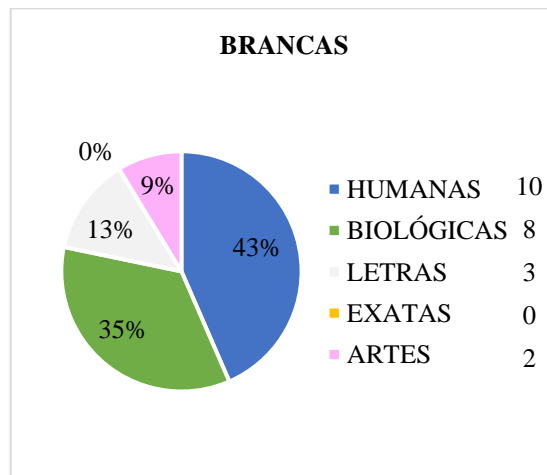
Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

No gráfico acima é possível observar que o maior percentual de “mães solteiras” (solteiras e divorciadas) está nas mulheres negras, sendo 40% das pretas e 28% das pardas. Dentre essas, as mulheres pretas são as que mais estão solteiras e as mulheres pardas as que mais se divorciaram. Tal dado reafirma a solidão da mulher negra destacada por Pacheco (2013) que indica que são as mulheres negras aquelas que mais se encontram no status de “mãe solteira”, sendo maior a incidência sobre a vida de mulheres pretas. Por conseguinte, o dado também

endossa as constatações de Fonseca (2005), que indica que são as mulheres negras e pobres que mais compõem as ditas famílias “desestruturadas”.

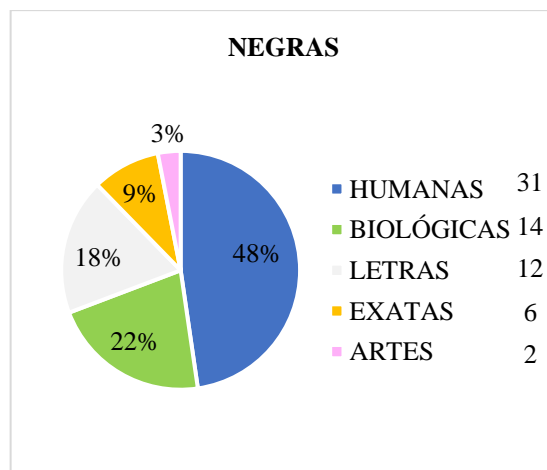
Ressalto que nenhuma das participantes autodeclaradas brancas registrou estar divorciada, por outro lado é entre as mulheres brancas que encontramos o maior percentual de relações estabelecidas por união estável ou casamento correspondendo a 78% dos casos.

Gráfico 10 – Mulheres Brancas por áreas do conhecimento



Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Gráfico 11 – Mulheres Negras por área do conhecimento

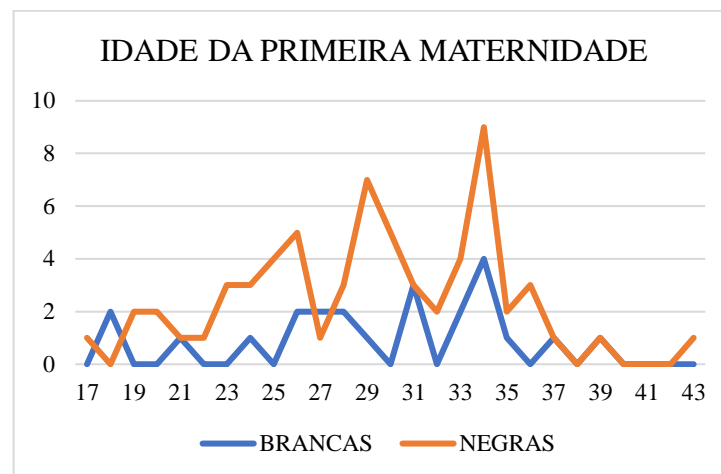


Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Nos gráficos acima observa-se comparativamente em quais áreas as mulheres brancas e negras se concentram. Em ambos os casos se nota a predominância da área das ciências humanas seguida da área de saúde, sendo essas as áreas onde se encontram as principais profissões relacionadas ao cuidado tradicionalmente atreladas ao feminino como a pedagogia, o serviço social, a enfermagem e a nutrição (QUEIROZ, 2001a, 2001b; LIMA E SOUZA, 2003).

Um dado específico nos salta aos olhos que é o 0% de mulheres brancas na área de exatas. Embora a escassez de mulheres na área de exatas seja apresentada por Lima e Souza (2003) e Queiroz (2001a), nos surpreende haver um maior quantitativo de mães negras nessa área, tendo em vista que Lima (2017) ao analisar dados do CNPq destaca o baixíssimo quantitativo de mulheres negras nesta área. Por falta de dados gerais, não foi possível analisar por exemplo, se a falta de mulheres brancas com filhos da área de exatas nesta pesquisa é sintoma de uma rejeição à maternidade nessa área.

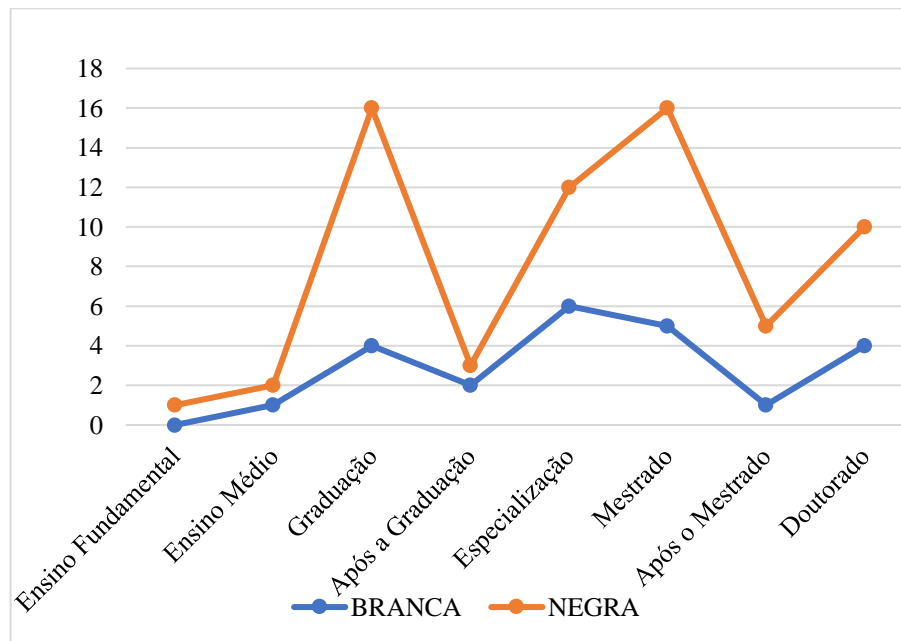
Gráfico 12 – Idade da primeira maternidade



Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

No gráfico 12 observamos a oscilação dos índices de idade da primeira maternidade²³ dentro deste grupo estudado. Nota-se que dentre as mulheres brancas a culminância da primeira maternidade dá-se entre os 31 e os 40 anos, enquanto dentro do grupo de mulheres negras se dá na faixa de 21 a 30 anos. O dado nos revela que embora o adiamento de uma gravidez para após os 30 anos seja uma prática das mulheres comprometidas com algum tipo de carreira (MENEZES *et al*, 2012; BELTRAME; DONELLI, 2012), as mulheres negras apresentam gestações anteriores ao período entendido como “ideal”.

²³ O termo “primeira maternidade” foi utilizado em substituição do termo “primeira gestação” como um esforço para afastar-se da noção que associa a maternidade com a gestação, excluindo outras possibilidades de maternidade.

Gráfico 13 - Concentração de mulheres por período de formação da primeira gestação

Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

A maior quantidade de mulheres brancas que engravidam apenas após o período da graduação e também apenas no Doutorado nos demonstra um dado socioeconômico importantíssimo, pois, assim como no gráfico 13, ao se tratar de adiar a gravidez, estamos falando também de acesso à métodos contraceptivos. Sendo as mulheres negras àquelas que estão na base da pirâmide socioeconômica e por isso apresentam maiores taxas de fecundidade por falta de acesso a estes métodos, que integram o planejamento familiar, percebemos que adiar a gravidez é também um tipo de privilégio.

Dentre as respostas recebidas neste *e-survey* algumas situações se destacaram, como o fato de que a única participante que engravidou durante o ensino fundamental é uma mulher preta. Duas das três mulheres que engravidaram durante o ensino médio são negras e dentre as 20 que engravidaram durante a graduação, apenas 4 são brancas .

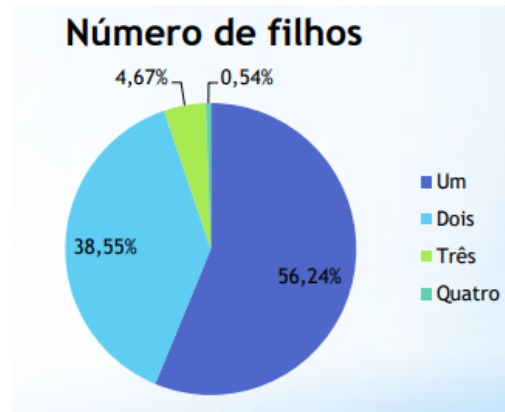
A falta de dados gerais sobre mulheres que tem filhos ou não, nos impede de compreender, por exemplo, se o grande quantitativo de mulheres negras nessa pesquisa é um indicador de que mulheres brancas estão podendo adiar para após a conclusão do doutorado a sua maternidade.

A tendência pela redução da quantidade de filhos indicada por Menezes e colaboradores (2012) e Bittencourt (2013) também se apresenta nos dados coletados por esta pesquisa, que por sua vez assemelha-se com os dados apresentados pelo *Parent In Science* em 2018.

Tabela 3 – Número de filhos por mulheres estudantes da UFBA

QUANTIDADE	BRANCAS	NEGRAS	TOTAL
1	15	43	58
2	7	20	27
3	1	2	3
TOTAL	23	65	88

Fonte: Elaboração própria com dados do *e-survey*

Gráfico 14 – Número de filhos Parent In Science

Fonte: *Parent In Science* (2017)

Observa-se na tabela acima que predominam as mulheres que tem apenas um filho, caindo pela metade a quantidade de mulheres que possuem dois filhos. uma tendência já observada por Menezes e colaboradores (2012). Considerando raça, a quantidade de filhos aparece bastante semelhante tanto entre mulheres brancas quanto entre mulheres negras se analisadas de acordo com seus respectivos grupos.

Tratando-se das interrupções entre os períodos de formação observou-se que o maior período de pausa entre a graduação e o mestrado entre as participantes foi de 30 anos, por uma mulher preta, seguida de uma mulher que levou 26 anos que também é uma mulher preta, ambas engravidaram neste período entre a graduação e o mestrado. A maior interrupção encontrada entre o mestrado e o doutorado foi de 19 anos e corresponde a realidade de uma mulher parda que engravidou durante o mestrado, seguida de outra que levou 18 anos que é preta, mas engravidou durante o doutorado.

Os dados quantitativos aqui apresentados nos demonstram um panorama sobre as realidades das mulheres negras na carreira acadêmica, contudo, existem muitas questões que não conseguem ser aprofundadas apenas na análise dos dados quantitativos. Desta forma a fase qualitativa desta pesquisa nos permitirá conhecer melhor a realidade específica de algumas mães negras na pós-graduação da UFBA.

4.3. A MATERNIDADE E O *LATTES*

A utilização de entrevistas para o delineamento das trajetórias de vida apresentou-se como um método bastante adequado, pois a análise dos dados quantitativos anteriormente citados não nos permitiu o aprofundamento de algumas questões e até mesmo provocou inquietações que apenas o depoimento oral coletado na entrevista nos permitiu sanar.

As análises das entrevistas transcritas e a leitura da bibliografia abordada nos capítulos anteriores nos permitiu delinear quatro categorias, na tentativa de agrupar as questões apresentadas pelas mães²⁴ negras pós-graduandas, são essas categorias: 1. percepções sobre maternidade e família; 2. “vida preparada” – planejamento de vida e interrupções; 3. “se ele soubesse quanto leão eu matei pra tá aqui, ele não teria falado assim comigo.” – mães negras na universidade; e 4. redes de assistência e estratégias de permanência. Por outro lado, ressalto que algumas questões apresentadas tocam mais de uma categoria, pois a intersecção das questões de raça, gênero, geração, classe e outras, acaba por não permitir esta submissão a um modelo de delimitação, mas que se faz necessário para organização das análises e apresentação dos resultados.

Além da codificação dos nomes mencionadas em capítulo anterior, para preservação da identidade das entrevistadas foram também suprimidos os nomes dos seus respectivos filhos e filhas, tendo em vista que são mencionados de maneira recorrente pelo primeiro nome. Sendo assim para conciliar a compreensão do texto e o sigilo, os nomes foram substituídos pelas expressões “[meu filho]” e “[minha filha]”, para que o leitor identifique a supressão dos nomes.

4.3.1. Percepções sobre Maternidade e Família

Compreender de que maneira as essas mulheres representam em seus discursos as relações de poder e o que compreendem como inerente ao seu lugar na sociedade e na família, principalmente aqueles enquanto mãe, torna-se extremamente importante para atingir os objetivos desta pesquisa. Por isso esta categoria foi pensada inicialmente após a revisão teórica e por isso esteve presente na elaboração do roteiro de perguntas para a entrevista, mas sua importância se reafirmou durante a análise crítica do discurso realizada com as transcrições obtidas, pois as entrevistadas reafirmaram em diversos momentos os papéis atribuídos à mulher dentro da família (BADINTER, 1985, 2011; PERROT, 1991; DEL PRIORE, 1990, 1994, 2004; OYËWUMÍ, 2004).

²⁴ Ressalto que todas as mulheres aqui entrevistadas são mulheres cis que geraram seus próprios filhos, não havendo nenhum caso que fuja à noção tradicional (cisnormativa e heteronormativa).

Tratando-se de mulheres negras as questões atravessadas pela raça, como a presença de uma família estendida (FONSECA, 2005), a preocupação com uma educação para enfrentamento do racismo (BRITO, 2013) e condições de vulnerabilidade socioeconômica que ainda não foram superadas com o aumento do nível de formação (SILVA, 2010; BRITO, 2015), foram elementos também identificados nas trajetórias destas mães.

A mudança na vida com a chegada dos filhos é afirmada unanimemente entre as entrevistadas. Dentre as questões apresentadas percebe-se que elas manifestam que precisam viver mais para a família do que para si, tendo que fazer significativos esforços para fazerem coisas de seu interesse individual, o que materializa as expectativas de doação ilimitada das mães para com seus filhos estabelecidas com a consolidação do mito do amor materno abordado por Badinter (1985). Embora mencionem o quanto amam seus filhos e gostam de ser mães, a maioria dos depoimentos espontaneamente toca os sabores da maternidade, contudo retomam o amor materno tradicional como vemos a seguir:

Então para mim ser mãe é assim: é eu diria até/ é que é um pouco clichê mas eu não tenho outra forma de explicar é você ver em outra pessoa/ é você conseguir transferir para outro ser humano diferente de você que não é você tudo o que você deseja para você só que ainda mais. É assim como se você experimentasse a sensação de querer o bem de uma pessoa da forma mais extrema possível sabe? Você não tem como você querer o bem de alguém a ponto de querer mais do que para você mesmo, acho que a única experiência na vida é a maternidade. Que você realmente consegue assim abdicar de sua vida do que você deseja para você, para transferir para outra pessoa. Acho que é confuso de explicar o que é confuso, é confuso até de sentir, mas para mim é isso assim. Eu nem gosto de falar de amor extremo porque eu acho isso muito 'frufu' (sic), mas para mim é essa sensação, de você enxergar uma pessoa e querer tudo que há de melhor na vida para ela, mesmo que você não possa querer para você, mas para aquele ser humano que você quer tudo, sabe? de melhor sempre e faria qualquer coisa para que ele tivesse o melhor sem se preocupar com você. (Pérola)

Percebe-se que embora a participante em outros momentos faça críticas à maternidade, a resposta para a pergunta “o que é ser mãe para você” segue o caminho da maternidade romântica. Embora diga que não gostaria de falar em amor extremo, a mesma representa totalmente os valores tradicionais da maternidade como o sacrifício e a abdicção total em nome da felicidade e do futuro dos filhos. Contudo as entrevistadas adotam uma postura crítica frente a naturalização da maternidade e o instinto materno, pois durante a análise não foram identificados argumentos que tendessem a essas concepções já desmistificadas por Badinter (1985) e Schiebinger (2001).

Por outro lado houveram também participantes que suas insatisfações com as demandas da maternidade. Dentre as participantes, Opala, por ser mãe de uma mulher de 21 anos com

paralisia cerebral que depende muito de cuidados, que são tradicionalmente oferecidos principalmente pela mãe, é aquela que apresenta o depoimento mais significativo sobre a abdicação materna e alguns dos sabores da maternidade, portanto me permito a citar um longo trecho de sua entrevista

No início eu tive dificuldade de aceitar a questão da deficiência porque também eu ainda era nova, e eu não aceitei, fiz algum tempo de acompanhamento porque ela fazia acompanhamento então os profissionais que acompanhavam ela, quiseram me acompanhar, e explicar que é isso mesmo que acontece, a vida é essa, que isso foi um problema no parto e tal. Mas hoje, depois da minha terceira gravidez eu vejo que ser mãe é pra mim algo muito bom, porque eu tenho a minha filha como amiga, sabe? Hoje... ela tem dezessete anos, então eu vejo que ser mãe é uma coisa boa, hoje, mas no início não foi. No início era assim, a minha vida era em função deles, e eu não podia fazer nada que não fosse relacionado a ver primeiro o lado deles, então no começo foi difícil, não foi algo que eu queria, não foi algo que eu planejei, foi algo que aconteceu, eu engravidei na adolescência, então eu não vou dizer “ah foi um sonho, feliz, maravilhoso!” não foi, porque não foi mesmo, sabe? E como até hoje é difícil, mesmo tendo um filho de vinte e oito anos que já faz ... já me deu um neto... ainda me dá trabalho, mas eu digo assim, “ eu vou parar de ficar esquentando a minha cabeça com eles e vou começar a pensar em mim,” e é o que eu tenho feito. Eu sou mãe, dou assistência, participo da vida deles, sabe, dou um pouco mais pra que é especial, mas procuro ser amiga deles, não digo aquela coisa, que ser mãe é aquela maravilha, porque pra mim não foi essa maravilha. Não foi. E assim, você ter um filho especial é um trabalho, as pessoas me dizem assim, “porque Deus te escolheu, porque viu seu coração...” gente, tudo bem que bom que eu tenho minha filha, mas é um trabalho, é como se você tivesse dez crianças, quinze crianças em uma só, e que demanda tempo pra tudo, ela dorme com fralda descartável,[...] ela menstruou com doze, treze anos e eu tendo que trocar absorvente dela, é uma criança que demanda de você escovar o dente, pentear o cabelo, é eu que faço isso, então pense como é difícil. Você acha que eu vou ter como dizer que isso é uma coisa maravilhosa? Não. Claro que tem o seu valor, tem o seu brilho, quando você vê o seu filho conquistar algo, você tem o seu brilho, mas dizer que foi algo fácil que foi só flores, eu não posso dizer. Não foi, não é de forma nenhuma. (Opala)

Percebe-se na fala da entrevistada a dualidade sobre o mesmo fenômeno da maternidade, pois enquanto ela menciona que ser mãe é muito bom por causa da boa relação que possui com sua filha a mesma também coloca todas as dificuldades que enfrenta para esse cuidado, tendo ainda preocupações com o filho mais velho, de 28 anos que já é pai. Por outro lado, um importante fenômeno social surge nesta fala, que é a gravidez na adolescência, que por sua vez atinge principalmente meninas negras e pobres. Analisando mais profundamente os valores atravessados pela fala recorrente de outras pessoas citada pela entrevistada, “Deus te escolheu”, nota-se a materialização do discurso do cuidado e o seu caráter sacrificial imposto à mulher, o apelo religioso que imprime resignação.

No caso de Turmalina que é uma mãe solo, a entrevistada coloca a maternidade enquanto uma escolha diária, que é feita as vezes várias vezes ao dia, apresentando também os momentos em que abre mão de suas vontades individuais por conta das responsabilidades para com sua filha de dois anos, tendo que esperar “o tempo dela” como vemos abaixo.

Ser mãe pra mim é o maior desafio e o maior aprendizado cotidiano que eu tenho. É decidir fazer isso todo dia e às vezes várias vezes por dia. Sei lá, hoje eu acordei, tinha sol e eu queria pedalar, mas ela é minha filha ela é minha responsabilidade eu tenho que ter qualidade de vida com ela, então eu tenho que esperar essa iniciação, eu ter com ela no tempo dela pra dar pra fazer as coisas. (Turmalina)

Percebe-se nas falas supracitada a confirmação da constatação de Bittencourt (2013) e Menezes e colaboradores (2012) de que a mulher quando se torna mãe é demandada para organizar toda a sua vida em torno das necessidades e do tempo dos filhos, ficando assim todas as outras demandas, como a carreira e a formação, em segundo plano, pois a abnegação é parte fundamental da identidade materna.

Pensando em abordar as possíveis dimensões raciais da vivência da maternidade após a pergunta “o que é ser mãe para você?”, que recebeu respostas tendendo à romantização da maternidade, foi feita a pergunta “o que é ser mãe negra para você?”. Esta pergunta foi respondida com relatos que tendem a politização, mas também ao sofrimento. Dentre as diversas questões as entrevistadas destacaram principalmente o atravessamento das más condições socioeconômicas desfrutadas pela população negra em geral como vemos nos dois relatos a seguir:

Ser mãe negra eu acho que é você ter que lidar com questões muito diferenciadas na sociedade inclusive com preconceito, com violências sobrepostas mesmo, assim, que você tem algumas coisas que vão incidir sobre você pelo fato de você ser uma mulher negra, tem coisas que vão pesar mais, tem preocupações que outras mulheres não tem, preocupações com você, com os filhos, na questão da educação da condução, de dificuldades de acesso a coisas, então eu acho que ser mãe negra é bem mais difícil na nossa sociedade, tem um peso bem maior. (Obsidiana)

Reiterado o que foi dito por Obsidiana, a participante Opala ressalta as dificuldades enfrentadas por ela enquanto mãe negra e também destaca questões que atingem as mães negras em geral, principalmente as do subúrbio ferroviário, de onde ela vem. Além disso a participante adiciona a questão da preocupação com sua filha, que também é uma mulher negra como vemos a seguir:

É mais difícil ainda, ser uma mãe negra é mais difícil ainda, porque na verdade ser mulher negra é tudo mais difícil, é tudo mais difícil, as oportunidades... ser mulher negra é difícil, ser mulher negra e pobre que é a minha realidade, moradora do subúrbio é bem mais difícil ainda, pra você

acessar os serviços, pra você galgar qualquer coisa, até os serviços mais básicos que é os serviços de saúde, serviços de segurança, é tudo bem mais difícil pra gente que reside nessas áreas mais afastadas dos grandes centros, então assim, ser mãe negra é difícil, é difícil porque você sabe que as vezes quer que seu filho tenha algumas oportunidades que você sabe que é importante pra eles que você não teve, e por você não ter tido essa oportunidade pra você criar um caminho pra que seu filho acesse essa oportunidade é muito mais difícil, entende? Então as vezes as pessoas acham que a mulher negra, ou o homem negro, mas como nós estamos falando da mulher..., não tem essas oportunidades porque eles não querem, não é, mas elas foram arrancadas de nós, e eu falo pros meus alunos em sala que eles precisam abraçar essa oportunidade porque eu sei o quanto é difícil, o quanto foi difícil pra mim chegar na Universidade, estar lá, vim de onde eu vim, ser negra, enfrentar as dificuldades que eu enfrentei ser mãe, estudar depois que já teve filhos, que eu voltei a estudar depois que eu já tive a minha segunda filha, ai depois no percurso eu engravidei da terceira. Então eu considero difícil porque sendo hoje mulher negra/ sendo mulher negra, sabendo das suas possibilidades, tendo acesso a algumas coisas e mesmo assim, você não tem como dar as mesmas oportunidades pra sua filha que também é negra é difícil, é muito difícil. (Opala)

As falas acima destacam a preocupação com que a falta de acesso a serviços e oportunidades já enfrentadas pelas mães estendam-se também as novas gerações. Por isso a preocupação com a ascensão socioeconômica das mães negras direciona-se também para que seus filhos acessem melhor aos serviços como segurança, educação e saúde, assim como destaca Pinto (2007). Opala novamente ressalta o quanto é difícil ser uma mãe negra e pobre, a falta de acesso às políticas públicas e estudar depois de ter filhos, além de criticar duramente a visão do senso meritocrático, que tem se difundido do cenário nacional nos últimos anos, acusando os negros e negras não se encontram na atual situação socioeconômica e não tem oportunidades de melhora de vida porque não querem, negando que seja por causa do passado de escravidão e do racismo estrutural.

Um outro tipo de sofrimento foi apresentado nas respostas dadas pelas duas participantes que são mães de crianças fenotipicamente brancas, Turmalina e Pérola, como vemos a seguir:

(começa a chorar e pausa por 10 segundos) Eu não sei, eu tô aprendendo. Eu sou mãe de uma criança fenotipicamente lida como branca, porque o pai dela é branco. Eu tive uma mãe fenotipicamente branca, eu tenho uma irmã fenotipicamente branca, uma avó fenotipicamente branca. Eu cresci numa família interracial e eu nunca tinha me ocupado de ser uma mulher negra. Um dos grandes desafios e dos grandes aprendizados e um grande presente da maternidade de [minha filha] tem sido me tornar uma mulher negra. E é (pausa de 3 segundos) e não é uma vivência simples... [...] com uma criança que parecia um bebê jhonson, branca, não tinha passabilidade possível... Eu já fui/ já me chamaram no finger de uma companhia aérea por não achar que eu era a mãe, me abordaram em praia pra saber quem é a mãe. Pra saber né?!/ Essa mulher preta não tá cuidando direito dessa criança/ no shopping, em livraria.. então sempre rola assim um questionamento assim “de que lugar que essa menina branca, que é tão branca, pode ser sua filha?! (Turmalina)

Nota-se que se tratando de mães negras, o fenótipo de seus filhos também se constitui um elemento para a análise. Dentre as seis entrevistadas apenas duas tinham filhas socialmente lidas como brancas e ambas apresentaram relatos de racismo que iam da desconfiança de maus tratos ou sequestro visto na fala acima, até a abordagem com questionamentos em tom de desconfiança para verificar o fato de aquela criança branca ser filha de uma mulher negra como “*áí com aquele tom né? ‘essa é sua filha? Nossa, mas como ela é diferente Parece com o pai né?’*”, “*é sua mesmo?’*”, “*como é branquinha! tem branco na família?’*” (Pérola).

Contudo, uma outra face do racismo é relatada por Pérola, quando após constatarem o fato de que a criança branca é mesmo sua filha lhe dizer “*Que sorte! Nasceu branca!*” ou “*Que bom que nasceu branca!*” (Pérola). Tais falas representam que a ideologia do branqueamento difundido pela eugenia ainda se faz presente na sociedade brasileira, considerando “bom” ou “sorte” a existência de descendentes com traços que apaguem a afro descendência.

O fato de serem mães de crianças negras coloca nestas mulheres as preocupações vivenciadas pela juventude negra na Bahia. A preocupação com temas como a violência policial e a violência urbana impulsiona que estas mães procurem de alguma forma proteger seus filhos como veremos no trecho abaixo:

Lógico que meu filho vai pra escola de carro! Se ele não tá no meu carro ele vai de Uber, e tem aquela mãe preta como eu, que o filho vai de ônibus. Então o que esse menino (filho de mãe preta pobre) pode passar dentro de um ônibus e o que essa mãe pode passar com a cabeça louca, eu não fico porque o meu tá no carro. Então, de repente a minha condição de mulher preta hoje faz com que eu abrace e proteja meu filho de tal maneira que ele não passe por essas violências, sejam verbais ou físicas, seja de policial, seja de pessoas comuns, que outras mães, infelizmente por botarem seus filhos num transporte, num ponto de ônibus, ou a pé pra vim pra casa, que muitas vezes não tem nem dinheiro pro ônibus, passa, então eu posso dizer que eu me sinto privilegiada nesse sentido, porque eu plantei isso antes, quando eu voltei pro Brasil eu pensei que eu queria dar essa proteção justamente por esses caminhos que a gente encontra aqui na cidade uma cidade preta como é Salvador e que tem tanto problema com a juventude negra. (Diamante, grifo nosso)

Percebe-se que a entrevistada, ao destacar que desfruta de boa condição financeira aos 50 anos, ressalta também que esta é uma condição diferenciada frente às mães negras em geral, postura que é adotada também em depoimentos das demais entrevistadas. A mestranda dispõe então de seu tempo para levar seu filho na escola para garantir sua segurança, contudo, quando não é possível fazê-lo, contrata o serviço de um aplicativo de transporte que permite a busca por motoristas baseada na localização, para garantir que seu filho chegue ao destino sem correr riscos de sofrer violência. Considero importante destacar que a entrevistada fala que vem para

o Brasil já preparada para o enfrentamento desses problemas que acometem a juventude negra moldados pelo racismo imbricado na estrutura social.

Outra preocupação relacionada aos filhos que surge atrelada ao racismo é o esforço para a oferta de educação antirracista, que aparece não só para aquelas com filhos negros, mas também nos depoimentos das duas participantes que tem filhas brancas.

eu sei também que não basta a gente não ser racista, a gente precisa ser antirracista e eu tenho, a despeito dela ser uma criança fenotipicamente branca, eu quero educá-la pra ela ser antirracista. [...] eu estudo aquilo que eu mais preciso aprender que é como perceber de forma ética-política as questões da negritude, como eu percebi que o racismo ele é um projeto de poder e como entender que isso que esse processo interessa a absolutamente todo mundo. Quem é branco, quem é preto. E não basta só dizer que a gente não quer ser racista a gente precisa ser antirracista, então eu hoje me desafio como mãe negra a criar uma criança branca de forma antirracista. Como é que eu posso dar pra ela alguma perspectiva de formação, de educação decolonial. Como é que ela daquele lugar fofo dela de criança branca, que vai gozar de privilégios/ gozando de privilégios da braquitude, ela vai dar conta de nomear isso e fazer frente a isso. Conseguir enxergar as outras pessoas, enxergar a mim, enxergar a nossa ancestralidade de um outro lado, de uma outra forma. (Turmalina)

Isso reforça o que foi dito por Brito (2013), ao destacar que há nas famílias negras e interraciais o desafio em informar os filhos sobre o racismo além de protegê-los das situações que poderão enfrentar ao entrar em contato com a sociedade mais ampla. Contudo acrescento que o papel de educadora atribuída à mãe tem acrescentado este papel às responsabilidades já acumuladas pelas mães negras, como percebermos na fala supramencionada.

Tratando-se da formação das famílias de mães na pós-graduação, Bittencourt (2013) e Monosson (2008) indicam a que é bastante frequente que mulheres acadêmicas tenham companheiros também acadêmicos, contudo nenhuma das seis entrevistadas por mim registrou ter companheiros acadêmicos. Dentre as quatro casadas, Ônix, Diamante, Pérola e Opala, destas apenas duas relacionam-se com homens que possuem formação de nível superior, que por sua vez apenas um é negro formado num curso de licenciatura. Além de apresentar uma especificidade das mães negras pós-graduandas, tal dado demonstrando-se como um sintoma que o menor acesso ao ensino superior atinge também os homens negros. Eles, assim como as mulheres negras, são mais presentes nos cursos de menor prestígio social, como as licenciaturas, no entanto Pinto (2007), Gonçalves e colaboradores (2019) e Silva (2011) apresentam que os homens negros acessam mais a pós-graduação do que as mulheres negras.

Tratando-se do modelo de família, encontrei em quase todas as participantes o modelo de família estendida e de famílias extensas, não se limitando ao modelo de família nuclear

considerada tradicional. Segundo Brito (2013), Sardenberg (1998) e Fonseca (2005), este modelo de família estendida é bastante comum em famílias negras.

[...] as famílias negras pobres, que vivem em condições de grande precariedade econômica, só conseguem sobreviver porque criam extensas redes de ajuda mútua. Tornam-se membros pertinentes dessa rede familiar não somente pais, mas irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos. (FONSECA, 2005, p.52)

As entrevistas apresentam que o cuidado com as crianças é um dos principais motivos para que essa família estendida se forme, pois, ao acionar amigos, vizinhos, familiares consanguineamente mais distantes ou os mais próximos, os laços de afetividade se estreitam e esses membros vão sendo assimilados pela rede familiar. Um exemplo disso é visto no relato de Ônix em que sua filha começa a considerar outras “avós” com quem não possui esse laço de consanguinidade, mas que são pessoas que participam de seu cuidado.

[...]Jeu sou de uma família muito grande, [minha filha] hoje ela sabe dizer quem são as avós dela, materna e paterna, mas ela vai te dizer diversas avós que ela tem, porque as minhas tias são avós, a minha madrinha é avó. (Ônix)

Nos depoimentos, a responsabilidade pelo cuidado com os filhos é tomada majoritariamente como uma responsabilidade exclusiva da mulher, sendo esta quem demanda pelos seus auxiliares. Em todos os relatos outras mulheres como as amigas, as mães, as vizinhas, as tias, as madrinhas, as primas, as sogras e as avós das entrevistadas aparecem como solicitadas para a divisão das tarefas de cuidado com as crianças, demonstrando que são sempre as mulheres aquelas convocadas para assumir o cuidado. Apenas nos casos de Ônix e Obsidiana que há presença de homens, os avôs.

A participação dos avôs e avós nas atividades do cuidado é percebida no relato das três participantes com filhos pequenos ou adolescentes, não sendo mencionados apenas pela participante Turmalina que reside em cidade diferente de seus pais e de Diamante e Opala que tem filhos adultos. Em variados momentos das entrevistas as participantes mencionaram que demandam seus pais ou seus sogros, os avós e avôs das crianças e adolescentes, para que cuidem dos mesmos. Tal fato relaciona-se com a demanda pelos “serviços de avós” abordados por Britto da Motta (2012) e Lins de Barros (1987) como anteriormente mencionados.

Na experiência de Ônix o companheiro e pai da criança é mencionado constantemente nos relatos sobre a divisão de tarefas domiciliares e do cuidado com a criança, sendo por exemplo responsável pelo almoço diário da família. Por outro lado, nas experiências de Opala, Pérola e Diamante os companheiros e pais das crianças, surgem quase exclusivamente quando questiono “Quem cuida dos seus filhos na sua ausência?”, sendo auxiliares ou cuidadores

convocados quando a mãe está ausente, assim como apresentado por Bittencourt (2013) e Beltrame e Donelli (2012), no caso de Opala, por exemplo, o companheiro surge apenas como ajudante esporádico do cuidado com a filha que é “especial” (sic), e demanda maiores cuidados. Assim como no Gráfico 3 do *Parent In Science*, também não foram identificados entre as participantes relatos de pais que sejam protagonistas do cuidado com seus filhos, o que reitera a centralidade materna no cuidado. Centralidade esta que é característica fundamental do modelo matrifocal de família, muito comum nas famílias negras (FONSECA, 2005; BRITO, 2013; HITA, 2014)

Nos dois casos das mulheres que não coabitam com os pais dos seus filhos, Turmalina e Obsidiana, foram identificadas algumas características em comum. Obsidiana não conta com o apoio do pai dos seus filhos, pois ele habita em uma cidade do interior da Bahia, mas conta com o apoio dos avós paternos que assumem atividades diárias com os adolescentes, enquanto Turmalina conta com o pai da sua filha apenas quando o convoca nos finais de semana alternados em que este está disponível como vemos a seguir:

Tem finais de semana que o pai dela tá com o irmão dela e aí ele não ajuda em nada e tem finais de semana que ele não tá com o irmão dela e aí quando eu preciso ele vem ficar com ela um pouco pra eu conseguir fazer alguma coisa.(Turmalina)

Relatos semelhantes foram coletados por Bittencourt (2013) que aos pais que assumem tal postura atribuiu a expressão “pai ausente”, pois para a autora “o ‘pai-ausente’ está associado a homens divorciados ou separados que têm contato raro com seus filhos ou perdem inteiramente o contato.” (BITTENCOURT, 2013, p. 133). Contudo nenhuma das entrevistadas utiliza tal termo ou termo semelhante, pois em nenhum momento problematizam ou se queixam sobre o pouco contato que os pais tem com seus filhos, mas se queixam de sua indisponibilidade de tempo, mesmo estando em contato diário com seus filhos. Tal fato reafirma que “a paternidade, diferentemente da maternidade, não é compreendida por meio de interdependência emocional entre pai e filho.” (BITTENCOURT, 2013, p. 126), com isso a ausência paterna é perdoada, mas a ausência materna é percebida como uma fatalidade.

Embora esta figura paterna esteja desvinculada da esfera afetiva, ela se configurou historicamente como a figura do provedor (BADINTER, 1985; PERROT, 1991; BITTENCOURT, 2013). Nas seis trajetórias aqui avaliadas as mulheres aparecem como as principais provedoras do lar, sendo em alguns casos a única provedora. No caso de Turmalina que é mãe solo, ela é a única provedora do seu lar, mantendo-se com seu salário de professora universitária. Opala também é a única provedora do seu lar, pois seu companheiro se encontra desempregado, ela mantém a família com um emprego como professora e tem uma loja de

roupas que administra com a filha. Ônix afirma prover entre 90% a 80% da renda familiar, com seus empregos como assistente social no estado e no município, além de ser professora universitária. Obsidiana provém 70% da renda familiar, é professora universitária, psicóloga e massoterapeuta. Pérola provém 50% da renda familiar com seu salário de professora de ensino fundamental da rede pública estadual. Enquanto Diamante também provém 50%, sendo jornalista, bailarina, atriz e cantora.

Nota-se que a maioria das participantes possui mais de uma atividade remunerada para manter sua família, mas ainda assim dão conta das demandas da vida universitária e da maternidade. As condições impostas por estas múltiplas jornadas é o que veremos nos tópicos a seguir.

4.3.2. “Vida Preparada” – Planejamento de Vida e Interrupções

A investigação o sobre o planejamento de vida e carreira ganhou centralidade no roteiro de perguntas aqui utilizado, pois é essa a categoria que melhor representa os objetivos desta pesquisa. A escolha por essa categoria foi reforçada pelos depoimentos que constituíram a trajetórias de vida aqui representadas. Notou-se que os planos de carreira idealizados são atravessados por questões diversas, mas é a maternidade que altera mais profundamente a vida das mulheres (BITTENCOURT, 2013; BELTRAME; DONELLI, 2012; MONOSSON, 2008; URPIA, 2009; SILVA, 2017).

A universidade vista como um espaço de poder tem sido pautada pelo movimento negro, que teve nas cotas uma grande vitória para a redução da disparidade entre o quantitativo de brancos e negros na universidade (QUEIROZ, 2001, 2006; JACCOUD, 2008; HENRIQUES, 2017). O desejo por ocupar este espaço na universidade aparece também na fala destas entrevistadas, tanto como um interesse pessoal, mas também aparece de maneira recorrente enquanto um compromisso político com a população negra. Questionada se considerava importante ter uma carreira científica ou acadêmica Diamante responde:

Eu acho que é no meu caso responder a todo sofrimento do meu povo. Entende? Então eu acredito que quem veio antes de mim lutou muito pra hoje eu tá aqui conversando com você e tá falando sobre isso dentro desse lugar tão branco mas que graças a Deus a mentalidade tá mudando e eu segui em frente com uma pesquisa falando de racismo, falando de gente preta entrar nos anais da academia. Então pra mim é de grandíssima importância.[...] Quando eu chego em casa e digo tudo pra eles(os filhos), tudo o que eu ouço aqui, tudo o que eu ouço dos outros, a minha vontade de escrever sobre e escrever sobre isso, e de que eles entrem comigo nessa guerra, guerra da caneta, que todos sejam universitários que todos falem disso, que todos sejam espelho de tantos outros. (Diamante, grifo nosso)

Percebe que há na fala da entrevistada também uma preocupação de que seus filhos entrem na disputa por este espaço, assim como ela, preocupação esta que surge também na fala de Opala. Essa preocupação relaciona-se com as constatações de Pinto (2007) e Gois (2008) que ao abordar a inserção de mulheres negras na universidade identificam que a maioria das pesquisadas são a primeira geração de suas famílias a se inserirem na educação de nível superior, assim como é o caso de quatro das seis entrevistadas por esta pesquisa. O distanciamento total da família com a universidade é presente na trajetória de quatro das seis entrevistadas, com exceção de Turmalina que era filha de uma professora universitária e Ônix que é filha de uma antiga funcionária da própria UFBA, ambas são as únicas participantes que tiveram engajamento em movimento estudantil.

O desejo por uma ascensão socioeconômica adquirida pela formação de nível superior também é uma questão recorrente tanto na bibliografia (PINTO, 2007; GOIS, 2008; SILVA, 2017) quanto nas falas das entrevistadas, pois nota-se a busca pela dita “tranquilidade econômica profissional” (BITTENCOURT, 2013). Turmalina, Ônix e Pérola buscam a titulação principalmente para progredir dentro da carreira docente em que já estão inseridas, mesmo enfrentando dificuldades dentro do ambiente acadêmico. Para ilustrar tal condição apresento a resposta dada por Pérola quando questionada sobre o que significa ter uma carreira científica para ela:

Na minha vida sinceramente apesar de gostar muito do que eu faço gostar de ciências gostar de pesquisa e também da minha área no momento da minha vida atual é muito mais/ a carreira científica hoje é muito mais um retorno para minha carreira profissional do que um amor até porque eu me desgostei muito muito nesse meu percurso aí Eu me decepcionei muito com o meu programa então acabou sendo muito mais interessante para mim do ponto de vista profissional do que pelo interesse pela ciência propriamente dita. Então hoje o meu objetivo é ter o meu título para poder subir na minha carreira profissional, hoje meu interesse é basicamente. Esse eu não tenho mais aquele amor que eu tinha de ser cientista e tal que meu programa posou muito isso principalmente depois que virei mãe. Aí as coisas complicaram bastante assim eu não tenho mais aquele prazer aquele amor todo pesquisa científica, eu tenho vontade de ser doutora por que isso vai ser interessante profissionalmente para mim sabe? É basicamente isso, sendo bem sincera(sic) mesmo. (Pérola)

Ressalto que Opala, que já teve sua presença justificada no capítulo 1, ainda não está inserida como aluna regular de pós-graduação, também vê a titulação de mestre como uma oportunidade de se tornar professora universitária, mas que não está colocando a melhoria financeira em primeiro lugar, pois afirma: “eu disse pro meu esposo, que eu estudo não é pra mostrar nada pra ninguém, até porque eu não preciso mais mostrar nada pra ninguém” (Opala), postura também adotada por Diamante.

Com a entrada tardia e o baixo reconhecimento dos negros no ambiente acadêmico e científico, couberam também discussões sobre a falta de utilização de referenciais negros em sala de aula, como já denunciava Bell Hooks (1995). Tal problema parece ainda não solucionado, tendo em vista que a falta de autores negros e negras na bibliografia das disciplinas e o eurocentrismo são fatores denunciados pelas participantes Turmalina, Ônix e Diamante.

Tô terminando a minha carga horária e você conta nos dedos e não preenche os dedos das duas mãos, acho que nem da primeira, as disciplinas onde autores NEGROS foram sugeridos e via de regra foram por nós, mulheres negras. Quando eu me proponho a fazer um projeto que traz o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como uma teoria e um método para olhar esse objeto, parece que eu tô sempre no lugar da militante e como eu já tenho uma história de militância que veio da graduação, da residência, as pessoas não se permitem esses deslocamentos. Então é sempre como o que eu tivesse propondo não fosse suficientemente acadêmico. (Turmalina)

A entrevistada destaca não só a ausência da utilização de autores negros, mas também o enfrentamento necessário para que isso ocorra, tendo em visto que tal postura tem sido considerada uma postura militante, que por sua vez é tomada como antonímia a postura acadêmica.

O período formativo e de constituição de uma carreira ocorre concomitantemente a idade fértil das mulheres, desta forma impõe às mulheres questões, não enfrentadas pelos homens, em seu planejamento de vida, pois a maternidade ainda é um elemento cultural que está imbricado na identidade feminina, seja para o seu desejo, planejamento ou sua rejeição, possibilitado pela conquista feminista da popularização dos métodos contraceptivos. (SCAVONE, 2001; BELTRAME; DONELLI, 2012). Sendo assim, o adiamento da gravidez para dedicação prioritária à carreira é feito a partir da utilização de tais métodos para adiar a gravidez, como discutido por Bittencourt (2013) e Menezes e colaboradores (2012), evitando assim as demandas trazidas pela maternidade. Desta forma cinco das seis entrevistadas afirmaram possuir um planejamento prévio para sua vida e sua carreira que não incluía a maternidade, tendo esta surgido como um imprevisto para a maioria delas.

eu tinha plano de ir pra Niterói, estudar psicologia social fazer um trabalho em psicologia social com Eduardo Campos e aí não foi possível. Eu me afastei pra licença maternidade... tive que retornar após sete meses e sozinha na cidade com uma criança me parecia assim muito impossível dar conta de uma carga horária DOCENTE, e aí foi que eu resolvi muito num arranjo daquilo que era possível fazer um doutorado em Salvador em saúde coletiva porque já era a minha área de formação primeira, então a maternidade e o doutorado/ a possibilidade de doutorado veio como uma.../ na minha cabeça uma construção possível pra fazer a maternidade ser mais viável nesse momento né? Conciliar as coisas. [...] Na minha cabeça eu suspendi várias coisas para 10 anos. Quando ela tiver 10 anos eu vou ter mais flexibilidade para decidir algumas coisas por mim na minha cabeça eu tenho uma década

aí de hiato. Porque eu preciso negociar em pesos distintos priorizando ela em alguma medida a educação dela, e as minhas demandas acadêmicas. (Turmalina)

Os depoimentos das outras participantes relatam diversas interrupções como no relato acima, não sendo essas interrupções como períodos ociosos, mas períodos em que se dedicaram a outras atividades, geralmente laborativas. A única participante que encadeou as etapas formativas foi Pérola, que participou de iniciação científica na graduação, seguiu diretamente para o mestrado e antes mesmo de sua defesa de dissertação foi aprovada no doutorado.

Para as mulheres que se tornaram mães em períodos que antecedem a etapa formativa do mestrado ou doutorado as desvantagens e dificuldades aparecem acumuladas, levando-as a se inserirem tardiamente nesse ambiente de produção científica. Com a chegada de uma criança, a necessidade de prover para a família torna-se prioridade e a necessidade de conciliar tudo isso com as demandas universitárias acaba por afastar algumas mulheres, questões essas já ilustradas por Bittencourt (2013), mas que se materializam na fala a seguir:

[...] eu passei cinco anos no interior e quando eu retornei, eu retornei já separada e muito preocupada com essa coisa de ter que me prover, então eu priorizei o meu trabalho, e ficar pensando no meu ganha pão também, acho que foi isso que me fez interromper. Tive um filho depois de três anos tive outro filho, a minha filha. Essa coisa também de conciliar o trabalho reduz, no meu caso reduziu essa disponibilidade de tá pensando no estudo. Eu vi algumas amigas que tiveram umas amigas e continuavam mas eu via um sofrimento tão grande nelas que eu pensava “não quero isso pra mim”, eu prefiro então priorizar isso aqui, a maternidade o trabalho, mas não vou me envolver com mais uma coisa, que eu via nas pessoas, nas mulheres, muito sofrimento em conciliar tudo isso.[...] Hoje eu acho que é uma coisa extremamente importante e eu lamento muito que eu tenha demorado um tempo pra ter condições de voltar. Porque eu acho que você agrega na sua profissão, mas ao mesmo tempo eu vejo como não é tão simples assim, principalmente depois de um tempo que você sai de um momento que você tem o apoio pra estudar, pro momento que você passa a ser provedor de algo, que foi o meu caso. Porque eu lembro que eu tive um momento de estudar, mas teve uma hora que meus pais disseram ‘agora é com você, você se formou...’ (Obsidiana)

Nota-se na fala de Obsidiana que diante da situação colocada pelo divórcio e pela maternidade de duas crianças, o período em que se vê sem auxílio dos pais e sem companheiro para auxiliar na provisão do lar acaba por colocá-la na posição de escolher pelo seu “ganha pão” (sic).

Ao descrever suas trajetórias estudantis, a maioria das entrevistadas menciona elementos de suas infâncias adolescências que as motivaram a resistir no espaço acadêmico e também na escolha de seus cursos, contudo Opala, que enfrentou ao longo de sua trajetória de vida diversas

situações que atingem principalmente a população negra mais carente, demonstra que ainda hoje enfrenta problemas que são desvantagens acumuladas ao longo de sua trajetória estudantil.

O que acontece, é assim, com sete anos meu pai morreu ai minha mãe teve que dar a gente pequena pra ir morar na casa de pessoas de família em troca de almoço, alimento essas coisas, então a gente teve que sair da escola a minha mãe não podia manter a gente na escola, a gente teve que sair da escola, parou de estudar, em algumas casas de família que a gente morava as patroas colocavam na escola, então a gente conseguiu estudar. Ai então quando eu voltei, com nove, dez anos, a minha mãe conseguiu estabilizar a vida dela financeiramente e aí foi recolhendo as filhas dela das casas de família, e a gente voltou, mesmo com dificuldade, pro convívio da família. Eu consegui mesmo com dificuldade voltar pra escola, aí consegui chegar até a quinta série. Com quatorze pra quinze anos, eu tava ainda na quinta série. (Opala)

A doação de Opala relaciona-se com um fenômeno registrado por Fernandes (2017), a chamada “adoção à brasileira” que, segundo a autora, materializa-se principalmente nas famílias pobres, negras e é muito mais comum no norte e nordeste.

Percebemos que a doação de Opala quando criança é motivada pelas condições de pobreza de seus pais, e que a família adotante está primordialmente interessada na prestação de serviços domésticos, não garantindo o acesso à educação, o que também se apresenta nas trajetórias abordadas pela autora mencionada. O direito a educação e o estabelecimento do dever dos pais ou responsáveis de garantir o acesso a este e outros direitos só se tornou obrigatório com a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente. Neste ano Opala estava com 15 anos, e observamos que a mesma já havia retornado para a escola. A adolescência e o início da vida adulta é o que veremos a seguir:

Aí conheci meu esposo com quatorze anos eu conheci o meu esposo, me apaixonei e com amor você acha de tudo né, aí parei de estudar e fui viver com meu esposo. E com dezesseis anos eu tive meu primeiro filho, então o que aconteceu comigo? Fui ser esposa, cuidar da casa, do filho, do marido, até meus vinte e poucos anos, ai com vinte e poucos anos eu... vinte e dois por ai, eu resolvi estudar porque era algo que eu gostava mas não tinha feito por causa das condições da minha mãe, e ai como eu tive uma filha e ela era especial, eu não tinha muito tempo pra poder ficar na escola porque eu tinha que cuidar dela. Mas eu consegui com meu esposo conciliar, eu botava ela na escola e no mesmo período que ela tava na escola, eu tava na escola, fazia o tempo de CPA, não sei se você conhece é uma modalidade de ensino eu tinha esquecido dessa parte, CPA você vai na escola faz a matricula e só vai na escola um mês, ou dois mês depois pra fazer a prova, você estuda em casa o conteúdo que vai cair na prova, eles te dão o conteúdo, então foi assim que eu conclui o ensino fundamental II que era da quinta ao oitavo ano, estudava em casa, fazia a prova, pegava a nota, e consegui o meu diploma de conclusão de curso do ensino fundamental, ótimo. (Opala)

Nota-se que a trajetória estudantil da entrevistada é atravessada por diversas interrupções, seja pela sua “doação” na infância, o casamento ou as duas gestações na adolescência. Contudo

a mesma retoma seus estudos num momento de sua vida em que sua filha “especial” (sic) começa a frequentar a escola, possibilitando que a mesma frequente suas aulas no mesmo período. Observa-se que quando os filhos vão ganhando mais autonomia as mães podem retomar suas atividades, assim como em Badinter (2010).

Só que eu sentia a necessidade de aprender um pouco mais, porque você não consegue... é pouco... e eu sonhava em ir um pouco mais longe, aí eu peguei e me matriculei em Tempo de Aprender que é uma outra modalidade de ensino diferente do CPA mas porem, você só estuda três dias na semana. Depois você pesquisa, você vai ver como cada modalidade funciona. Três dias na semana.... mas mesmo assim eu sentia necessidade, porque eu não tive uma base boa, entende? Quando eu concluí eu não tive uma base boa, como eu vou fazer um Tempo de Aprender? (Opala)

Segundo o site do programa “Tempo de aprender” mencionado por Opala, trata-se de um curso semipresencial de dois segmentos com duração total de quatro anos, sendo o segmento I equivalente ao ensino fundamental II, e o seguimento II equivalente ao ensino médio, ou seja, é um curso de quatro anos para oferecer formação equivalente aos 7 anos de ensino fundamental e médio.



Fonte: SECOM/ Ribeira do Pombal (2018)

Trago a imagem da propaganda do “Tempo de Aprender” para ilustrar qual o público principal destes programas: mulheres, negras, pobres, que estão fora da idade regular de ensino, assim como Opala. A entrevistada destaca que já não possuía uma “base boa” para acompanhar esse curso e a extensão desta percepção em toda sua trajetória estudantil até o ensino superior é o que veremos no trecho final desta fala:

[...] na minha família são nove filhos e só eu tenho nível superior, só eu consegui entrar na faculdade, alguns conseguiriam terminar o ensino médio, outros não. Aí em dois mil e nove eu terminei e fui tentar o Universidade para todos, porque sempre eu sinto que eu preciso um pouco mais, eu tive a oportunidade de estar nesses espaços mas sempre eu sinto que eu preciso me esforçar um pouco mais, não porque eu não sei, mas porque a minha base não foi muito boa. Então realmente eu preciso buscar um pouco mais, me

esforçar um pouco mais. Ai eu fiz o Universidade para todos em dois mil e dez, ai em dois mil e onze, no final de dois mil e dez, dois mil e onze eu fiz a prova do vestibular, fiz a prova da UNEB, fiz a prova do IFBA e passei na prova do IFBA, fui chamada. Foi assim, uma maravilha na minha vida. (Opala)

Ser a única de sua família a entrar no ensino superior, fenômeno social já elucidado anteriormente, apresenta-se como uma vitória, uma “maravilha” em sua vida, entretanto a situação de alguns de seus irmãos que também passaram pelo processo de “adoção a brasileira” e sequer terminaram o ensino médio é mais um retrato da condição dos negros no Brasil observado por Gonçalves e colaboradores (2019), que constatou que em 2013 apenas 8,21% dos negros haviam alcançado ultrapassado o nível médio. Além de repetir que não possuía uma boa base educacional Opala demonstra sua constante necessidade por buscar aprofundar e expandir seus estudos, o que te leva a acreditar que sempre precisa se esforçar mais.

Entretanto menciona também sua passagem pelo projeto “Universidade para Todos”²⁵, um programa do governo estadual que oferece pré-vestibular para a população em vulnerabilidade socioeconômica, com objetivo de “fortalecer a Política de acesso à Educação Superior” (BAHIA, 2004, 2017). A população negra, que é maior parte da população baiana, compõe a faixa socioeconômica mais carente do estado e é o grupo que mais ocupa esses pré-vestibulares, sendo de extrema importância para a possibilidade de mobilidade social desse grupo como aponta Henriques (2017).

Embora não tenha participado do curso pré-vestibular, é um dos idealizadores do Instituto Steve Biko que estimula a participante Diamante a se inserir na pós-graduação, como observamos a seguir:

Então eu comecei a seguir por um conselho de um vereador dessa cidade que chama Silvio Humberto dos Passos Cunha, ele é do Partido Socialista Brasileiro. Então ele é vereador dessa cidade ainda, então eu comecei a seguir ele, comecei a ouvir as palestras o que ele falava, ele é o idealizador da escola Steve Biko uma pessoa que pensa na educação em primeiro lugar já é uma coisa que me atrai, e a partir dele do que eu vi ele falando, ele é especialista em racismo né, eu disse “meu Deus, eu preciso fazer algo pro meu povo, então eu preciso ir além da graduação.” (Diamante)

Além da extrema importância da oferta do curso pré-vestibular, a ideia que permeia a criação do referido instituto é de que homens negros e mulheres negras podem e devem ocupar o espaço universitário, pois além da formação educacional há também a formação política para que entendam o porquê os negros tem sido excluídos sistematicamente deste espaço de produção de ciências, assim como destaca Henriques (2017).

²⁵ Criado e regulamentado pelos Decretos nº 9.149, de 23 de julho de 2004 e nº 17.610, de 18 de maio de 2017.

Outro fator que se apresentou como importante nas trajetórias de Ônix e Pérola, foi a iniciação científica, pois ambas destacaram que o desejo pela pós-graduação e a sua formação enquanto cientistas foi despertada no processo de iniciação. Embora no primeiro momento a busca pela iniciação científica se dê pelo interesse pela bolsa que auxilia muitos alunos negros e pobres na universidade, como demonstra Barros (2014), essa torna-se um elemento importante para a formação das pesquisadoras negras como constatado por Pinto (2007).

Quando questionadas se haviam prestado seleção para mais de uma universidade a maioria das entrevistadas informou que sim, tendo algumas tentado mais de um curso, pois ainda não haviam decidido qual carreira seguiria. Por outro lado, a inspiração para a escolha de seus cursos veio principalmente de outras referências femininas, outras mulheres, em sua maioria negras, com quem conviviam e que já eram atuantes na área. Desta forma compreende-se que a representação, já mencionada por Hooks (1995), presença de outras mulheres na academia colocam para as participantes a possibilidade de estar nesses espaços acadêmicos e posteriormente os espaços profissionais.

4.3.3. “Se ele soubesse quanto leão eu matei pra tá aqui, ele não teria falado assim comigo.” – Mães Negras na Universidade

A terceira categoria foi escolhida a partir de diversas leituras das transcrições, pois surgiram diversos temas transversais as suas vivências nesse espaço. Sendo a universidade o grande *locus* da formação científica, esta categoria englobará principalmente situações ocorridas neste espaço bem como a relação que as entrevistadas estabelecem com esse lugar e o que ele representa. Sabe-se que a inserção das mulheres negras nas universidades públicas tem se constituído como importante meio para a sua ascensão social, contudo as estratégias adotadas, com vistas a reparação histórica, para que isso ocorra tem sido alvo de muitas críticas e ataques racistas e sexistas como vemos na bibliografia que trata das mulheres negras neste espaço, seja como estudante de graduação (QUEIROZ, 2001; GOIS, 2008), pós-graduação (PINTO, 2007) ou na categoria de docente (BRITO, 2015; SILVA, 2010).

Bordi e Bautista (*apud* SILVA, 2010) e Gonçalves e colaboradores (2019) destacam como inserção de negros é inversamente proporcional ao aumento de nível de formação educacional. Atrelado a isso Lima (2017), Silva (2010) e Pinto (2007) apontam que esses índices são ainda menores quando se tratam de mulheres negras, principalmente nas áreas de ciências, engenharias, tecnologias e matemática, índices já constatados no Gráfico 11.

A chegada no espaço universitário não apresenta a tranquilidade imaginada por algumas entrevistadas, como no trecho da entrevista de Opala anteriormente mencionada, pois, diante

do ambiente racista e machista da universidade as entrevistadas demonstram que se preocupam em apresentar resultados sempre em comparação com as brancas, por isso as entrevistadas Ônix e Opala relatam que se preocupam demasiadamente com seu desempenho, tratando de “sentar na frente”, contudo outras questões se apresentam como consequência.

E ai entrei na Universidade feliz da vida, achando que tava no paraíso, que tava no céu, quando eu passei eu gritava, fiquei feliz da vida, mas quando eu cheguei dentro da Universidade eu vi que era mais difícil do que eu pensava, eu tinha realizado um sonho, mas me manter dentro da Universidade foi realmente sofrido, dolorido, e eu digo que pra você que em alguns momentos foi até adoeceador terminar o curso[....]Teve um uma vez que um professor falou assim pra mim, que eu ficava muito assim, prestando atenção sabe? E eu ficava muito com aquele olhar, querendo entender querendo.../ porque pra mim era tudo novo! Ele disse “você só fica com essa cara de coruja ai, olhando!” aquilo pra mim...(suspira)... eu saí da sala sabe?! E fui pro banheiro chorar, lavei o rosto e falei pra mim mesma, “se ele soubesse quanto leão eu matei pra tá aqui, ele não teria falado assim comigo.” E ele falou isso na sala cheia, e alguns colegas riram, e alguns me defenderam. [...] E eu fiquei sem entender porque ele falou comigo daquela forma, porque eu ficava muito prestando atenção pra aprender de fato, pelas minhas dificuldades, pra não ter dificuldade nas avaliações. [...] O que eu posso acrescentar é dizer que você precisa ter muita força, sabe? Muita personalidade, mais que a mulher branca, é impressionante como a gente precisa ter isso pra seguir em frente. Muita força mesmo! (Opala)

O relato de Opala, que dá título à essa seção, nos permite observar as situações de assédio moral e humilhações vivenciados por mulheres negras na academia enquanto tentam se destacar assim como tratam Queiroz (2001, 2006) e Brito (2015)., por outro lado também dá indícios da desconfiança direcionada aos negros dentro da academia mencionada por Hooks (1995).

A vivência no ambiente universitário das mulheres negras é marcada pelo racismo, machismo e sexismo, além de outros possíveis preconceitos atrelados a outras características de cada uma delas, preconceitos esses que acirram as dificuldades já existentes nesse ambiente de produção de ciências (PINTO, 2007; GÓIS, 2008). No caso da participante Opala, que está como aluna especial em alguns programas, as questões de gênero, raça e classe têm manifestado nela o seguinte pensamento:

E ai tô tentando o mestrado, eu sei que eu vou conseguir, mas eu sei que vai ser mais uma luta, não é fácil estar nesses lugares, nesses espaços, eu penso que as vezes esses espaços são construídos pra outros tipos de pessoas, não pessoas que vem da minha realidade, sabe?(Opala)

A sensação de não pertencimento ao ambiente acadêmico é produzida pela configuração do próprio ambiente universitário e do trabalho científico, pois segundo Silva (2010), Queiroz (2001, 2006), Hooks (1995) e Gois (2008), o ambiente universitário e de produção de ciências

foi criado por homens brancos, para homens brancos. Sendo a mulher negra o total oposto deste, ela está automaticamente excluída. O relato de Opala é o retrato da condição da mulher negra que se insere no trabalho científico, abordada por Hooks (1995), pois com a iconografia produzida pela atuação conjunta do racismo e sexismo que retrata a mulher negra como alguém que deve estar sempre a serviço do outro, o trabalho intelectual passa a ser uma transgressão.

Quando questionadas sobre as dificuldades enfrentadas em sua trajetória na universidade a distância entre sua residência e o campus é o problema mais frequente entre os relatos. Sabe-se que as famílias negras ocupam na cidade os bairros mais afastados do centro principalmente as periferias como Ônix e Obsidiana, o subúrbio ferroviário como Opala, além daquelas família que residem em cidades vizinhas, como no caso de Pérola, que faz deslocamento pendular entre Camaçari e Salvador e dependia do ônibus cedido pela prefeitura deste município porque não dispunha de condições para pagar o transporte.

A minha maior dificuldade eu acredito que tenha sido o fato de eu morar aqui em Camaçari e cursar lá em Salvador, porque sempre como todo mundo que estuda na UFBA e mora aqui a gente depende do transporte que a prefeitura fornece, o que é bom porque se a gente fosse né?! pagar o transporte regular ia ser complicado. Só que esse transporte ele tem os altos e baixos que variam de acordo com a época do ano a UFBA tem um calendário meio diferenciado por causa das/ agora mais não, por causa das greves e aí o/a Prefeitura não queria fornecer o transporte no início de Janeiro por exemplo, no final de dezembro, e aí essas coisas foram as que mais dificultaram e dificultam a vida das pessoas que ainda estão lá, né, cursando. (Pérola)

Barros (2014) apontou que existe um número significativo de estudantes de origem popular da UFBA, em sua maioria negros, que residem distante dos *campi* e por isso dependem de subsídios para realizar tal deslocamento, subsídio esse que quando é oferecido pela família amplia os gastos mensais e acaba por impossibilitar a permanência de alguns estudantes que acabam demandando a assistência estudantil. A oferta desse transporte pelo município aparece então como um importante elemento para a permanência de Pérola, retirando esse custo do orçamento da família.

A descoberta de uma gravidez não planejada impacta diretamente nos planos de qualquer mulher, no caso de mulheres pós-graduanda esse tipo de imprevisto incide sobre suas preocupações com prazos cumprimento de prazos. A configuração do sujeito da investigação científica como um ser dotado de peculiaridades e habilidades associadas ao masculino (LIMA E SOUZA, 2003), colocam instantaneamente o sujeito feminino como antagônico e por consequência ignoram questões que são propriamente atrelados a estas. Por consequência a maternidade tem sido tratada como uma questão pessoal de responsabilidade única da mulher,

que é reproduzida pelas próprias mães pós-graduandas (BITTENCOURT, 2013). Tal percepção resulta no que veremos a seguir:

Foi assim quando eu descobri a minha gravidez foi em 2 de novembro de 2017 eu tava no/ 2016/ eu tava no final do mestrado mais ou menos, nessa fase que você está aí agora, tendo que terminar as coisas para defender no início do ano seguinte. E aí foi aquele baque que é normal né no caso de uma gravidez que não é planejada. E minha pesquisa não tava pronta e nem tava atrasada. Tava numa fase de acordo com o tempo que eu ainda tinha, mas aí eu tive muitas complicações no início da gravidez eu tive muito enjojo e tal e isso acabou me atrapalhando um pouco na pesquisa, mas eu prefiro conversar sobre isso com ninguém porque eu achava que era um problema pessoal e que meu orientador não tinha por que é/ né enfim não tinha porque se envolver com isso E aí eu não falei nada e também porque eu não tinha essa relação de amizade que eu vejo muitas pessoas terem. Essa relação de proximidade, que muita gente tem com ser orientadores, eu não tinha. (Pérola)

Nota-se sensação de não pertencimento ao ambiente acadêmico, já manifestada anteriormente na fala de Opala, acirra-se quando as mulheres se tornam mães, afinal a representação que se tem, tanto das mulheres negras quanto das mães, é da reclusão ao espaço doméstico para dedicação integral a família (HOOKS, 1995; BADINTER, 2011).

Diante da necessidade de cumprir as demandas da pós-graduação e do desejo em adquirir autoridade como intelectual em seu campo de pesquisa, os estudantes de pós-graduação naturalmente realizam a elaboração de planos de vida e de carreira dentro dos prazos que lhes são disponibilizados (24 meses para o mestrado e 48 meses para o doutorado). Contudo, a maternidade coloca para as mulheres outra realidade que acaba por não caber dentro deste período, o que impulsionou diversos movimentos de mulheres a pressionarem as instituições de fomento para concessão de licença maternidade para as mestrandas e doutorandas.

Além das questões trazidas pelo próprio exercício da maternagem enfrentam também as questões dentro do ambiente acadêmico como veremos na fala de Pérola.

Eu tive [minha filha] em julho de 2017, isso eu já tava finalizando o primeiro semestre do doutorado quando ela nasceu. O primeiro semestre eu não fiz, só fiz/ me matriculei em pesquisa orientada e não pretendia fazer nada nesse segundo semestre também, porque eu tava ocupada parindo (risos). E aí eu procurei o programa para informar que eu não me matricular também no segundo semestre porque eu tinha acabado de ter filho e eu não tinha condições de deixar um recém-nascido em casa para ir para universidade. E aí meu programa virou para mim e disse “você vai ter que fazer sim no segundo semestre alguma coisa”. E aí eu disse, “Mas e a licença maternidade que eu sei que existe nos programas de pós-graduação?”. E aí funcionário me informou que na verdade não existe essa licença maternidade. Porque, palavras dele ele falou desse jeito, “É desnecessário um estudante de doutorado que tem 4 anos para defender ainda tem um semestre de licença-maternidade” e assim fui eu me matricular e deixar minha recém-nascida em casa (risos) durante um semestre para cursar o componente lá. (Pérola)

Embora a concessão de licença-maternidade para as mães pós-graduandas tenha sido aprovada, nota-se que sua efetivação ainda é problemática, assim como nos casos analisados por Bittencourt (2013). Percebemos na fala do funcionário, citada por Pérola, que ao ser indagado sobre tal direito o mesmo, além de negá-lo, parte da perspectiva que os estudantes de pós-graduação são universais utilizando o referencial masculino. A impossibilidade de usufruir do seu direito à licença maternidade existe porque as questões que são pertinentes às mulheres ainda são ignoradas ou tratadas como questões de cunho pessoal, que não devem receber nenhuma atenção da universidade.

A incompreensão, seja de colegas, funcionários ou professores, dentro da universidade apresenta-se em inúmeros momentos dentro das entrevistas contudo já um relato que se destaca entre esses, o da participante Turmalina:

Uns 15 dias atrás uma professora, eu acho que já era incomodada, ficou me olhando de cara feia e eu sempre com Elis na frente que é para poder sair fácil. Ai ficou me olhando de cara feia, ficou me olhando de cara feia, até que uma hora ela se deu/ se autorizou a bater de ombros para mim tipo assim "o que é que você está fazendo com uma criança dentro da sala de aula?" e eu sair assim desconcertada no meio da chuva, caí no choro. Eu não tava acreditando que uma professora da área de saúde da mulher que se diz feminista, BRANCA, tava me tratando daquele jeito. E aí eu entendi que a gente volta para a questão da mulher. A maternidade pra elas não é a mesma maternidade para a gente. E aí eu cheia de ódio no coração com raiva, orientada por Bell Hooks, escrevi um e-mail para a pós-graduação lamentando aquele ocorrido, falei que minha filha frequenta comigo as aulas comigo há um ano e meio, eu sei que tem gente que se incomoda, mas ninguém tinha autorizado ela me destratar é distratar ela na frente dos demais naquele dia, que eu repudiava absolutamente aquilo que tava acontecendo. (Turmalina)

A condição de raça é analisada pela entrevistada como um fator que diferencia diretamente a vivência da maternidade entre ela e sua professora, contudo a mesma surpreende-se, pois, sabendo que se trata de uma docente dita feminista esperou um tratamento mais empático, tendo em vista que a docente entenderia que houveram questões que a fizeram levar a filha para a universidade. Relatos sobre mães que levam seus filhos para as aulas abundaram nas pesquisas de Menezes e colaboradores (2012), Beltrame e Donelli (2012) e Bittencourt (2013) o que demonstra que essa não é uma situação nova nas universidades, mas que ainda se encontra sem solução. A falta de empatia pelas questões raciais que diferenciam as mulheres negras das mulheres brancas é constantemente destacada por Hooks (1995) e Davis (2016), por ser um dos pilares da formação do feminismo negro.

A mesma continua:

O coordenador da pós-graduação, que é um homem branco, me encontra no corredor, não responde a minha queixa oficialmente como eu faço, bate no meu ombro como se eu fosse uma menina olha para minha cara e diz assim. (risos) Parece piada. (risos) “eu quando fiz meu doutorado no Canadá tinha um filho pequeno e ele não ia para aula comigo” eu disse assim “professor, isso não tem nada a ver com [minha filha], as minhas escolhas são minhas, eu não estou aqui para negociá-las. Eu mandei um e-mail por que eu não admito ser tratada assim. É sobre como essa instituição está tratando a nossa situação” / “Não, mas é sobre ela sim. Porque eu não achava interessante para o meu filho assistir aula naquele contexto. O que é que isso aqui tem de interessante para uma criança?” eu disse “a gente não tá falando da mesma coisa, mas tudo bem”. “Ah, eu vi também que você mandou o e-mail com cópia para a sua orientadora. Ela vai conversar com você”. Tirou a mão do meu ombro e me desejou BOA SORTE! É sorte o que a gente precisa numa instituição. Não é de apoio, não é de compreensão, não é de plasticidade, não é nada, é de sorte. Sorte foi o que me desejou o coordenador da minha pós-graduação quando eu fiz uma queixa pela forma violenta com que eu tinha sido tratada por frequentar a aula com a minha filha. E a minha orientadora branca respondeu em algum momento? Ou o chamamento da Coordenação para mediar a situação? Não. (Turmalina)

O contraste entre as experiências de Turmalina e do coordenador do seu curso aparecem claramente demarcadas por gênero e pela construção da maternidade, ora, ele em seu lugar de pai não experimentou a necessidade de cuidar de seu filho da mesma maneira que as mães são exigidas, o que não o fez ter empatia pela necessidade de Turmalina em levar sua filha para a sala. Tal situação prova o que ilustra Bittencourt (2013), de que a paternidade para os homens não é tão delicada quanto a maternidade é para as mulheres. O entendimento apresentado pelo coordenador de que sua experiência de pai não é diferente da experiência dela de mãe demonstra novamente a ideia do sujeito universal, que enfrenta os mesmos problemas. O desejo de “boa sorte”, problematizado e ironizado pela entrevistada, traz novamente à tona a perspectiva de que não há construções que possibilitem a permanência destas mulheres, deixando-as a mercê da sorte.

Achados de Bittencourt (2013) demonstram que a necessidade de levar os filhos consigo, vivenciada por Turmalina, não é incomum na vida das universitárias, contudo as mães universitárias necessitam na maior parte do tempo se afastarem dos filhos para cumprirem com suas obrigações. Na tentativa então de cumprir com seus compromissos com a universidade, Pérola se vê forçada a deixar sua recém-nascida em casa, situação que Menezes e colaboradores (2012) verificam que causa nas mães “sentimentos de medo e culpa pela ausência e distância dos filhos”(p.35), que são compensados pelas expectativas de melhora de vida. Tal constatação confirma-se nas falas de todas as entrevistadas, sendo melhor representada no trecho a seguir:

Tem gente que me critica porque eu é/ até minha mãe, eu já ouvi isso da minha mãe, ela me disse assim: “na fase que ela mais me demanda eu tô mais ausente”. Eu fiquei pensando dias e dias nessa frase. Eu fico triste, mas eu

não me sinto culpada. Não me sinto culpada porque eu sei o que estou fazendo, eu sei que estou fazendo por ela. (Pérola)

Beltrame e Donelli (2012) e Menezes e colaboradores (2012) indicam que tais sentimentos resultantes desse afastamento e a sensação de insuficiência frente a conciliação de atividades, incidem sobre a saúde mental dessas mulheres gerando adoecimento em forma de doenças como a depressão. Nas entrevistas concedidas duas entrevistadas, Ônix e Turmalina, destacam sofrimentos de saúde mental, destacado na fala a seguir:

A gente precisa mostrar todos os dias a diversas pessoas que a gente tem competência e capacidade e cansa as vezes né, eu acho que a gente vai falar ao longo da entrevista, mas eu já vivenciei diversos processos de adoecimento, então eu sou muito racional, e quando eu percebo que o meu emocional tá sendo afetado eu consigo realizar alguns trabalhos mas o meu neurológico não. [...] Eu tive dois momentos de surto neurológicos que foram bem pesados, um estou vivenciando agora... eu parei de enxergar, eu olhava e não conseguia ler, não conseguia identificar as palavras, olhava pro meu celular, e meu celular tem letras grandes e eu não conseguia ver os números e enfim... mas eu já tô melhor, já tô enxergando a gente faz exame da uma coisinha ali, mas nada... estresse né, com essas tarefas todas.(Ônix)

Dentro da universidade outras questões sobre a presença de pessoas negras naquele ambiente surgem, pois além de não encontrarem numerosamente os seus pares em sala de aula, as entrevistadas relatam não encontrar autores negros na bibliografia, sendo as mulheres em número ainda menor, o que também fomenta o seu não-reconhecimento com esse espaço.

Tô terminando a minha carga horária e você conta nos dedos/ não preenche os dedos das duas mãos, acho que nem da primeira, as disciplinas onde autores NEGROS foram sugeridos e via de regra foram por nós. Mulheres negras então nem pensar. Quando eu me proponho a fazer um projeto que traz o pensamento feminista negro e a interseccionalidade como uma teoria e um método para olhar esse objeto, parece que eu tô sempre no lugar da militante e como eu já tenho uma história de militância que veio da graduação, da residência, as pessoa não se permitem esses deslocamentos. Então é sempre como o que eu tivesse propondo não fosse suficientemente acadêmico. (Turmalina)

A fala reitera Hooks (1995) ao afirmar que na universidade poucos são os autores negros utilizados como referência, pois a produção intelectual de acadêmicos negros tem sido considerada inadequada, insuficiente ou tratada com desconfiança pelos professores brancos das cátedras acadêmicas.

A produção é um elemento muito importante para a construção de uma carreira acadêmica e científica, seja pela publicação de artigos, desenvolvimentos de projeto de pesquisa, orientação de trabalhos, participação de eventos, etc., que é chamada por Bittencourt (2013) de “Capital Científico”. Contudo, com as condições impostas pela maternidade, todas as mulheres entrevistadas são categóricas ao dizer que estão insatisfeitas com sua produção e apresentam as

dificuldades enfrentadas. A maioria das entrevistadas confirma o que os dados do *Parent In Science* (2018), que tratando de mulheres cientistas que desfrutam da “tranquilidade econômica profissional” (BITTENCOURT, 2013), tem apontado sobre a queda de produção científica das mulheres após o nascimento do primeiro filho. O retrato dessa situação é o que vemos a seguir:

após a maternidade tem sido bem difícil, bem difícil primeiro porque é muito difícil produzir sozinha e aí e aí tem muitos colegas que não entendem, ou que acham que estão entendendo o seu momento e não te convidam, acham que você tem outras prioridades e não te convidam. Tem gente que te convida, mas não faz esforço para fazer você caber nos processos sendo mãe, tendo outras prioridades, outros tempos de produção, é... e aí tem muito disso assim, a vida e a carreira acadêmica elas vão te desafiando a construir outras formas de relacionamento e a mesmo a bancar algumas coisas sozinhas, então eu lembro que eu fiquei oito meses/ sete meses afastada e neste interstício eu tive uma gravidez muito difícil eu passei muito mal durante a gravidez então minha produção caiu bastante depois eu peguei um período de licença-maternidade e juntei com duas férias e eu/ eu sei que eu fiquei quase um ano e meio tendo muita dificuldade de me organizar de forma acadêmica e aí eu precisava pontuar para fazer meus relatórios para pedir o meu afastamento e assim eu precisei de muita de muita paciência de muita articulação para que as colegas entendessem o que se passava, mas na minha grata surpresa na Escola de Enfermagem é uma escola majoritariamente composta por mulheres tem um grupo que discutir gênero e enfermagem e houve um bom acolhimento por parte das colegas na defesa de que era assim mesmo a parte que o CNPQ/ o lattes configura que a gente declare a maternidade é posterior, mas “como assim né? cadê a Pontuação?” mas assim hoje algumas me convidam para fazer algumas coisas, mas sei que não é igual como era antes, quando você/ quando eu não tinha filho, não tinha horário de 5 horas para pegar na creche. Eu não posso ficar na rua meio-dia porque tenho que ir em casa almoçar para buscar para deixar na creche, não posso ficar para as reuniões que se estendem até um pouco mais porque eu tenho que ir buscar na creche, eu tenho uma vida assim muito mais controlada da perspectiva do tempo cronológico e isso vai me limitando a vivência, a participação, algumas construções coletivas,... mas à medida que ela tá crescendo tem ficado menos complicado. (Turmalina)

A entrevistada, que já analisa sua condição em sua fala, apresenta não só questões individuais para que consiga produzir artigos, mas também situações colocadas na relação com seus pares acadêmicos que já não a convidam para escrever. Há aqui um paradoxo sobre o papel de mãe negra na academia, pois esta não deve ser limitada a sua função materna, mas também não pode ser exigida sob condições que ignorem o fato de que ela é mãe. Tais situações, segundo Ferreira e Colaboradores (2008), tem impacto sobre a vida das mulheres que tem dificuldade em estabelecer colaborações científicas com outras pessoas de sua área, colaborações estas muito importantes para a produção de capital científico e também para o *networking* necessário nesse trabalho.

O baixo acúmulo de capital científico que é gerado para as mães negras aqui entrevistadas, que estão em período formativo, impacta sobre a suas condições de concorrer com outros

homens e mulheres nos editais para concursos públicos para que possam finalmente desfrutar da “tranquilidade econômica profissional” (BITTENCOURT, 2013), já alcançada pelas mulheres que ganham centralidade nos dados do *Parent In Science*²⁶ (2018).

Tratando-se de produção acadêmica, ressalta-se que, segundo Hooks (1995), um dos elementos mais importantes para a escrita acadêmica é o isolamento. De acordo com essa autora, mulheres negras tem maiores dificuldades de se isolar e conseguir o silêncio necessário para a “contemplação solitária de ideias” (HOOKS, 1995, p.473), pois além das condições impostas pelos lares negros, geralmente ocupados por famílias extensivas que geram ruído, há também internalizada pela mulher negra que ela deve estar sempre disponível e alerta para servir aos outros, principalmente para à sua família, sendo o isolamento e a solidão algo desprezível para ela.

As negras que foram socializadas para desvalorizar ou se sentir culpadas em relação ao tempo passado longe dos outros as vezes não conseguem reivindicar ou criar espaço para a escrita solidaria. Isso se aplica especialmente as negras que são mães. As mães solteiras muitas vezes têm de lutar com obstáculos materiais que não lhes permitem concentrar-se intensamente para pensar e escrever mesmo que o desejem. (HOOKS, 1995, p.471)

A dificuldade de produzir no lar leva então as entrevistadas a buscar outros espaços e estratégias como vemos a seguir:

E final de semana é o tempo que a gente/ fora as obrigações que tanto eu quanto ele somos professores, a gente trabalha muito em casa, mas fora as obrigações de trabalho e tal e as minhas.. dá. A gente sai bastante com ela. Traz aqui no shopping, leva na pracinha para brincar, essas coisas, mas a gente não costuma muito viajar nem nada do tipo. E geralmente as coisas do doutorado eu faço nos meus tempos livres na escola. Em casa eu faço muito pouca coisa, exatamente porque é difícil fazer com ela. Como ela ainda tá pequenininha demanda muito a minha atenção então é muito mais fácil de fazer as coisas na escola, a minha qualificação mesmo eu escrevi toda na escola, foi 100% escrita lá. Então é basicamente isso. (Pérola)

O relato acima apresenta que a entrevistada até consegue realizar atividades referentes ao trabalho docente em casa, mas que a produção intelectual, que demanda o isolamento e outras condições ideais para a produção escrita, acaba por ficar impossibilitado. Desta forma, organiza-se para no fim de semana estar disponível para o lazer da família, assim como registrado em relatos de Bittencourt (2013).

Estas condições refletem-se também sobre a participação destas mulheres em eventos, não só pelas questões objetivas colocadas pela insuficiência financeira, mas também pela não possibilidade de se afastar dos seus filhos para permanecerem por 3 a 5 dias em um congresso.

²⁶ O movimento tem abordado mulheres na pós-graduação, contudo tem apresentados dados mais concentrados em docentes de universidades, que já disfrutaram de sua formação científica.

Neste estudo cinco de seis entrevistadas relataram não conseguir participar dos eventos acadêmicos por conta da necessidade de deslocamento, propondo-se a participar apenas em eventos locais e apenas no dia em que apresentarão trabalhos como vemos a seguir:

no mestrado eu ia para tudo que é buraco, fui para vários estados participar de eventos, eu fazia tudo que eu queria né? eu ficava horas na frente do computador lendo coisas e aí com doutorado e com ela, depois que minha filha nasceu, isso mudou tudo, 100%. Eu não consigo mais nada disso, eu não consegui participar de nenhum evento fora da Bahia, nesses dois anos e cinco meses que ela tem. Não consegui porque eu nunca dormi sem ela, essa coisa toda, os agentes que eu participo aqui na Bahia mesmo são sempre em Salvador porque eu não posso ir para uma cidade mais longe pelo mesmo problema e sempre participo assim muito rápido, o evento é 3 dias eu participo no meu dia de apresentar, assisto algumas coisas e volto para casa. Não é aquela coisa de imersão que eu ia e participava de tudo, todos os dias e participava de várias coisas. Isso mudou bastante. E eu sinto que isso.... eu não queria usar a palavra prejudicou, acho meio pesado dizer isso, mas/ porque (o problema) não é a minha filha e sim as circunstâncias. (Pérola)

Nota-se que a entrevistada destaca a diferença entre sua participação de eventos durante o mestrado, quando não era mãe, e durante o doutorado, após a chegada de sua filha. Ao realizar uma análise sobre a sua condição a mesma confirma que o problema não é a maternidade ou o filho em si, mas as condições socialmente e institucionalmente impostas para essas mulheres que são mães, questão já indicada por Scavone (2001) e Bittencourt (2013), que é reproduzido também na fala das outras entrevistadas.

A participante Ônix, por outro lado, relatou que consegue participar dos eventos mediante estratégias, estratégias estas que, segundo Beltrame e Donelli (2012), são constantes para cumprimento de todas as múltiplas jornadas assumidas por mães comprometidas com carreira e formação. As estratégias adotadas por Ônix quando questionada sobre sua participação em eventos acadêmicos é o que veremos a seguir:

Ela ia comigo, eu digo isso porque ela foi pra vários, desde que ela nasceu. Esse ano eventualmente eu não vou pro CBAS, mas desde que eu tava saindo da universidade pra cá eu tenho ido pro CBAS²⁷, quando ela nasceu em dois mil e onze ela foi pra todos, o primeiro que ela foi ela tava com um ano e dois meses. Ela foi pra Aguas de Lindóia, depois ela foi pra Recife, ela foi pra Brasília, ela foi pra Colômbia comigo no latino americano, então ela tem ido pra todos os espaços e pra participar de todos os espaços em todos os momentos o que a gente faz, minha mãe também vai. E aí todo ano minha mãe pergunta quando vai ser o próximo evento porque ela quer pedir a licença prêmio, ou porque ela quer pedir as férias, ou porque ela tá com folga marcada e ela quer pedir pra aquele dia que vai ter o evento, porque ela aproveita e faz a viagem também dela, o passeio né, o turismo dela, [...]e quando eu tô em algum espaço que a gente acha assim, que vai ficar muito chato pra ela, elas saem elas passeiam e eu vou pro evento, mas ela foi pra todos. Minha mãe vai pra que ela não fique sozinha, e se não fosse minha mãe

²⁷ Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

ia ser outra pessoa né, porque pode ser que tenha alguma atividade que venha a ser muito cansativa, ou que seja a noite que não tenha onde ela ficar. A primeira vez que eu fui pra um evento com ela que tinha um espaço pra ela ficar foi na Conferência Municipal das Mulheres, aqui em Salvador que tinha uma brinquedoteca, e que tinha pessoas, voluntárias que ficavam lá na brinquedoteca, mas nunca teve. (Ônix)

O relato mencionado acima retrata não só toda a mobilização da rede familiar, na figura de sua mãe, para garantir a presença da doutoranda Ônix nos eventos científicos, mas também aborda a temática do suporte de eventos acadêmicos para garantir a presença de pessoas com filhos nos eventos. A entrevistada que participa ativamente de eventos políticos, acadêmicos e científicos surpreende-se com a existência de uma brinquedoteca e de voluntárias para oferecerem essa assistência às mães, pois relata que é incomum, assim como constatado por Bittencourt (2013). A escassez desse suporte demonstra também que não têm existido esforços dos próprios organizadores para garantir a participação de pessoas com filhos em seus eventos.

Durante a análise das entrevistas surgiram também questões atreladas ao poder marital, pois, tendo em vista que as mulheres negras são as maiores vítimas da violência doméstica, seja ela física, psicológica ou patrimonial, a participante Opala relata que encontra impedimentos e proibições colocadas pelo seu marido para que desenvolva sua carreira científica.

[...] como o curso é de Geografia tem muitas atividades pra gente conhecer os espaços né, região, solo, outro ambiente, e eu tinha muita dificuldade, no meu curso foram quatro vezes pra chapada diamantina e nenhuma eu consegui ir. E isso eu ficava muito triste, eu não posso dizer que foi só pela questão dos filhos, mas do meu marido também que é um machista que me impedia de participar, ficava de cara feia, daí eu pra evitar constrangimento, eu era recente na Universidade ainda não tinha tomando conhecimento do quanto eu podia, do quanto eu era capaz, de que eu não precisava ficar... sabe... e aí eu ainda deixava ele dominar um pouco isso. Aí terminava que eu não participava, eu só participei da atividade de campo em Paulo Afonso, eu participei em Jacobina, porque a gente trabalha muito a atividade do recôncavo, mas eu tive muita dificuldade de participar em atividades fora. Teve um trabalho, que foi de participar de um congresso que foi em João Pessoa na Paraíba, e quem apresentou foi o meu professor, eu fiz um trabalho e tive que botar ele como coautor pra apresentar o trabalho, quando na verdade quem fez o artigo foi eu, porque eu não pude estar lá, porque eu não tinha com quem deixar minha filha, porque meu marido ficava de cara feia. (Opala)

Ressalto que os mesmos fatores que contribuíram para a configuração da figura paterna, também produzem a figura do marido e seu poder de dominação sobre a esposa e os filhos (PERROT, 1991), a centralização do poder na figura do marido é o que produz situações tais na vida das mulheres, principalmente na vida das mulheres negras, que são as maiores vítimas da violência doméstica.

A participação em palestras é um fator que pouco aparece na fala das entrevistadas em geral, contudo Ônix destaca que em momentos em que é conveniente as mulheres negras são lembradas e convocadas para ocuparem esses espaços.

No mês de maio que é o mês da assistente social eu dou uma surtada legal, porque em tudo que me chamam eu vou, e eu tenho feito um exercício agora de tentar não fazer isso, esse ano a gente comemorou o enfrentamento, o combate ao racismo e aí um monte de gente lembra da gente, e lembra das pretinhas do serviço social, né? E aí eu sai pra um monte de lugar, câmara de vereadores, encontro de comunidades que discutem a violência. [...] quando falavam dessa pastoral, nunca falavam dessa comissão que Ônix tá coordenando, eram de outras pessoas que já estava na militância “ok” há alguma tempo, mas também que eram brancas, então eu digo isso e tenho dito isso em diversos espaços e não só essa questão como tantas outras, eu acho que a gente ainda precisa falar da marcação de territórios, então quando é possível e se eu perceber que é necessário eu marco, mas não o território de Ônix, mas o território de alguém que protagonizou e que é uma mulher jovem, negra, então as dificuldades pra gente são sempre maiores por conta de uma cultura que é uma cultura institucionalmente, estruturalmente racista. (Ônix)

Este relato aponta que Ônix além de notar que é convocada apenas quando se é para falar sobre racismo, sendo ignorada em outras temáticas e não tendo reconhecimento pelo trabalho que desenvolve, questões enfrentadas pelas mulheres negras na academia, como aponta Hooks (1995). Além disso, a entrevistada também reafirma o que é exposto pela autora, a necessidade em demarcar estes lugares para que outras “pretinhas” (sic) tenham reconhecimento pelo seu trabalho e lutas para estar nesses espaços.

4.3.4. Redes de Assistência e Estratégias de Permanência

Esta derradeira categoria tratará das estratégias elaboradas pelas mães negras e suas famílias para que não abandonem a sua formação, seu trabalho, além de dar conta de seus deveres enquanto mães, ou seja, conheceremos aqui suas redes de permanência, já percebidas como indispensáveis em Urpia (2009), Silva (2017), Monosson (2008) e Bitencourt (2013).

Embora a bibliografia (BITTENCOURT, 2013, MENEZES *et al.*, 2012 E BELTRAME E DONELLI, 2012, URPIA, 2009; SILVA, 2017; MONOSSON, 2008) indique que a rede de assistência que garante a permanência das mães na carreira científica é composta por familiares, creches e babás, nos casos aqui estudados não foram encontrados elementos externos à família, ou seja, é apenas a rede familiar que auxilia estas mães negras a permanecerem desenvolvendo suas carreiras.

[...] minha madrinha cuida quando minha mãe não tá, quando minha mãe não trabalhava era mais tranquilo. A madrinha da minha filha trabalha, mas toda quarta feira ela tá em casa e diz que quer ficar com ela, então enfim... então eu gosto de fazer isso com a minha filha, eu gosto que ela tenha esse espaço... [...] Toda a minha infraestrutura que eu tenho está fora da universidade.

Como eu disse, eu sou de uma família muito grande, [minha filha] hoje ela sabe dizer quem são as avós dela, materna e paterna, mas ela vai te dizer diversas avós que ela tem, porque as minhas tias são avós, a minha madrinha é avó. Então eu não tenho, nunca tive babá até porque é caro, os valores da mão de obra... secretário do lar, nunca tive, todos os cuidados dela sempre foram feitos em família, então eu nunca acessei ou busquei acessar os recursos da universidade pra isso, nem onde eu trabalho como professora, muito menos onde eu sou aluna. (Ônix)

Observando com maior cuidado as pessoas da rede familiar que compõem essa rede de assistência, nota-se a presença quase predominante de outras mulheres, sejam elas tias, amigas, madrinhas da mãe ou da criança, irmãs e principalmente as mães das entrevistadas. Os poucos homens que são mencionados, geralmente são pais e raramente os avôs das crianças, pessoas socialmente entendidas como diretamente responsáveis por ela. Tal constatação relaciona-se com a construção do cuidado como uma tarefa feminina como vimos em Badinter (1985) e Perrot (1991). A recorrente menção da contribuição das mães das entrevistadas no cuidado com as crianças não só reafirma a feminilização do cuidado, mas também comprova que as atribuições advindas da maternidade acabam por se estender pelo cuidado com os netos, além da solidariedade feminina, justificada por Lins de Barros (1987) ao apresentar que na relação “mãe e filha que agora é mãe”, há uma melhor compreensão sobre as dificuldades enfrentadas colocadas pela maternidade.

A participante Turmalina menciona uma afilhada de sua mãe que está na cidade para estudar e que mora com ela, mas que também colabora com o cuidado de sua filha sendo mencionada pela entrevistada no seguinte trecho:

“Tem uma pessoa que mora comigo que é a afilhada de minha mãe. E aí ela cuida de minha filha comigo, é o meu anjo.”. (Turmalina)

O fato da afilhada da mãe de Turmalina residir em sua casa comprova a existência das “extensas redes de ajuda mútua” mencionada por Fonseca(2005) que, ao exemplificar menciona que na casa de mulheres negras e pobres é comum encontrar membros distantes da família estendida ou consanguínea residindo enquanto buscam melhoras de vida seja por trabalho ou, nesse caso, o estudo, ressaltando que “a dona de casa vai ajudar essas pessoas, por carinho, mas sobretudo porque eles a ajudaram ou a ajudarão.” (FONSECA, 2005, p.52).

Como observamos em Fonseca (2005), a constituição dessa rede de assistência que não se limita a familiares consanguíneos, principalmente no caso das famílias negras e pobres, é bastante comum e também necessária. Por consequência dessas trocas de cuidados os membros externos à família consanguínea que constituem a rede de cuidados acabam por serem compreendidos como membros da família. Embora exista a presença de membros externos a

família, em nenhuma das trajetórias aqui apresentadas houve a menção a elementos como creches e babás, pois diante das dificuldades financeiras apresentadas por Ônix e também pelas demais entrevistadas, entendeu-se que as mesmas não conseguem dispor de recursos para acionar tais serviços.

No caso de Opala que tem uma filha “especial” (sic.) e demanda maiores cuidados a rede de assistência é composta apenas pelo marido e pela filha mais nova, mas ressalta a independência da mesma que possui paralisia cerebral.

O pai e a irmã dela cuidam, a irmã dela de dezessete anos fica com ela, mas se houver necessidade dela ficar só ela fica porque ela anda, ela fala, ela é uma pessoa que tem noção de algumas coisas, porém é uma pessoa que requer algum cuidado, mas não aquele cuidado de não poder ficar vinte, trinta minutos só. (Opala)

Percebe-se que a organização dessa rede de assistência a mãe negra pós-graduanda se dá com o objetivo da conservação das crianças, tendência que segundo Ariès (2006), Donzelot (1980) e Badinter (1985) se deu a partir da configuração da família moderna com relações baseadas no sentimento de amor familiar.

No caso das participantes Obsidiana e Diamante, que tem filhos adolescentes e até adultos, nota-se que elas demandam menos uma rede de assistência, pois os mesmos já possuem independência e autonomia para cuidar de si mesmos e até dos mais novos. Desta forma essas duas entrevistadas foram as que menos apresentaram dificuldades para participar de eventos ou para produzir, o que demonstra que o grau de autonomia dos filhos é proporcional ao grau de mobilidade independência da mãe. Notou-se que essas duas também foram as únicas que mencionaram atividades de lazer, não dependendo da participação de terceiros para cuidar dos seus filhos enquanto estão fora.

Na sexta feira eu tenho aula a noite, é o dia mis puxado da minha semana, que eu fico o dia todo na rua né, sexta feira de tarde eu dou aula, de manhã trabalho que é outro trabalho, de tarde dou aula que é outro trabalho também, de noite vou pra aula, e no sábado de manhã eu atendo no consultório, ai no final no final de semana eu acabo arrumando a casa, as coisas da casa, faço comida pra poder deixar pra semana, geralmente eu faço no final de semana e algum dia da semana a noite eu também faço isso, alguma parte da comida pra poder ficar a semana toda a comida lá separada. Ai de vez em quando eu dou uma saidinha alguma coisa assim, as vezes eu consigo sair só pra dar uma espairecida (Obsidiana)

No fim de semana eu sempre gosto de ir ao teatro, eu tô diminuindo né, porque tenho que estudar, mas eu gosto de ir ao teatro. (Diamante)

Percebe-se que embora esses momentos de lazer apareçam eles ainda figuram como uma brecha dentro da rotina corrida para dar conta das múltiplas jornadas.

Embora a rede de assistência apareça como bastante significativa, na maioria dos relatos são as estratégias de permanência, entendidas como as negociações e ajustes de rotina realizadas pelas próprias entrevistadas, tem demonstrado como o fator que mais contribui para que essas mães negras permaneçam na universidade, em resumo, a responsabilidade assumida por elas tem sido maior do que a participação de outros no cuidado com os filhos, pois a responsabilidade pelos arranjos e até mesmo pelo acionamento e constituição da sua rede de assistência ainda tem sido atribuição exclusiva da mãe.

Embora tenha sido dada a ênfase nas redes de assistência e nas estratégias de permanência a inexistência de menções de programas, projetos ou ações de assistência específica para esse público é um importantíssimo para essa pesquisa. Após o desabafo de Turmalina mencionado anteriormente ao ser desejada “boa sorte” outros relatos de desamparo são apresentados nas respostas a pergunta “o que é ser mãe pós-graduanda para você?”:

Eu acho que desamparo é a palavra viu? Solidão assim, porque a universidade não tem absolutamente/ não tá nem aí assim pra você entendeu? Não liga se você tem filho. O máximo que é.../ eu acho que a universidade se sente muito inclusiva porque permite eu uma aluna leve seu filho para sala, por exemplo, eu vejo às vezes reportagem sobre isso e eu penso “ meu Deus como se isso fosse uma COISA”. A universidade não tá/ não dá nenhuma importância para isso, não em absolutamente nenhuma política. Na verdade, mães com seus filhos não são bem-vindas em lugar nenhum, a verdade é essa. e a universidade ainda por cima endossa isso de forma bastante clara, esse caso da licença maternidade prova isso né? A universidade não está nem aí para as necessidades de uma mãe que é pesquisadora e é mãe. E é aquela coisa, ou você consegue dar conta nos 4 anos ou nos 2 anos, ou nos 4 anos de uma graduação, ou você não consegue, porque a universidade não tem nada que possa fazer para te ajudar nisso. (Pérola)

Embora a entrevistada afirme que a universidade permite que as alunas levem seus filhos para a sala de aula essa permissão não consta em nenhum documento da universidade, sendo na verdade uma concessão dada a critério de cada professor que assim o quiser, como nos casos analisados por Beltrame e Donelli (2012) e Bittencourt (2013). A ausência dessa obrigatoriedade gera por exemplo situações semelhantes a vivenciada por Turmalina, constringida em sala por estar com sua filha e por isso relata:

Eu acho que tem coisas que precisam mudar estruturalmente, mas como isso é maior do que a universidade e a pergunta diz respeito a universidade. Uma coisa que eu tenho aprendido com o feminismo negro é que a gente não pode abrir mão da via da legalidade. De que a gente precisa de política para garantir o mínimo para que as coisas comecem a se mexer. Eu acho que as políticas de assistência estudantil voltadas para os estudantes de graduação e pós-graduação precisam preceder que os estudantes e as estudantes não são universais. Existem é perspectivas interseccionais de gênero, raça, classe, deficiência, geração, religião que colocam nos lugares as pessoas de forma individual mas também em grupo em processos que dificultam as suas vidas

e que você precisa olhar pra isso de forma muito particular para melhor possibilitar auxílio, políticas que permitam a permanência. Não dá pra tratar todo mundo como se fosse igual, não dá. Porque quando você trata todo mundo como se fosse igual, quem mais precisa não se beneficia de alguns processos e assim esse um ano na creche tem me mostrado muito isso. Eu entrei com algumas pessoas que necessitavam muito daquele serviço que precisaram sair porque não se adequavam às burocracias do funcionamento da creche universitária. (Turmalina)

As duas falas supramencionadas apontam que dificuldade de acesso a direitos já garantidos como a licença maternidade são um sintoma do modo como a cultura acadêmica trata as mães pós-graduandas. Turmalina dá ênfase a necessidade do serviço da creche para as mães da universidade, que, no caso da UFBA, não consegue absorver toda a demanda com o número de vagas que dispõe e coloca também como as “burocracias do funcionamento da creche universitária” é também um fator dificultador deste acesso. Isso nos leva a refletir como tais serviços são essenciais e precisam passar por avaliação constante para que as burocracias citadas possam ser reduzidas afim de tornar o serviço menos excludente.

A incompatibilidade entre o esperado do sujeito da ciência, branco e masculino, e a realidade das pesquisadoras mães negras gera um desamparo para essas mulheres, pois de acordo com Bittencourt (2013), na tentativa de tratar todos igualmente as políticas institucionais estão ignorando as diferentes experiências que estão vinculadas a figura da mulher, sendo a maternidade a principal delas. Sabendo disso a entrevistada Ônix que é assistente social, sugere:

Eu acho que precisamos de uma verdadeira assistência estudantil pra mães. Desde que eu sou graduanda e não foi na UFBA e a gente ainda ouvia falar que na UFBA se tinha algo de assistência estudantil, que na UFBA a gente discute a necessidade de ter essa assistência para as famílias, mas isso me parece que há uma necessidade de uma revisão de mentalidades, a gente ainda tem uma cultura universitária, principalmente na UFBA, que é muito eurocentrada. [...] ainda se tem que pensar que perfil de estudante da UFBA é esse. (Ônix)

As trajetórias de vida apresentadas nessas falas e aqui analisadas parecem dar conto do objeto desse estudo alcançando os objetivos delimitados para este estudo. Embora tais relatos tragam em si muitas das respostas para os questionamentos que orientaram esta pesquisa, muito mais ainda precisa ser investigado e trazido à luz para a superação das assimetrias de gênero e raça, se assim for de interesse do mundo acadêmico e científico. Talvez os dados desta investigação sejam apenas a ponta de um iceberg, dada a complexidade relacionada à construção de uma carreira científica atravessada por questões de gênero e raça/etnia, classe e outros marcadores sociais. Exemplos de estudo que poderão ser aprofundados e desenvolvidos serão apresentados na próxima seção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção e mulheres negras no ambiente acadêmico e no trabalho científico já tem se apresentado como um importante tema para análise com vistas à diminuição das assimetrias de gênero e raça encontradas nas universidades. Por outro lado, a maternidade como uma questão que atinge somente as mulheres demonstra-se também como um elemento muito importante, pois é o papel de mãe que tem contribuído historicamente para designar para as mulheres seu papel na sociedade. Quando tratamos da maternidade negra percebemos que esta, quando aliada a raça, tem sido pouco abordada pelas ciências sociais, tendo essa área do conhecimento se concentrado principalmente sobre o papel das mães-pretas, mulheres escravizadas para que servissem aos seus senhores, tendo que deixar seus próprios filhos com fome para amamentar o filho daqueles que te tratavam como propriedade.

O estudo aqui apresentado resgatou na história das ciências elementos que contribuíram para a constituição do modelo de ciência moderna, de cientista, do papel do negro e da mulher na sociedade, além de retomar obras da epistemologia feminista a fim de desmistificar estes mesmos argumentos, ainda reproduzidos no senso comum que alegam a existência de fatores que incapacitariam as mulheres para o trabalho científico e que as vinculariam exclusivamente ao seu papel de mulher e esposa e também, sob o manto da ciência eugênica, construiu para o negro o lugar da servidão e da bestialidade.

Incluiu-se no esforço deste trabalho apresentar a maternidade não como um *handicap* (defeito natural) ou um prejuízo na vida das mulheres, mas também tentou não se assemelhar a concepção de que a maternidade é um momento divino da vida feminina que completa a mulher. Abordou-se aqui a maternidade como parte da vida das mulheres negras na pós-graduação, indicando a necessidade de respeito e suporte adequado das instituições de ensino em que estas mulheres estão.

O aprofundamento teórico sobre a história da educação dos negros e sua condição socioeconômica atual, realizada no segundo capítulo, trouxe à tona a história de negação do acesso aos negros aos espaços de formação escolar. Além disso, demonstrou como a formação escolar está diretamente associada a ascensão socioeconômica de homens negros e mulheres negras no Brasil, apresentado as assimetrias do nível de escolaridade entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e das mulheres negras.

O estudo também abordou características peculiares às famílias pobres, que no Brasil, são em sua maioria famílias negras e interraciais. Considerou-se que estas famílias criam diversas estratégias de sobrevivência, como a doação de crianças nas “adoções a brasileira”

(FERNANDES, 2017) e as redes de assistência, que se organizam principalmente para cuidar e preservar as crianças, sendo que estas redes são constituídas quase exclusivamente por mulheres.

Sobre os métodos e instrumentos de coleta de dados escolhidos, percebeu-se que o *e-survey* é bastante eficaz para a aquisição de dados qualitativos de maneira rápida e sigilosa, mas ainda apresenta problemas quanto à interpretação das perguntas pelo grupo pesquisado, tendo em vista que muitas participantes anularam sua participação por oferecer respostas inadequadas. A facilidade em responder o questionário do *e-survey* pelo celular ou pelo computador contribuiu diretamente para o número de respostas, tendo em vista que a entrevista que necessitava de deslocamento e maior disponibilidade de tempo das participantes contou com problemas de disponibilidade de algumas mães negras pós-graduandas. Por outro lado, as entrevistas são o método ideal para a recuperação destas trajetórias de vida, pois possibilitaram o aprofundamento de algumas questões que surgiram durante a abordagem, o que não seria possível realizar pelo *e-survey*.

Os dados quantitativos demonstraram que na UFBA são encontradas realidades semelhantes às aquelas apresentadas pela bibliografia utilizada, contudo, foi o cruzamento dos dados sobre raça e os dados sobre maternidade e carreira que possibilitaram uma interpretação qualitativa destes dados, tendo em vista que não foram localizadas informações deste tipo disponíveis. A elaboração destes dados é um primeiro passo tanto para demonstrar que as universidades precisam considerar a maternidade ou não-maternidade como parte da realidade de suas estudantes, quanto para que outras pesquisadoras que desejem replicar este método em outras universidades tenham dados para comparar. Percebeu-se que muitas informações poderão ser cruzadas com estes dados quando os órgãos estatísticos começarem a perguntar sobre a quantidade de filhos das estudantes.

As trajetórias de vida das mães negras aqui apresentadas demonstram que mesmo com a formação de nível superior, desfrutada por uma parcela mínima da população negra do país, estas ainda se encontram em condições semelhantes às outras mulheres negras que pertencem a camadas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Este fato associa-se com a análise aqui realizada que percebeu que as entrevistadas mencionam constantemente sua condição frente as outras mulheres como uma condição privilegiada, mas mencionam sempre problemas que ainda enfrentam, gerados pelo racismo estrutural desta sociedade.

Nas percepções sobre maternidade e família notou-se que embora as entrevistadas demonstrem uma postura crítica frente à maternidade romântica, as entrevistadas tendem a tomar exclusivamente para si responsabilidade pelas crianças, assumindo a identidade materna

tradicional, mesmo àquelas que possuem companheiros. O contraste entre as respostas sobre ser mãe e ser mãe negra, apresentou que a adição da discussão sobre raça coloca para estas mulheres novas visões sobre sua maternidade, pois no primeiro momento apresentam uma visão endógena na sua relação com seus filhos e na segunda pergunta passam a considerar a sociedade e as relações raciais para com elas e com seus filhos. Percebeu-se também que o racismo e a educação para o enfrentamento do racismo é uma preocupação compartilhada por todas as mães negras pós-graduandas, mesmo aquelas que tem filhos fenotipicamente brancos.

Considerou-se que as mulheres negras não desfrutam da mesma condição tradicional em relação a participação na renda familiar, tendo em vista que o papel de marido/pai está associado ao provedor principal do lar, mas que nas realidades aqui apresentadas a maioria das entrevistadas demonstrou ser a principal ou única responsável pela provisão financeira, sendo em poucos casos responsável por 50% da renda.

A falta de uma bibliografia que trate especificamente das questões da maternidade negra no Brasil para ser colocada em contraste com a bibliografia que trata da maternidade hegemônica impossibilitou uma análise mais aprofundada e consubstanciada por teoria, de modo que algumas análises não foram suficientemente consubstanciadas. Tal fato coloca para o campo científico das ciências sociais a necessidade de abordar as condições da mãe negra no Brasil como centro da análise e não só como aquela que é convocada como coadjuvante nas histórias de mortes violentas de seus filhos e familiares.

Sobre a categoria que tratou do planejamento de vida e interrupções considerou-se que a chegada de uma criança se configurou como um grande desafio que modificou substancialmente a vida destas mulheres e reverberou na forma de acirramento de dificuldades ao longo de suas trajetórias. O desconhecimento ou a negação do acesso aos direitos garantidos para as mães pós-graduandas como a licença maternidade demonstrou-se como um sintoma da falta de empenho das instituições em fazer-se cumprir tais conquistas das mulheres, que é aqui atribuído a configuração do trabalho científico e do sujeito da ciência como masculino, por consequência desvalorizando as questões exclusivas das mulheres.

Considerou-se que os relatos aqui coletados muito se alinham com a bibliografia que trata de “maternidade e carreira científica”, exceto quando se trata de questões pertinentes a condição de mulher negra, pois a maioria destes estudos sequer mencionam raça.

No tópico que aborda a vida das mães negras na universidade o racismo enfrentado por estas mulheres delineou experiências relatadas com tristeza, mas também um compromisso político assumido por essas mulheres para com homens negros e principalmente jovens negras. A maternidade apareceu então como uma nova jornada que atravessa a jornada da pós-

graduação, seja em sua formação ou no desenvolvimento de suas pesquisas. Aqui considerou-se que as mães negras pós-graduandas enfrentam dificuldades para a construção de seu capital científico (BITTENCOURT, 2013), como a participação de eventos e publicações, pois além de não disfrutar de recursos que possam ser destinados para este fim, pois precisam manter suas casas, muitas vezes sozinhas.

Reafirma-se que a falta de suporte para pessoas com filhos nos eventos científicos e a falta de colaboração de seus pares para que as mães caibam nestes processos de produção de conhecimento é um sintoma do entendimento social de que a mulher que se torna mãe, deve ser exclusivamente mãe, ou priorizar inquestionavelmente este papel. Estas dificuldades resultam no adiamento de algumas atividades, mas a criação deste hiato no currículo também é uma preocupação das entrevistadas, tendo em vista que se espera delas a produção continuada.

No último tópico do capítulo de análises compreendemos as estratégias de permanência das mães negras pós-graduandas, desta forma consideramos que além de elaborar uma complexa rotina onde caibam as atividades da maternidade, do trabalho e da formação, estas mulheres também precisam contar com uma rede de assistência que é oferecida por membros da família, sendo estes membros, em maioria, mulheres. Neste momento foram apresentadas demandas apresentadas por estas mulheres que desejam que a universidade seja um lugar mais adequado para mães, considerando que é dever da universidade tratar essa questão como uma diferença da vida das mulheres que exige políticas de assistência diferentes àquelas oferecidas para o público geral. A ausência de políticas de permanência para mães universitárias não pode ser reduzida à creche, mas precisa atuar sobre as diversas dimensões desta vivência atuando para coibir o assédio moral e o racismo que são fatores que também contribuem para a evasão.

O estudo aqui apresentado deu conta dos objetivos delineados para essa pesquisa, por outro lado ainda existem questões que podem ser respondidas por novas pesquisas, além de estudos comparativos que repliquem o método aqui utilizado. Sugere-se então que outras pesquisas respondam:

Como se dão as trajetórias de mães negras pós-graduandas em estados do sul e do sudeste brasileiro?

Quais as principais diferenças entre as dificuldades enfrentadas pelas mães negras na pós-graduação quando comparadas com mulheres negras sem filhos?

Em qual momento da formação universitária as professoras doutoras negras tornam-se mães?

Quantas mães negras conseguem acessar o direito a licença-maternidade?

Quantas mulheres com filhos existem na pós-graduação brasileira?

A falta de dados que repeti constantemente na escrita desta dissertação é um sintoma de como as mães universitárias tem sido ignoradas pelas instituições de ensino superior e suas secretarias e pró-reitorias de assistência estudantil. Encerro este trabalho na esperança de que seja o pontapé inicial para outras pesquisas, mas que também sirva como base para que as políticas institucionais de assistência estudantil e até mesmo o PNAES venha dar a atenção adequada para este público, não tratando a maternidade como uma questão da vida pessoal das mulheres, ignorando seu impacto sobre a vida acadêmica e científica das mulheres, e em especial as mulheres negras.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.
- APPLE, Rima D. *Mothers & Medicine. A social history of infant feeding: 1890-1950.* Madison: The University of Wisconsin Press, 1987.
- ALVARENGA, Augusta Thereza de; SOUZAS, Raquel. Mulheres negras e brancas e a maternidade: questões de gênero e raça no campo da saúde. **Odeere**, Jequié, ano 2,v.3, n. 3, jan./jun. 2017.
- ARAÚJO, Ana Paula de. Pink tax: veja como mulheres pagam mais caro nos produtos. **Finanças Femininas**, 05 jul. 2019. Disponível em: <https://financasfemininas.com.br/pink-tax-produtos-para-mulheres-sao-mais-caros-que-os-para-homens/>. Acesso em 13 dez. 2019
- ARIÉS, P. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2006.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAHIA. **Decreto 9.149 de 23 de julho de 2004.** Aprova o novo regulamento do Programa Faz Universitário vinculado ao Programa de Educação Tributária do Estado da Bahia, e dá outras providências.
- BAHIA. **Decreto nº 17.610 de 18 de maio de 2017.** Altera o Artigo 5º do Regulamento do Projeto Faz Universitário Vinculado Ao Programa De Educação Tributária Do Estado da Bahia, Aprovado Pelo Decreto nº 9.149, de 23 de julho de 2004.
- BANDEIRA, L. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista estudos feministas**, Brasília, v.16, n.1, jan./abr. 2008.
- BARBIERI, Carolina Luisa Alves; COUTO, Márcia Thereza. As amas de leite e a regulamentação biomédica do aleitamento cruzado: contribuições da socioantropologia e da história. *Cad. hist. ciênc.*, São Paulo, v. 8, n. 1, jun. 2012. Disponível em http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342012000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2019.
- BARROS, E. B. A. **Permanência dos estudantes de origem popular na universidade: A bolsa moradia na UFBA.** 2014. 127f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – Universidade Federal da Bahia, 2014.
- BENJAMIN, A. **A Entrevista de Ajuda.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2004.
- BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis. **Aletheia**, Canoas, n.38-39, p. 206-217, 2012.
- BITTENCOURT, 2013. **Maternidade e carreira:** reflexões de acadêmicas na fase de

doutorado. Jundiaí: Paco, 2013.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Discentes da Pós-Graduação stricto sensu do Brasil**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2017-2020-discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil>. Acesso em: 26 out. 2019.

BRITO, A. E. C.; GOMES, E. M. “O Entre Lugar”: trajetória de vida e memória no processo de formação profissional de mulheres negras. **Revista Feminismos**, v.3, n.3, 2015.

BRITO, A. E. C. Lares negros olhares negros: Identidade e socialização em famílias negras e inter-raciais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 2, 2013.

BRITTO DA MOTTA, Alda. A Geração Pivô, intermediária na família. In: Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste. PRÉ-ALAS, 15., 2012. **Anais[...]** Teresina: UFPI, 2012.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n.2, 2000.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.3, n.2, p. 544-552, jun./dez 1995. Dossiê Mulheres Negras.

CARULA, Karoline. Perigosas amas de leite: aleitamento materno, ciência e escravidão em A Mãe de Família. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, p.197-214, dez. 2012.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Para além de gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. **Revista Estudos Feministas**, v.24, n.3, p.825-850, set./dez. 2016.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. Percorrendo labirintos: trajetórias e desafios de estudantes de engenharias e licenciaturas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.47, n.163, p.168-200, jan./mar. 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016

DEL PRIORE, Mary. **A Mulher na História do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1994.

DEL PRIORE, Mary.(org) **História das mulheres no Brasil**. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo: Condição Femininas, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo. 1990 São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas.

DEL PRIORE, Mary. **Maternidade da mulher negra no período colonial**. São Paulo: Cedhal/Fflch-Usp, 1989.

DEL PRIORE, Mary. (org) **História das Crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

DOMINGUES, Filipe. Ministério diz que termo 'violência obstétrica' é 'inadequado' e deixará de ser usado pelo governo. **G1 Globo**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2019.

DONZELOT, J. **Polícia das famílias**. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FERNANDES, Camila. **Figuras de causação**: Sexualidade feminina, reprodução e acusação no discurso popular e nas políticas de Estado. 2017. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. 246f.

FERREIRA, Luiz Otávio e FREIRE, Maria Martha de Luna. Medicina, filantropia e infância na Bahia: um hospital para crianças (1920-1930). In: SOUZA, Christiane Maria Cruz de; BARRETO, Maria Renilda Nery (org.). **História da Saúde na Bahia**: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958). Rio de Janeiro/São Paulo: Fiocruz/Manole, 2010.

FERREIRA, Luiz Otávio et al. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.43-71, jun. 2008.

FINE, Cordelia. **Delusions of Gender**: The Real Science Behind Sex Differences. London: Icon Books Ltd., 2010.

FLORES, Bárbara Nascimento; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Ecofeminismo e comunidade sustentável. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.23, n.1, p.11-34, abr. 2015.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v.14, n.2, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-2902005000200006&script=sci_abstract&tlng=pt
Acesso em: 10 ago. 2019.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). 2006. Tese (Doutorado em História d História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2006.

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, p. 153-171, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 jul. 2019.

GIL, A.C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

GOIS, J. B. H. Quando raça conta: um estudo de diferenças entre mulheres brancas e negras no acesso e permanência no ensino superior. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis,

vol.16, n.3, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300002&script=pt>. Acesso em: 27 jul. 2017.

GONCALVES, L. A. O. ; COUTINHO, F. A., PEREIRA JUNIOR, E. A; PEREIRA, J. Acesso de negras e negros à pós-graduação. **Revista ABPN**, Goiânia, v. 11, s/n, p. 176-206, 2019.

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Rio de Janeiro, 1984.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n.01, p.93-108, jan. 2003.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, 1995, p. 07-41.

HARDING, Sandra. Is there a Feminist Method? In: HARDING, Sandra. **Feminism and methodology**. Indiana: Indiana University Press, 1987.

HARDING, Sandra. **Whose Science? Whose Knowledge?:** thinking from women’s lives. Ithaca: Cornell university press, 1991.

HARDING, Sandra. ¿Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli.(org) **Debates em torno a uma metologia feminista**. 2.ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

HARPER, Breeze. Black female slave vivisection and nonhuman animal experimentation: Intersecting oppressions. **The Scavenger**, Glebe, 14 mai. 2011. Disponível em: <https://www.thescavenger.net/social-justice-sp-24912/animals/699-black-female-slave-vivisection-and-nonhuman-animal-experimentation-intersecting-oppressions.html>. Acesso em: 10 set. 2019.

HENRIQUES, Cibele da Silva. Do trabalho doméstico à educação superior: a luta das mulheres trabalhadoras negras pelo direito à educação superior. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XX, n. 37, p. 153-192, jan.-abr. 2017.

HILL COLLINS, Patricia. Aprendendo com a *outsider within**: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília-DF, v.31, n.1, jan./abr. 2016.

HITA, Maria Gabriela. **A Casa das mulheres n’outro terreiro**: Famílias matriarcais em Salvador-Bahia. Salvador: EDUFBA, 2014.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n. 16, p. 193-210, Abr. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2019.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn C. (org). **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, jul./dez., 1995.

ISTOÉ DINHEIRO. O poder do pink Money. **Istoé**, São Paulo, 31 jun. 2013. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/investidores/20130531/poder-pink-money/3262.shtml>. Acesso em: 13 dez. 2019.

JAVIEN, A.L. Cuando hablan las mujeres. In: BARTRA, E.(org) **Debates em torno a uma metogologia feminista**. 2.ed. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2002. Disponível em: <https://docplayer.es/73730401-Cuando-hablan-las-mujeres-1-ana-lau-jaiven.html>. Acessado em: 20 jan. 2019

KELLER, Evelyn Fox. Qual foi o impacto do feminismo na ciência? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 27, p. 13-34, 2006.

LIMA, Betina Stefanello. **Políticas de equidade em gênero e ciências no brasil: avanços e desafios**. Campinas. 2017. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

LIMA E SOUZA, Ângela Maria Freire de. **As armas de Marte no espelho de Vênus: a marca de gênero em Ciências Biológicas**. Salvador. 2003. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) -Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

LINS DE BARROS, Myrian. **Autoridade & afeto: avós, filhos e netos na família brasileira**. São Paulo: Zahar, 1987.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e teorias de gênero ou teorias e gênero: Se e como os estudos de gênero e feministas de gênero e feministas se transformaram em um transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.2, mai./ago. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista A partir do sul global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Acesso em: 20 set. 2019

MENEZES, Cristiane Souza de; MACHADO, Charliton José dos Santos; NUNES Maria Lúcia da Silva. Mulher e educação na República Velha: transitando entre o discurso histórico e o literário. **Educação Unisinos**, João Pessoa, v. 13, n.1, p. 43-50, jan./abr. 2009.

MINAYO, M. C. de L. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOHANTY, C. T. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary**, Durham, v. 12, n. 3, 1984, p. 333-358.

MONOSSON, E. (org.) **Motherhood, the elephant in the laboratory: Women scientists speak out.** Ithaca: Cornell University Press, 2008.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de & ARAUJO, Maria de Fátima. A maternidade na história e a história dos cuidados maternos. **Psicologia: ciência e profissão.** Brasília, v. 24, n. 1, mar. 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n1/v24n1a06.pdf>. Acesso: 25 jun de 2019.

NOGUEIRA, André. Jean-Jacques Rousseau, Que Escreveu Sobre Educação, Abandonou Os Cinco Filhos Em Um Orfanato. **Aventuras na História,** São Paulo, 03 out. 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/almanaque/jean-jacques-rousseau-que-escreveu-sobre-educacao-abandonou-os-cinco-filhos-em-um-orfanato.phtml>. Acesso em: 10 set. 2019.

OSÓRIO, R. G.. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003.

OTOVO, Okezi T. **Progressive Mothers, Better Babies: Race, Public Health, and the State in Brazil, 1850-1945.** Austin: University of Texas Press, 2016.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas.** Tradução para uso didático de: OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. *Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies.* African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão.** Salvador: EDUFBA, 2013.

PARENT IN SCIENCE. Um estudo detalhado sobre o impacto da maternidade na carreira científica das mulheres brasileiras. Disponível em: https://www.ufrgs.br/humanista/wp-content/uploads/2018/07/Parent-in-Science_principais_dados.pdf. Acesso em: 09 set. 2019

PERROT, Michelle. (org.) **História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PINTO, G. **Gênero, Raça e Pós-Graduação: um estudo sobre a presença de mulheres negras em cursos de mestrado da Universidade Federal Fluminense.** Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em Política Social). Departamento de Serviço Social, UFF.

QG FEMINISTA. **O que são as ondas do feminismo?** Entenda um pouco da história do feminismo, e como chegamos até aqui. 8 mar. 2018. Disponível em: <https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismo-eeed092dae3a>. Acesso em: 03 jun. 2019.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991. Biblioteca Básica de Ciências Sociais, 7.

QUEIROZ, D. M. **Raça, Gênero e Educação Superior**. 2001. 320 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação (FACED) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001a.

QUEIROZ, D. M. O acesso no Ensino Superior: gênero e raça. **Cadernos CHR**, Salvador, v.14, n. 34, 2001b.

QUEIROZ, D. M. As ações afirmativas na universidade brasileira e acesso de mulheres negras. *Revista Ártemis*, v. 8, p.132-145, jun. 2006.

REIS, Ana Regina Gomes dos. **Do segundo sexo à segunda onda**: discursos feministas sobre a maternidade. 2008. 143f. Dissertação (Mestrado em Gênero) -Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), Universidade federal da Bahia, Salvador, 2008.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, D.; DEUSDARÁ, B. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **Alea**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 305-322, dez. 2005.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Tradução de Antonio Angonese. Bauru: EDUSC, 2001.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou Da Educação**. 3.ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difel, 1979.

SAINI, Angela. **Inferior**: How Science Got Women Wrong and the New Research That's Rewriting the Story. Boston: Beacon Press, 2017.

SAINI, Angela. **Superior**: The Return of Race Science. Boston: Beacon Press, 2019.

SALEM, T. Entrevistando Famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SARDENBERG, Cecilia M. B. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. **Cadernos CRH**, Salvador, n.29, p.21-47.jul./dez. 1998. Dossiê Gênero e Família. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=221&layout=abstract>>. Acesso em: 28 ago 2018.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n.16, jan. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a08.pdf> Acesso em: 15 mar. 2017.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, EDUSC, 2001.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. Saúde Pública e Assistência na Bahia da Primeira Metade do Século XX: O Protagonismo dos Médicos e das Mulheres da Elite. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, 26., 2011. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011.

SILVA, J. da. Doutoradas professoras negras: o que nos dizem os indicadores oficiais. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 19-36, jan./jun. 2010.

SILVA, J. M. S. **Mães adolescentes negras na UFBA: As Intersecções entre maternidade, raça, trabalho e ensino**. 2017. 81 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SKLOOT, Rebecca. **A vida imortal de Henrietta Lacks**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 456p.

URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no Contexto Acadêmico: narrativas de um self participante**. 2009. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://pospsi.ufba.br/sites/pospsi.ufba.br/files/ana_maria_urpia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2017.

URPIA, A. M. O; SAMPAIO, S. M. R. Mães e universitárias: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, S. M. R. (org.). **Observatório da vida estudantil: primeiros estudos**. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio9788523212117-09.pdf>>. Acesso em: 31 jan. 2017.

VASCONCELOS, L; GUEDES, L.F.A. **E-surveys: Vantagens e Limitações dos Questionários Eletrônicos Via Internet no Contexto da Pesquisa Científica**. Apresentação realizada na X SEMEAD, FEA-USP, 2007. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=420> Acessado em 26 jan. 2018.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V. & PORTO, M. (Orgs.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a psicologia**. Brasília: CFP, 2016. p. 121-140.

ZAPPELLINI, Marcello Beckett; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. O uso da triangulação na pesquisa científica brasileira em administração. **Administração, ensino e pesquisa**, Rio de Janeiro, v.16, n.2 p.241–273 abr./jun. 2015

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E
FEMINISMO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa “MÃES NEGRAS NA PÓS-GRADUAÇÃO: UMA ABORDAGEM INTERSECCIONAL” que tem como objetivo analisar a trajetória acadêmica das mães estudantes negras de cursos de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.

Por intermédio deste Termo, fica acordada a publicação de dados da pesquisa obtidos nas entrevistas, ao tempo em que lhe são garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, local de trabalho, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia responsável por esta Pesquisa.”

Salvador, ____ de _____ de 20__

Nome da/o Participante: _____

Assinatura da/o Participante: _____

Telefone: _____ Email: _____

Assinatura da Pesquisadora: _____

APÊNDICE B – E-SURVEY

Mapeamento "Mães na Pós Graduação da UFBA"

Este formulário integra a pesquisa de dissertação de Juliana Márcia Santos Silva, estudante de mestrado do PPGNEIM orientado e aprovado pela Profª Drª Ângela Maria Freire de Lima e Souza. Todos os dados aqui coletados seguirão os protocolos de sigilo estabelecidos pela Plataforma Brasil e a CAPES.

Para maiores informações manter contato pelo e-mail: julianamss@msn.com.

*Obrigatório

Questionário

1. Autodeclaração étnico-racial *

Marcar apenas uma oval.

- Preto
- Pardo
- Amarelo
- Indígena
- Branco

2. Idade *

3. Situação de moradia *

Marcar apenas uma oval.

- Financiada
- Própria
- Alugada
- Cedida
- Outro: _____

4. Situação Conjugal *

Marcar apenas uma oval.

- Solteira
- Casada
- Divorciada
- Viúva
- Em uma união estável
- Outro: _____

5. Exerce atividade remunerada fora da universidade? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Outro: _____

6. Nome do Programa de Pós Graduação *

7. Período estudantil da primeira gestação *

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado
- Outro: _____

8. Número de filhos *

9. Idade dos Filhos (ex.: Filho 1: 10 anos, Filha 2: 5 anos) *

10. Idade da primeira maternidade *

**11. Períodos das maternidades subsequentes
(se houver)**

**12. Ano de Início e Conclusão da Graduação
(ex.: 2013-2018) ***

**13. Ano de Início e Conclusão do Mestrado (ex.:
2013-2015 ou 2017-atual) ***

07/07/2019

Mapeamento "Mães na Pós Graduação da UFBA"

**14. Ano de Início e Conclusão do Doutorado se
for o caso (ex.:2013-2015 ou 2013-atual)**

Powered by
 Google Forms

APÊNDICE C– LISTA DE CURSOS *STRICTU SENSU* EM 06 DE JUNHO DE 2018

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM	ÁREA	NÍVEL	CONCEITO CAPES
Administração	3	Mestrado Profissional	4
Alimentos, Nutrição e Saúde	2	Mestrado e Doutorado	4
Antropologia	3	Mestrado e Doutorado	4
Arquitetura e Urbanismo	1	Mestrado e Doutorado	5
Artes (Profartes)	5	Mestrado Profissional	4
Artes Cênicas	5	Mestrado e Doutorado	6
Artes Visuais	5	Mestrado e Doutorado	4
Assistência Farmacêutica	2	Mestrado Acadêmico	3
Biociências	2	Mestrado Acadêmico	3
Biotecnologia	2	Mestrado Acadêmico	4
Biotecnologia (Renorbio)	2	Doutorado	5
CECRE - Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos	1	Mestrado Profissional	4
Ciência Animal nos Trópicos	2	Mestrado e Doutorado	4
Ciência da Computação	1	Mestrado e Doutorado	4
Ciência da Informação	3	Mestrado e Doutorado	4
Ciência de Alimentos	2	Mestrado Acadêmico	3
Ciências Ambientais	2	Mestrado Acadêmico	3
Ciências da Saúde	2	Mestrado e Doutorado	5
Ciências Sociais	3	Mestrado e Doutorado	5
Comunicação e Cultura Contemporâneas	3	Mestrado e Doutorado	5
Contabilidade	3	Mestrado Acadêmico	3
Cultura e Sociedade	3	Mestrado e Doutorado	4
Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas	3	Mestrado Profissional	3
Dança	5	Mestrado Acadêmico	3
Desenvolvimento e Gestão Social	3	Mestrado Profissional	4
Difusão do Conhecimento	3	Doutorado	4
Direito	3	Mestrado e Doutorado	4
Diversidade Animal	2	Mestrado Acadêmico	4
Ecologia Aplicada à Gestão Ambiental	2	Mestrado Profissional	3
Ecologia e Biomonitoramento	2	Mestrado e Doutorado	6
Economia	3	Mestrado e Doutorado	4
Educação	3	Mestrado e Doutorado	4
Energia e Ambiente	1	Doutorado	4
Enfermagem	2	Mestrado e Doutorado	4
Engenharia Ambiental Urbana	1	Mestrado Acadêmico	4
Engenharia de Estruturas	1	Mestrado Acadêmico	3
Engenharia Elétrica	1	Mestrado e Doutorado	3
Engenharia Industrial	1	Mestrado e Doutorado	5
Engenharia Industrial	1	Mestrado Profissional	5

Engenharia Química	1	Mestrado Acadêmico	3
Engenharia Química- UFBA/UNIFACS	1	Doutorado	3
Ensino, Filosofia e História das Ciências	3	Mestrado e Doutorado	5
Estudos Étnicos e Africanos	3	Mestrado e Doutorado	4
Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	3	Mestrado Acadêmico	3
Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	3	Mestrado e Doutorado	4
Farmácia	2	Mestrado Acadêmico	3
Filosofia	3	Mestrado e Doutorado	5
Física	1	Mestrado e Doutorado	3
Genética e Biodiversidade	2	Mestrado Acadêmico	3
Geofísica	1	Mestrado e Doutorado	4
Geografia	1	Mestrado e Doutorado	4
Geologia	1	Mestrado e Doutorado	3
Geoquímica:Petróleo e Meio Ambiente	1	Mestrado Acadêmico	4
História	3	Mestrado e Doutorado	4
Imunologia	2	Mestrado e Doutorado	5
Letras (Profletras)	4	Mestrado Profissional	4
Língua e Cultura	4	Mestrado e Doutorado	4
Literatura e Cultura	4	Mestrado e Doutorado	5
Matemática	1	Mestrado Acadêmico	4
Matemática - UFBA/UFAL	1	Doutorado	4
Matemática em Rede Nacional (Profmat)	1	Mestrado Profissional	3
Mecatrônica	1	Mestrado e Doutorado	4
Medicina e Saúde	2	Mestrado e Doutorado	5
Meio Ambiente, Águas e Saneamento	1	Mestrado Acadêmico	3
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	2	Mestrado e Doutorado	4
Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)	2	Mestrado e Doutorado	4
Museologia	3	Mestrado Acadêmico	3
Música	5	Mestrado e Doutorado	3
Música	5	Mestrado Profissional	3
Odontologia e Saúde	2	Mestrado e Doutorado	4
Patologia Humana	2	Mestrado e Doutorado	6
Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	2	Mestrado e Doutorado	4
Psicologia	3	Mestrado e Doutorado	5
Química	1	Mestrado e Doutorado	5
Relações Internacionais	3	Mestrado Acadêmico	3
Saúde Coletiva	2	Mestrado e Doutorado	7
Saúde Coletiva	2	Mestrado Profissional	5
Saúde, Ambiente e Trabalho	2	Mestrado Acadêmico	3
Segurança Pública, Justiça e Cidadania	3	Mestrado Profissional	3
Zootecnia	2	Mestrado e Doutorado	4

Fonte: Elaboração da Autora com dados da Pro-Reitoria de Ensino de Pós Graduação (PROPG)

APÊNDICE D – ROTEIRO DE PERGUNTAS

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

Curso: _____

Idade: _____ Estado civil: _____

Religião: _____ Autodeclaração: _____

Composição Familiar

	NOME	IDD.	FORMAÇÃO ESCOLAR
Comp.(a)			
Filho(a) 1			
Filho(a) 2			
Filho(a) 3			
Filho(a) 4			

Formação acadêmica

NÍVEL	ÁREA
Graduação	
Especialização	
Mestrado	
Doutorado	

QUESTIONÁRIO

A UNIVERSIDADE

1. Fale sobre sua carreira acadêmica:
2. O que é ter uma carreira acadêmica/científica pra você?
3. Quando entrou na Universidade?
4. Fez seleção para outra universidade?
5. Que idade tinha na época?
6. Como escolheu seu curso?
7. Qual sua maior influência neste sentido (escolha do curso)
8. Qual foi sua maior dificuldade durante a graduação?
9. Como e quando começou a pensar em fazer a pós-graduação?
10. Fale sobre sua produção acadêmica. (Tem produzido? Como faz pra produzir?)
11. Você está satisfeita com sua participação em eventos e publicações? (Se não, porquê?)

A MATERNIDADE

12. O que é ser mãe pra você?
13. O que é ser mãe negra para você?
14. Quando teve o seu primeiro filho?

15. Em que momento isso se deu, considerando sua vida acadêmica?
16. Você planejou a gravidez?
17. A chegada da criança alterou de que forma a sua vida acadêmica? Você adiou ou precipitou os seus planos?
18. Como você se sente sendo mãe na universidade?

VIDA PROFISSIONAL

19. Você realiza alguma atividade profissional?
20. Qual a sua carga horária de trabalho?
21. Qual a sua participação na renda familiar?
22. Gosta do trabalho que realiza? É compatível com a sua área de estudo acadêmico?

TRIPLA JORNADA FEMININA E REDES DE ASSISTÊNCIA

23. Descreva a sua rotina semanal.
24. Quem cuida de seus filhos em sua ausência? (creche, família, amigos)
25. Se hoje você precisasse ir a um evento em outro estado, como seria a logística na família?
26. O que as pessoas dizem sobre você ser mãe e universitária e trabalhadora?